Avante!
Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 43
27 de Fevereiro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. ★ Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

JUVENTUDE COMUNISTA

• Nota do Comité Central

Considerando a crescente luta da juventude trabalhadora em defesa das suas reivindicações e aspirações específicas e a sua participação activa e destacada no processo democrático em curso;

Considerando a ampla adesão da juventude trabalhadora aos ideais do socialismo e do comunismo e a sua entusiástica participação nas iniciativas e actividades de massas do Partido Comunista Português;

Coniderando que através da sua própria acção os jovens comunistas criaram as condições essenciais para o lançamento de uma organização autónoma:

O Comité Central do PCP decidiu criar uma Comissão Organizadora constituída por jovens trabalhadores membros do Partido, ao quais atribui a tarefa de tomarem as medidas organizativas necessárias para a constituição de uma organização da Juventude Comunista, no mais curto espaço de tempo.

O Comité Central está certo de que esta sua decisão corresponde às condições políticas actuais e aos desejos de milhares de jovens comunistas que anseiam contribuir mais e mais para a consolidação da democracia e para o progresso social do nosso país.

26 de Fevereiro de 1975

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A reacção não impediu a grande afluência ao comício do PCP em Coimbra

GRANDE JORNADA DO POVO DAS BEIRAS

A denúncia vigorosa das manobras anticomunistas, o desmascaramento de todas as actividades contra o nosso Partido, contra os trabalhadores, contra a ordem democrática, foram algumas das constantes nos três gigantescos comícios realizados em Águeda, Seia e Coimbra, no passado fim-de-semana.

A presença do camarada Álvaro Cunhal em Seia e Coimbra veio concretizar nas Beiras a amplitude nacional do esforço que tem vindo a ser abraçado com vista a reforçar o processo de democratização em curso, a pôr em foco as tarefas específicas que se colocam aos comunistas e aos outros democratas e o desmascaramento de todas as actividades reaccionárias que têm vindo a ser praticadas, com vista a fortalecer autênticos bastiões capazes de fazer frente à reacção, de mobilizar o povo em torno das instituições e da ordem democrática, de resolver os graves problemas herdados do fascismo e que as forças democráticas se esforçam por agudizar e de abrir perspectivas e posições no que concerne ao próximo período eleitoral.

Sem rodear os problemas, sem manobras de diversão, sem campanhas contra outros partidos interessados no processo democrático, mas sim com a preocupação de unir os portugueses, as forças democráticas e cimentar cada vez mais o bloco aliado POVO-MFA — como dizia a Direcção da Organização Regional das Beiras num comunicado convocatório do comício de Coimbra —, **o nosso Partido apresentou-se mais uma vez nesta grande jornada de luta como uma força aglutinadora, à volta da classe operária e dos trabalhadores, de todas as camadas antimonopolistas para a conquista da liberdade, da democracia política e económica, do bem-estar para o povo e os trabalhadores.**

Nas páginas 4 e 5 publicamos a reportagem desta importante jornada e o discurso pronunciado em Seia pelo camarada Álvaro Cunhal.

Sessão de encerramento do Encontro Nacional dos Trabalhadores-Estudantes

SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!»

Durante a campanha eleitoral que se aproxima, um suplemento diário do «Avante!»!

Como usá-lo?!

Órgão do Partido da vanguarda da classe operária, órgão do Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista, o nosso «Avante!» é um instrumento de luta, de trabalho e de organização da classe operária, dos trabalhadores, de todos os que se empenham decididamente na construção de um Portugal livre, democrático e próspero.

Durante a campanha eleitoral (o primeiro suplemento diário sairá no primeiro dia da campanha), o nosso «Avante!» levará, todos os dias, num período em que a todos os comunistas e a todos os democratas se exigirá uma intensa participação na actividade política na defesa e construção da democracia, as palavras de ordem, a orientação, as análises, as experiências do nosso Partido.

A todas as organizações do Partido se coloca desde já a necessidade de programarem o seu trabalho de distribuição do suplemento diário do «Avante!» O «Avante!», órgão dos trabalhadores, não pode estar dependente das distribuições comerciais. E não apenas por estas serem insuficientes: também porque é nos contactos, é no trabalho concreto de divulgação do «Avante!» que se forja e se alarga a organização e a influência do nosso Partido. Agora, todos os dias, o «Avante!» não é apenas um jornal para vender: é fundamentalmente um elemento de trabalho: que se vende e se discute, se distribui e se analisa, se recebe e se estuda!

E é necessário também informar o «Avante!». Durante a campanha, num período em que as iniciativas do nosso Partido se irão suceder, as organizações do PCP e todos os militantes terão de dedicar uma particular atenção à necessidade de manterem o nosso jornal permanentemente ao par do que em todo o Portugal se passa. Assim se transmitirão experiências, assim se levará a nossa grande campanha nacional junto de todos os portugueses!

Ao trabalho, camaradas!

O «Avante!», a voz do Partido Comunista Português, está nas vossas mãos!

ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES-ESTUDANTES

POR UM ENSINO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E DO PAÍS

Nada de novo pode surgir no ensino sem a aliança entre os professores, os estudantes e os trabalhadores em geral, pois a situação tem de mudar e urgentemente. A política educacional futura tem de assentar em reformas profundas e as modificações verificadas depois do 25 de Abril não são suficientes. É necessário fazer chegar o processo revolucionário às escolas, não apressadamente, mas depressa. O povo já decidiu. O ensino terá de ser um instrumento de progresso para e com o povo.

...Que ensino temos hoje? Que escola temos hoje? O essencial está por fazer.

...E ou não é verdade que o ensino que queremos construir é aquele em que cada estudante deve ser um trabalhador e cada trabalhador deve poder estudar?

Estas palavras são de Paulo Varela Gomes, durante a sua intervenção, em nome dos Sindicatos dos Professores da grande Lisboa e do Norte, na sessão de encerramento do I Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes, realizado no passado fim-de-semana no Instituto Superior Técnico e no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

Promovido pelo Movimento da Juventude Trabalhadora e pela Intersindical, o Encontro reuniu mais de um milhar de delegados trabalhadores-estudantes que discutiram 157 teses, distribuídas pelos sete temas propostos — «Via escolar única»; «Acesso dos trabalhadores-estudantes aos vários graus de ensino»; «Métodos pedagógicos»; «Ensino Profissional»; «O trabalhador-estudante e a sua organização nas escolas»; «O ensino particular nocturno» e «O trabalhador-estudante na empresa» — debatidos anteriormente nas escolas de quase todo o País.

Das conclusões das teses foi elaborado um relatório a ser apresentado ao País e ao Governo Provisório, nomeadamente ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério do Trabalho.

O comício de encerramento contou com a presença dos nossos camaradas Octávio Pato, Sérgio Vilarigues, Aurélio Santos e Laura Lopes; o alferes Aires Teixeira, do MFA; Rui Dantas Ferreira, do MDP/CDE; delegações da pró-UNEP, da UEC e de muitos sindicatos, sendo a mesa constituída por José Pedro Soares e César Roçadas, do MJT, José Gaspar e Sequeira Branco, da Intersindical e Paulo Varela Gomes.

Abriu a sessão o activista do MJT César Roçadas que focou, entre outras coisas, a mísera herança escolar que o fascismo nos deixou, nesse tempo em que **«as escolas que se abriam não tiveram como objectivo servir as classes trabalhadoras e o povo em geral, mas sim cobrir as próprias necessidades do fascismo»**. Salientou ainda o importante papel que cabe ao MJT de **«dar impulso ao despertar das mais amplas camadas da juventude para o processo revolucionário que vivemos no nosso País»**, sublinhando a importância da participação da juventude, que representa **«uma nova maneira de estar no tempo em que vivemos»**.

Por seu turno, o representante da Intersindical, Sequeira Branco, condenou **«os que recusam o serviço cívico estudantil»**, expressando depois a esperança de que **«as massas mais progressistas das escolas, os trabalhadores-estu-**

CONT. NA PÁG. 9

Avante!
PÁGINA 2

O PCP
é uma fortaleza
assediada
mas não cercada

Um comício em Sacavém encerrou as comemorações do 44.º aniversário do «Avante!»

ÁLVARO CUNHAL E DIAS LOURENÇO NO ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 44.º ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

«Nós vimos aqui encerrar o 44.º aniversário do nosso jornal, o primeiro aniversário que comemoramos depois da derrota do fascismo. O nosso pequeno «Avante!», que circulou entre vós durante tantos anos levou a todos os cantos do País, a voz lutadora do nosso Partido. O nosso pequeno «Avante!» tornou-se um grande jornal porque grande é hoje o nosso Partido.»

Estas palavras do camarada Dias Lourenço, director do «Avante!», proferidas em Sacavém, por ocasião do encerramento do 44.º Aniversário do nosso jornal, foram entusiasticamente saudadas pela densa multidão que se aglomerava nas instalações do pavilhão gimnodesportivo.

Milhares de trabalhadores vindos de diversas localidades do concelho de Loures prestavam com a sua vibração e alegria, uma calorosa homenagem ao Partido de que o «Avante!» é o órgão central, ao Partido dos trabalhadores, à Imprensa revolucionária que conduziu e mobilizou amplas massas populares na resistência antifascista e que, hoje, se afirma como um dos mais poderosos instrumentos da revolução democrática e nacional, primeira etapa no caminho de libertação do nosso povo.

As comemorações do aniversário do «Avante!», numa zona de tão forte concentração operá-

CONT. NA PÁG. 3

O PCP é uma fortaleza assediada mas não cercada

A tónica da campanha eleitoral que certos partidos, grupos ou grupúsculos políticos se preparam para fazer, ou estão já de facto a fazer, está à vista de toda a gente — é o anticomunismo. Tocado em todos os tons, desde os da ultra-esquerda aos da ultradireita, vai sempre subindo uns pontos à medida que se aproxima a data oficial de abertura da campanha. Uns, mais expeditos a bolsar o seu ódio, dizem-no sem papas na língua, como convém aos mestres da batuta: não há que atacar o CDS ou o PPD e há mesmo que aliar-se ao PS porque, sendo «partidos da burguesia» o que interessa distinguir neles é que para todos o «inimigo principal» é o PCP.

Outros, porém, com mais peso e responsabilidade política, pela boca de dirigentes seus ou por actos dos seus filiados, usam formas mais sofisticadas, mais ou menos polemicantes, mais ou menos directas na agressão verbal ou mesmo física, como de novo, por exemplo, foi assinalado, desta vez em Murça.

Para todos eles vestir a mentira mais descarada com a roupagem da verdade e proclamá-la com o ar mais sério e peremptório deste mundo é uma brincadeira de crianças. Distorcer a política do PCP que, contudo, conhecem muito bem, pôr-lhe objectivos que nunca teve mas que eles desejariam que tivéssemos; fazê-lo com uma argumentação muito judiciosa que ganharam nas suas carreiras universitárias e recheada de termos repassados de «idealismo» e de ênfase como «liberdade» e «democracia», tudo isto como se fossem os nobres guardiões desses superiores princípios, é uma coisa que se lê todos os dias nos jornais ou se ouve nas suas intervenções públicas.

Os comunistas portugueses têm um calo endurecido *por dezenas de anos de luta contra o inimigo de classe.* No nosso país, sempre nos antigos tempos que morreram no 25 de Abril, o anticomunismo se revestiu de duas facetas principais — o anti-PCP e o anti-sovietismo.

Já no passado nos habituámos a discernir o objectivo visado, aquilo que se pretendia sob a capa do anticomunismo. Através das mentiras e calúnias contra os comunistas buscava-se confundir as massas, induzi-las numa falsa perspectiva e garantir, com a ajuda da repressão mais feroz, o domínio de classe da grande burguesia e do seu regime colonial fascista sobre o Povo Português e os povos colonizados. Quer dizer, o anticomunismo visava mais longe e justificava o combate reaccionário contra todos os que se opunham ao fascismo.

Deu-se o 25 de Abril e o regime fascista baqueou — mas não baqueou a burguesia nem se alterou fundamentalmente a estrutura de classe da sociedade portuguesa. Pode então perguntar-se:

A quem aproveita hoje o anticomunismo? Que objectivos visa?

Podemos talvez vislumbrar nos ataques ao PCP o ódio dos renegados, daqueles que, um dia voltaram as costas ao Partido do proletariado, onde tinham entrado não se sabe bem porquê e de onde saíram por razões que forneceriam, talvez, matéria de estudo aos psicólogos que se embrenhassem pelos meandros da política. Seria um trabalho aliciante e instrutivo saber porque, em certos momentos e em circunstâncias determinadas, certos homens hoje, em destaque na cena política portuguesa, nas encruzilhadas da sua vida social e política, enveredaram por uma direcção e não por outra; porque renegaram companheiros e ideias a que aderiram um dia, e hoje vomitam as mais sujas calúnias contra o PCP.

Ambições pessoais de chefia impossíveis de germinar, adubar e realizar nas fileiras do Partido do proletariado?

Divergências ideológicas alicerçadas já numa opção de classe contrária aos interesses da classe operária? Quem algum dia o saberá?

Se as coisas se passassem nos domínios da psicologia não haveria problema. O pior é que se passam nos domínios da política, numa situação de crise particularmente aguda, caracterizada por um agravamento da luta de classes no plano internacional e dentro de cada país capitalista e em Portugal, onde se jogam hoje os destinos de uma revolução democrática de características singulares.

Por isso a pergunta tem absoluta razão de ser:

— No momento actual a quem aproveita o anticomunismo? Que objectivos visa?

Seria miopia política vê-los centrados exclusivamente no PCP. O alvo dos ataques concentrados desta «santa aliança», acobertada sob a capa do anticomunismo é, inegavelmente, o próprio processo de democratização nacional na sua globalidade. Atacá-lo nos seus fundamentos, minar o seu suporte militar e de massas, alentar as forças derrotadas no 25 de Abril e no 28 de Setembro e abrir o caminho ao poder pessoal, a propósito de um estado de emergência artificialmente justificado, são objectivos difíceis de camuflar.

Os ataques e calúnias contra o PCP, procurando intencionalmente deformar a sua imagem aos olhos das massas, inculcando-nos uma concepção de socialismo que não preconizamos e que visa desnaturar e anular a nossa contribuição real, teórica e prática para o fortalecimento do processo democrático português — que é para o PCP a tarefa política fundamental no momento —, é um objectivo afanosamente procurado pelos detractores dos comunistas portugueses.

Que estará por detrás do espantalho da guerra civil, agitado por conhecidos políticos participantes na coligação governamental, senão o propósito de criar entre o povo um sentimento de insegurança e facultar à reacção internacional — ainda que vestida com a pele da social-democracia — um pretexto para semear a desconfiança no nosso processo democrático, nas suas forças políticas mais consequentes, na capacidade do nosso povo para edificar os seus próprios destinos?

Que se pretende insinuar quando se faz uma alusão indirecta — que outros parceiros já fizeram directamente — de que nós consideramos o Povo Português reaccionário ou menor mental, quando, afinal, tem sido exactamente o PCP a força mais consequente na elevação da personalidade política do nosso povo, como componente activo do processo revolucionário?

Quais os fins em vista quando se procura introduzir uma cunha entre o Presidente da República e os órgãos supremos do MFA e quando se vai ao ataque frontal e aos insultos a dirigentes militares prestigiados cujo devotamento à democracia e ao povo está provado e é sobejamente conhecido? Os ataques ao MFA revestem-se, às vezes, de aspectos de farsa ou de ópera bufona quando, como num conhecido semanário, se faz uma paródia a Frederico, o Grande.

Espanta a virulência do editorial de um vespertino com tradições democráticas acerca de um militar que tem ganho jus à consideração e estima das massas populares.

Que significa esta passagem ao ataque directo a militares dos mais consequentes do MFA?

Por outro lado, os desacatos em torno do comício do PDC — que conspícuos plumitivos da Imprensa reaccionária internacional atribuem aos comunistas, cuja posição já foi suficientemente esclarecida quando de ataques idênticos ao CDS — que outra coisa visavam senão propagandear o PDC e enrolar-lhe sobre a fronte a espinhada coroa de «mártires» da violência comunista?

É divertido ver os esforços que renegados do PCP, hoje, ao serviço dos inimigos do processo democrático, fazem para nos arrastar para o dize-tu-direi-eu, sem princípios, para mordermos o isco das suas provocaçõezinhas, por enquanto verbais.

O espectáculo desprestigiante das malsinações contra o PCP que injustamente, no que a nós diz respeito, são consideradas como questiúnculas entre partidos da coligação, não favorece a autoridade dos partidos políticos nem a dinamização do movimento popular de massas. Queremos uma política unitária com o PS e todos os partidos que lealmente se disponham a sustentar o processo democrático em curso. Mas a unidade entre dois não pode resultar da vontade de um só e por outro lado não nos entusiasmemos muito com propósitos de unidade que se afogam no meio do anticomunismo, na palavra e nos actos. Uma espécie de matraca de ferro envolvida em papel de seda.

Os esforços para isolar os comunistas e outros democratas mais consequentes é um trabalho votado ao fracasso. O PCP é uma fortaleza assediada mas não cercada.

É para as massas populares, para o entendimento entre as forças democráticas realmente interessadas em defender e alargar as conquistas da revolução democrática portuguesa, que os nossos esforços principais estão virados.

A aliança Povo-MFA é a constante da nossa política.

Mesmo com falsificações, caciquismos e violências aqui ou acolá no acto eleitoral de Abril, participaremos, como um grande partido que somos, nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Mas não trabalhamos exclusivamente para as eleições — trabalhamos para resolver os agudos problemas do presente, sabendo que, ao mesmo tempo, estaremos assim, a construir o futuro. E fazemo-lo à luz de uma política que, não sendo de hoje, todos os dias, na prática, se enriquece e reforça a sua justeza.

Atribuem-nos propósitos de socialismo «stalinista», como diz o dr. Zenha na sua catilinária anti-soviética publicada, ontem, no «Diário de Notícias». Deve dizer-se que se trata de uma tirada de mau-gosto saída da pena do dr. Zenha, tanto mais que conhece qual o caminho para o socialismo apontado pelo PCP.

Mas a perspectiva histórica que o socialismo e as condições do nosso País apontem como correctas à luz do marxismo-leninismo não nos farão desviar das tarefas imediatas. Nem muito menos nos afastarão delas os ataques, as calúnias, as ameaças e as insinuações.

Na actual fase da revolução portuguesa, em que vivemos e construímos uma Revolução Democrática, estamos empenhados — com a mesma firmeza e a mesma determinação com que outrora combatemos o fascismo — na defesa do processo democrático, na consolidação das vitórias alcançadas, no reforço e aprofundamento do já hoje imparável movimento popular de massas.

Hoje, como ontem, nós sabemos distinguir qual é o inimigo principal. É contra ele — no plano político, a reacção, no plano económico, os monopólios e latifundiários — que mobilizamos as nossas forças e chamamos à luta aliados. É por isso que entendemos como fundamental a unidade, a unidade da classe operária, dos camponeses, dos pequenos comerciantes, da pequena burguesia urbana, das forças democráticas, do movimento revolucionário democrático das Forças Armadas.

A nossa política é clara. Sabemos o que queremos e para onde vamos. O Partido Comunista Português, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não defraudará as esperanças e anseios do nosso Povo.

AS COMEMORAÇÕES DO 44. ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

CONT. DA PÁG. 1

ria, com assinaláveis tradições de luta, revestiu-se de um significado que o camarada Dias Lourenço não deixou de salientar:

«... Aqui, em Sacavém, o nosso «Avante!» deixou um sulco na história das lutas da classe operária desta zona, que sempre foi uma cidadela da classe operária portuguesa, que sempre foi uma vanguarda dos trabalhadores de Portugal.»

A demonstrar que hoje como no passado os trabalhadores de Sacavém continuam nas primeiras fileiras da participação política, dando com as suas lutas o exemplo de organização e unidade características de uma larga experiência revolucionária, encontravam-se presentes vários organismos locais do nosso Partido e de células de empresas da região. Representantes das células das empresas em luta — Coremo, Covina, Joaquim Francisco dos Santos e Volvo — tomaram lugar na mesa. Acompanhavam-nos o camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!», um camarada da Comissão de Freguesia de Sacavém e um camarada da Comissão Concelhia de Loures do «Avante!». As camaradas Alda Nogueira e Georgete Ferreira, membros do Comité Central do nosso Partido, cuja presença entre a assistência foi assinalada com inequívoco carinho, seriam também convidadas para a mesa.

O camarada Dias Lourenço, que presidiu o comício como representante de quantos fizeram e fazem do «Avante!», um grande jornal enraizado profundamente no povo, referindo-se à história do «Avante», a qual reflecte todo o movimento de massas, disse:

Camaradas:

Na inauguração da exposição eu disse a alguns camaradas que estavam presentes que a história do nosso «Avante!» é uma história exaltante, a história dos nossos heróis, a história da nossa luta, a história dos trabalhadores que souberam, com a sua luta, com o seu esforço, com a sua vontade, carrear para a grande vitória antifascista do 25 de Abril o melhor do esforço do nosso povo, o melhor da vontade da classe operária portuguesa.

Camaradas:

Hoje não vou falar-vos do «Avante!». Um camarada da redacção do «Avante!» virá aqui falar-vos do que é, do que foi o nosso jornal. Mas eu quero aqui dizer-vos (porque hoje o Partido me confiou uma tarefa do nosso jornal), em nome da equipa de trabalhadores do «Avante!», comprometer-me perante vós, camaradas, perante os trabalhadores, todos que nos possam escutar, que o «Avante!» continuará a ser digno das suas tradições gloriosas, que o «Avante!» continuará a ser a voz dos trabalhadores, que o «Avante!» continuará servir a luta da classe operária e a ser a voz do nosso Partido junto das massas trabalhadoras. A equipa actual do «Avante!» não poupará esforços para ser digna das tradições do nosso pequeno mas grande jornal da clandestinidade.

Foi ainda da história do «Avante!», dos obreiros dessa história que são simultaneamente obreiros do nosso Partido, que o camarada Orlando Jorge, da Comissão Concelhia do «Avante!», falaria a uma multidão, entre a qual se encontravam muitos dos que acompanharam os diversos períodos dos 44 anos de existência agora comemorados em Sacavém, centro de luta e de avanços possíveis pelo espírito de unidade sempre demonstrado pelos trabalhadores desta zona. Unidade que o camarada José Marta, membro da Comissão Concelhia de Loures, exaltaria como raiz de força dos trabalhadores.

O pavilhão do Desportivo Sacavenense encontrava-se completamente

Dias Lourenço no uso da palavra

Afirma-se na legalidade o papel do «Avante!» junto das massas populares

A experiência passada e presente do «Avante!» é um motivo constante de reflexão e de estímulo para quantos, no seu dia-a-dia de trabalho e de combate, utilizam o nosso jornal como uma arma de luta, uma fonte de ensinamentos onde a experiência das massas constituiu um material político que é guia permanente de acção.

Hoje o papel e as responsabilidades do «Avante!» e do nosso Partido cresceram e tomaram novas formas. Cresceram as responsabilidades e o papel da classe operária e das massas trabalhadoras. Os trabalhadores do nosso concelho sentem dia-a-dia esta realidade, da Covina à Camoda, da Charminha ao Joaquim Francisco dos Santos, da Corame à Novobra, da Volvo ao Aviário do Freixial, muitas são as situações onde a classe operária é chamada a garantir e a consolidar o prosseguimento do processo democrático que vivemos, criando as condições indispensáveis para novas vitórias, abrindo novos caminhos ao futuro luminoso do socialismo e do comunismo.

Estas palavras do camarada António Pedro, funcionário da Comissão Concelhia de Loures constituíram a melhor introdução às intervenções de diversos camaradas, trabalhadores de empresas da zona, que diariamente provam a eficácia do «Avante!» no enfrentar de problemas e situações que se deparam num período marcado pelo agudizar da luta de classes.

A camarada Clara Jorge, da célula da Lever, apelaria para que em todas as empresas **os trabalhadores elegessem um correspondente que teria por missão transmitir para o «Avante!» os aspectos mais importantes das lutas travadas.** Inocência Coelho, da célula da Fábrica de Louças de Sacavém, expressando a posição de todos os trabalhadores para os quais o «Avante!» tem sido um poderoso veículo de consciencialização política, afirmaria:

A saída do primeiro número legal do «Avante!», em 17 de Maio de 1974, é o resultado da heróica luta desenvolvida durante 44 anos pelos militantes do nosso partido e uma grande vitória das forças verdadeiramente democráticas e progressistas do nosso país.

Agora, na legalidade, o nosso «Avante!» tem e terá cada vez mais, um papel importante dentro das empresas no esclarecimento político dos trabalhadores, pois aponta as linhas para a organização da classe operária na sua luta contra a exploração capitalista e pela instauração, na nossa pátria, de uma verdadeira democracia e do socialismo.

Durante o período eleitoral, o nosso «Avante!» será publicado diariamente, o que permitirá dar uma melhor informação sobre tão importante campanha política.

Exorto, portanto, todos os trabalhadores a aderirem a esta iniciativa assinando o «Avante!» do período eleitoral, pois não só ficarão melhor informados com a sua leitura para exercerem o voto como contribuem para a dura tarefa que se avizinha — a campanha eleitoral.

O nosso jornal é, pois, o órgão de vanguarda da Imprensa progressista portuguesa.

É a classe operária que tem de fazer do «Avante!» um instrumento de luta e de vitória

Sintetizando todo o conteúdo revolucionário que se encerra no órgão central do nosso Partido, o camarada Ruben de Carvalho, chefe da redacção do «Avante!», interviria nestes termos:

Camaradas:

Falo-vos em nome do colectivo do «Avante!». E dir-vos-ia que é para nós uma grande honra fazermos o «Avante!». Ao dizê-lo, contudo, camaradas, estaria ao mesmo tempo a dizer uma verdade mas a dizer também uma mentira. Porque é efectivamente para nós, camaradas, uma grande honra trabalharmos onde trabalharam quase todos os grandes dirigentes do nosso Partido, onde se forjaram combatentes da classe operária, num jornal para o trabalho do qual, para a defesa do qual houve operários, houve trabalhadores — dos melhores filhos do povo português — que deram até a vida para o defenderem, para defenderem as suas tipografias, para defenderem o nosso Partido.

Camaradas:

Eu diria uma mentira quando dissesse que nós fazemos o «Avante!». Camaradas, o colectivo do «Avante!», os que o escrevem, que o distribuem, que o paginam, que o imprimem, que o pensam, que o arrumam, que o embrulham, que o enviam — camaradas, nós não o fazemos! É a classe operária, é a sua luta, são os comunistas que fazem o nosso «Avante!»! É na Coremo, é na Volvo, é no Alentejo, é nas herdades do Alentejo onde se luta pela reforma agrária, é no Porto, é nos campos, é nas fábricas que se faz o nosso «Avante!», que se faz o jornal que é da classe operária!

Camaradas:

Se o nosso jornal, se o nosso «Avante!», este «Avante!» cujos quarenta e quatro anos de luta nós comemoramos hoje, se ele é um grande jornal, camaradas, é porque é grande a luta da classe operária, é porque é grande o Partido de que ele é órgão, é porque é grande o nosso Partido, é porque é grande a nossa luta, se não for de todos os dias a sua distribuição, se não for de todos os dias aquilo que o «Avante!» tem para contar e que é a luta do nosso povo e da classe trabalhadora por um Portugal livre, democrático e próspero.

Camaradas:

Dizia Lénine que um jornal comunista é simultaneamente um propagandista colectivo e um organizador colectivo. Quer isto dizer, camaradas, que um jornal comunista é uma ferramenta, ferramenta que tem de ser utilizada. Saindo todos os dias, camaradas, o nosso «Avante!» continuará como sempre a transmitir as palavras de ordem do nosso Partido, a orientação do nosso Partido, a experiência da classe operária. Mas este «Avante!» tem de ser divulgado, camaradas. Este «Avante!» tem de ser efectivamente uma ferramenta nas mãos da classe operária e uma ferramenta nas mãos dos trabalhadores. E as ferramentas nas mãos da classe operária produzem, fabricam, e o nosso «Avante!» será uma ferramenta da grande obra da construção do socialismo em Portugal!

A terminar, o nosso camarada acentuou:

Camaradas:

As etapas que nos esperam são de facto difíceis. É difícil a luta que travamos nas empresas, é difícil a luta que travamos contra a reacção, são difíceis todas as lutas. São por vezes lutas pequenas, são por vezes lutas grandes, mas tudo o que é pequeno cresce, camaradas, e é das pequenas lutas que nascem as grandes vitórias, e uma pequena luta para distribuir mais dez «Avantes!» é a raiz de uma grande vitória, camaradas, que é a vitória do nosso Partido! Porque, camaradas, é também com o «Avante!» que se justifica que nós, comunistas, que nós, Partido Comunista, digamos que A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!

Seguidamente, usou da palavra o camarada Mata, que abordou o problema sindical, nomeadamente o aspecto da unicidade, única forma de os trabalhadores se defenderem da exploração unida do grande capital. Enquanto este camarada falava, entrou na sala o camarada Álvaro Cunhal, que encerrou o comício falando à assistência e cujo discurso publicamos noutro local.

Realizou-se depois uma sessão de canto livre, com a presença de José Jorge Letria, José Manuel Osório, Luísa Basto e Henriqueta Maia, e durante a qual a assistência participou entusiasticamente.

ÁLVARO CUNHAL EM SACAVÉM

No Centro de Trabalho de Lisboa, como noutros centros de trabalho, já existem, em algumas salas, vitrinas onde são expostas as recordações oferecidas pelos operários, camponeses, militantes do nosso Partido que, em numerosas ocasiões querem assim testemunhar a sua estima e o seu apoio ao Partido. Mas são tantas as manifestações desse apoio e dessa estima que estou certo de que, se quiséssemos pôr todas essas recordações na vitrinas dos Centros de Trabalho, os Centros de Trabalho já não chegariam. Todas essas recordações serão guardadas pelo Comité Central do nosso Partido, pelos membros responsáveis do nosso Partido. Um dia, talvez, tenha interesse serem expostas para que todos vejam as manifestações de apreço dos trabalhadores do nosso país em relação ao Partido que durante tantos anos, numa luta firme, serena, corajosa, soube defender os interesses das classes trabalhadoras.

Camaradas:

Não vou fazer um discurso. Mas, já que vim, quero dizer-vos algumas palavras. Este comício encerra as comemorações do 44.º aniversário do órgão central do nosso Partido, o «Avante!». Tem particular interesse lembrarmos agora, neste momento político, o que significou ser capaz o Partido Comunista, durante mais de 40 anos, de publicar clandestinamente o seu órgão central. A publicação do «Avante!», a história do «Avante!» clandestino, é um aspecto, um dos mais importantes aspectos da luta dos comunistas portugueses pela liberdade. E lutar pela liberdade não é apenas dar vivas à liberdade, é mostrar na actividade prática, na actividade revolucionária, a decisão, o espírito de sacrifício e a combatividade necessárias para nas mais difíceis condições saber exercer as liberdades mesmo quando elas são negadas ao nosso povo. A publicação do «Avante!» mostra que, nas condições do fascismo, os comunistas souberam exercer o direito à liberdade de expressão apesar de que esse direito lhes era negado por lei, apesar de que a mais violenta repressão caía sobre eles por quererem à viva força, sob a dominação fascista, terem voz livre e levarem a sua voz livre até ao nosso povo.

Os comunistas e a liberdade

E é este, camaradas, o primeiro ponto que gostaria de referir: a luta dos comunistas portugueses pela liberdade. Há hoje no nosso país quem ouse acusar os comunistas portugueses de quererem dar um golpe para instaurar uma ditadura. E entretanto ninguém no nosso país pode ter autoridade para dar lições aos comunistas em matéria de defesa das liberdades.

Nós conhecemos pela nossa experiência o que significa a privação da liberdade. Nós queremos as liberdades não apenas para nós, mas para todo o nosso povo. Em relação ao Portugal de amanhã, nós queremos que as mais largas liberdades sejam concedidas a todos aqueles que queiram viver em liberdade, que queiram respeitar a liberdade e estejam dispostos a dfendê-la.

Em relação ao futuro de Portugal Democrático, queremos que existam as mais amplas liberdades democráticas: a liberdade de expressão, de pensamento, liberdade de organização dos partidos políticos, liberdade sindical, tal como a compreendemos, ou seja, a unicidade sindical.

Estas são perspectivas que nós apresentamos para um Portugal de amanhã, para um Portugal que há-de sair das eleições para a Assembleia Constituinte. Alguns afirmam que o PCP tem o projecto de impedir a formação ou a actividade dos partidos políticos. Isso é falso. O que nós não queremos é que existam partidos, como foi o caso do Partido Liberal, como foi o caso do Partido do Progresso, formados já depois do 25 de Abril, que aproveitaram as liberdades e constituíram-se legalmente, mas apenas como uma capa para organizar, para promover, para fomentar a ofensiva contra-revolucionária do 28 de Setembro. Entendemos que devem ser tomadas medidas para impedir que o exercício das liberdades seja a cobertura de actividades contra-revolucionárias que visem a instauração de uma nova ditadura no nosso país.

Os comunistas e as eleições

É no exercício das mais amplas liberdades que entendemos que devem ter lugar as eleições para a Assembleia Constituinte. E este é o segundo ponto sobre o qual queria dizer algumas palavras.

Nos últimos tempos, tanto em Portugal como no estrangeiro, tem-se dito e repetido que os comunistas portugueses não desejavam a realização de eleições para a Assembleia Constituinte. O certo é que desde há muitos anos, na orientação política do Partido, na luta contra a ditadura fascista era colocado como um dos objectivos centrais da Revolução Democrática precisamente as eleições livres para uma Assembleia Constituinte. Nós podemos ver definidos essas objectivos no III Congresso do PC (I ilegal), realizado em Novembro de 1943, em que se definiu o objectivo da realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte. Nós vemos mais tarde no VI Congresso do nosso Partido, realizado em 1965, novamente reafirmado como um dos objectivos fundamentais da Revolução Democrática a realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte. Já depois do 25 de Abril, no Congresso Extraordinário do Partido, novamente as eleições para a Assembleia Constituinte foram indicadas como um dos objectivos fundamentais desta fase da Revolução portuguesa. Entretanto sabeis que nos últimos tempos, precisamente os nossos inimigos e detractores da orientação do PC procuram indicar que o PC não queria a realização de eleições livres. Ora nós queremos a realização de eleições, eleições livres. Nós julgamos que, na maior parte do País, tais eleições terão lugar. Mas, ao mesmo tempo, julgamos com razão que há regiões do País onde o 25 de Abril ainda não chegou, regiões onde as liberdades não são ainda exercidas e não podem ainda ser exercidas.

Há regiões onde não querem que se realizem comícios do PC e de outras forças democráticas. Quando é anunciado um comício do Partido mobilizam-se as forças reaccionárias com ameaças de que liquidarão os comunistas que apareçam para erguer a voz do Partido nessas regiões. Nessas regiões, nós afirmamos que não há liberdades e que nessas regiões as eleições terão um resultado que não poderá deixar de ser viciado, pelo facto dessas liberdades não existirem.

É esta a nossa posição em relação às próximas eleições.

Pensamos que apesar dessas dificuldades existentes em regiões do norte do País, o resultado das eleições confirmará o amplo apoio do PC entre as massas populares do nosso País.

Portugal depois das eleições

Finalmente, camaradas, põe-se a questão de saber como será Portugal depois das eleições.

É necessário termos bem presente que não se resolvem problemas do nosso povo apenas pela vontade de alguns. É necessário atender sempre à força de que se dispõe para atingir esse objectivo. É necessário considerar no momento preciso do processo revolucionário quais são as nossas forças e quais são as forças do inimigo e também quais são as forças vacilantes que estão entre as nossas e as do inimigo e como podemos atrair ou neutralizar essas forças vacilantes. Isto para dizer que neste momento a Revolução que vivemos é uma Revolução Democrática, uma fase da revolução portuguesa que queremos que conduza ao Socialismo, mas que não é ainda uma Revolução Socialista. Seria uma ilusão profunda pensarmos que a revolução socialista se faz apenas por dizermos que esse é o nosso objectivo. A Revolução Socialista faz-se primeiro resolvendo os objectivos principais que no momento defrontamos, sabendo definir qual o inimigo principal numa fase de luta em que vivemos e concentrar os nossos esforços na luta contra esse inimigo principal e sabermos mobilizar as nossas forças e chamar aliados à luta contra esse mesmo inimigo principal.

Quer isto dizer, camaradas, que quando gritamos PCP, dizemos bem, mas devemos acrescentar unidade, unidade da classe operária, unidade dos camponeses, unidade das classes médias e unidade dos pequenos comerciantes nas cidades, da pequena burguesia das cidades e unidade de todas as forças democráticas mesmo que vacilantes e condicionais para lutarmos contra o nosso inimigo principal que neste momento são os monopólios e os latifundiários.

As relações com o Partido Socialista

Esta situação, camaradas, e esta orientação colocam o problema das nossas relações com os partidos da coligação governamental, particularmente com o PS. Nós sabemos o que tem sido ultimamente a campanha anticomunista desenvolvida pelo PS. Qual a nossa atitude? Deve ser no sentido da ruptura? De romper quaisquer laços de cooperação com o PS? Será esta a orientação? A nosso ver, não é. O que devemos exigir é que o PS defina com toda a clareza a sua posição. Ele quer ir com o PC para a frente contra a reacção, ou, ao contrário, a perspectiva da sua luta é uma aliança com a reacção contra o PC e contra as outras forças progressistas? É a esta questão que nós devemos exigir que respondam os responsáveis e dirigentes do PS.

O Portugal que queremos

Naturalmente, camaradas, que outros problemas se põem, e põe-se o problema de sabermos que Portugal queremos para amanhã. Se queremos um Portugal com capitalismo monopolista de Estado, ou seja, com os monopólios a terem todo o poder económico e todo o poder político ainda que sob a forma de uma democracia burguesa de tipo ocidental, ou se queremos pôr fim à dominação económica dos monopólios porque a dominação política já a perderam. A nosso ver não pode haver, não é possível construirmos um Portugal democrático se não limitarmos primeiro e não liquidarmos depois o poder dos monopólios e dos latifundiários.

Não se podem adaptar à situação portuguesa as soluções políticas da Europa Ocidental. Mesmo que se quisesse, mesmo que houvesse a vontade de todos, para que essa fosse a solução, existe na verdade uma incompatibilidade entre o poder democrático que se instaurou depois do 25 de Abril e o poder económico que continua nas mãos dos monopólios. Para o desenvolvimento capitalista na base do domínio económico dos monopólios portugueses (na base de salários de miséria, na base da miséria geral do povo trabalhador, e era esse o esquema do desenvolvimento dos monopólios portugueses) quando nós vemos todo o nosso povo, como o vemos nesta sala, desejoso de caminhar apressadamente para reformas sociais profundas, para esse desenvolvimento não seria necessária a instauração de uma nova ditadura terrorista que abafasse a vontade e o desejo de progresso de todo o povo trabalhador do nosso país.

Se queremos um regime democrático, se queremos assegurar um sistema em que o nosso povo se possa livremente organizar e possa exprimir livremente as suas opiniões, se nós queremos assegurar a democracia no nosso país, então não há outra solução, mesmo que não fosse com objectivos de grandes reformas políticas, mas apenas para tornar viável a jovem democracia portuguesa, não havia outra solução que não fosse primeiro limitar e depois liquidar o poder dos monopólios em Portugal.

E também aí necessitamos de uma resposta do PS. Necessitamos de saber se o PS tem como projecto político a defesa, no fim de contas, do capitalismo monopolista de Estado, com uma carapaça pseudo-democrática, ou se entende que deve caminhar com a classe operária e com as massas trabalhadoras para a construção de uma democracia, o que significa a liquidação dos monopólios e dos latifúndios. E essa resposta tem naturalmente também de ser dada.

Nós dizemos que o processo revolucionário que todos conhecemos é original. E uma dessas grandes originalidades da revolução portuguesa é existir um movimento revolucionário democrático das Forças Armadas, que, aliadas com o povo e com as massas populares, pretende abrir o caminho para um país democrático e de progresso social. A aliança Povo-Forças Armadas continua a ser um elemento de capital importância para assegurar a construção de um regime democrático no nosso país.

Temos afirmado muitas vezes que os militares não podem construir a democracia sem o povo e que o povo não pode construir a democracia sem os militares.

É esta aliança que nós temos o dever de defender, de consolidar com a nossa actividade, com a nossa serenidade, com a nossa contribuição para reforçarmos a unidade da classe operária, a unidade dos camponeses, a unidade de todas as camadas da população que têm interesses antimonopolistas. E também a unidade das forças democráticas.

Viva a aliança do Movimento Popular com o MFA!
VIVA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA!
VIVA A UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Álvaro Cunhal assistiu à sessão de canto livre entre a assistência

Novos livros Estampa

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA
5 volumes
Autor — Vários
Colecção — Biblioteca Estampa, 4
Preço 60$00 cada volume

OS COMUNISTAS E A SOCIAL DEMOCRACIA
V. Vassine, S. Gribanov e I. Undassynov
Colecção Cadernos Políticos, 10
Preço 40$00

ESTUDOS SOBRE A ORIGEM DA CONSCIÊNCIA E DA LINGUAGEM
Trân Duc Thao
Colecção Teses, 12
Preço 90$00

ACERCA DAS QUESTÕES DO LENINISMO
Estaline
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 4
Preço 30$00

HISTÓRIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS VI
Direcção de Wolfgang Von Einsiedel
Colecção Biblioteca Estampa, 9
Preço 70$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

INICIATIVAS EDITORIAIS

55 DIAS DE UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

MÁRIO MURTEIRA

Para a história do 1º Governo Provisório

Nº 10 dos Cadernos Pontos de Vista

Preço 25$00

AVANTE PELO SANEAMENTO DOS FASCISTAS EM S. MIGUEL!

Os trabalhadores da Junta Autónoma dos Portos do distrito de Ponta Delgada desencadearam um enérgico combate pelo saneamento da Administração daqueles serviços composta na sua totalidade por notórios fascistas locais — membros responsáveis da ex-ANP bem conhecidos pelas suas prepotências e abusos.

Desde Maio que os trabalhadores vinham lutando por aquele saneamento. Na semana passada os trabalhadores decidiram pôr fim a uma situação antidemocrática que, além do mais, estava a causar sérios prejuízos à economia daqueles serviços e da ilha, pois que os administradores fascistas procediam a uma gestão deficiente. Os trabalhadores formaram piquetes para impedir a entrada nos serviços da administração fascista. Ao fim da primeira jornada de luta os fascistas foram superiormente suspensos, foi ordenada a abertura de um inquérito às suas actividades naqueles cargos e é brevemente esperado naquela ilha um membro das Forças Armadas que passará a orientar os serviços.

A vitória dos trabalhadores da Junta Autónoma dos Portos de P. Delgada tem um grande significado político numa ilha como S. Miguel, onde o processo de democratização ainda mal fez sentir os seus efeitos: com efeito, à frente das escolas, liceus, autarquias locais e importantes sectores da administração pública continuam os fascistas e reaccionários de S. Miguel, manobrando e atemorizando as populações...

O comunicado divulgado pela Célula do Partido Comunista Português da Junta Autónoma dos Portos frisou o significado e as lições daquela vitória dos trabalhadores e salientou a necessidade de todos os antifascistas da ilha prosseguirem um saneamento vigoroso como condição indispensável para o reforço da democracia. O comunicado terminava com a palavra de ordem «Avante pelo saneamento dos fascistas de S. Miguel!»

Novo Centro de Trabalho

A Comissão Concelhia da Horta do PCP divulgou o seguinte comunicado:

A Comissão Concelhia da Horta do Partido Comunista Português comunica que se encontra já a funcionar na Horta um Centro de Trabalhos do Partido Comunista Português, sito na Travessa de S. Francisco, n.º 7 r/c.

Provisoriamente, o horário de funcionamento do Centro de Trabalhos será das 20 as 23 horas, todos os dias.

No Centro de Trabalhos do PCP encontrarás materiais e documentos de divulgação dos objectivos e da acção do Partido Comunista Português. No Centro de Trabalhos do PCP poder-te-ão ser fornecidos esclarecimentos e explicações sobre o programa do Partido Comunista Português.

Dirige-te ao Centro de Trabalhos do Partido Comunista Português!

Informa-te sobre o Partido Comunista Português—o Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista!

REUNIÃO COM PEQUENOS E MÉDIOS COMERCIANTES

Considerando que a realização do 1.º Encontro Nacional dos Pequenos e Médios Comerciantes não deve ser um fim, mas antes um começo, a Comissão de Freguesia de Carnaxide do Partido Comunista Português realizou uma reunião com os PMC da área, para apreciação e discussão das conclusões do 1.º Encontro e como preparação para um 2.º Encontro Nacional.

Foi reforçada a necessidade de uma política antimonopolista e antilatifundista, a rapidez de organização dos PMC e, ainda, a criação, a curto prazo, de condições que visem um «contrôle» de preços com a finalidade de pôr fim às práticas especulativas dos produtos ou géneros, desde a saída dos produtores até à chegada aos consumidores. Nesta reunião participaram mais de 40 pequenos comerciantes e os trabalhos foram orientados pelos camaradas Cosme, da comissão de iniciativa do 1.º Encontro dos PMC, Gomes dos Santos, Levy, Ismael e Paulo, estes da organização local.

Os problemas das actividades

No âmbito das conferências e assembleias que o nosso Partido tem realizado, levou a Comissão de Freguesia de Carnaxide a efeito uma reunião com as direcções das colectividades da área, que teve a presença de 30 delegados representando cerca de 10 colectividades. Os objectivos desta reunião foram a discussão dos problemas concretos que neste momento se põem às colectividades, considerando a actual situação política e, ainda, a preparação de trabalhos a apresentar nas grandes assembleias locais do concelho de Oeiras. A reunião, que teve a colaboração da autarquia local, representada por um dos elementos da comissão administrativa, foi orientada pelos camaradas Orlando e Paulo, da organização local.

PRESENÇA DO NOSSO PARTIDO EM MARROCOS NO CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DO PROGRESSO E DO SOCIALISMO

De 21 a 23 de Fevereiro realizou-se em Casablanca o Congresso Nacional do Partido do Progresso e do Socialismo, de Marrocos. Este foi o primeiro congresso do partido depois da sua legalização, em 23 de Agosto de 1974.

Participaram 18 delegações estrangeiras e esteve presente uma delegação do nosso partido constituída pelos camaradas Francisco Miguel, membro do Comité Central, e Armando Myre Dores, da Secção Internacional.

O camarada Francisco Miguel transmitiu ao Congresso a saudação do Comité Central do nosso partido e fez um relato sobre a situação em Portugal. A intervenção do nosso camarada foi acolhida com a maior simpatia e entusiasmo, tendo a situação no nosso país sido objecto de referências em várias intervenções, nomeadamente na do camarada Ali Ata, secretário-geral do Partido do Progresso e do Socialismo. A nossa delegação teve numerosos contactos com delegados estrangeiros, nomeadamente dos Partidos Comunistas do Iraque e da Síria, tendo tido possibilidade de verificar o enorme prestígio de que goza o nosso partido no plano internacional e o grande interesse e simpatia que desperta a situação no nosso país em todo o Mundo.

Hoje, Portugal é encarado não como um exemplo de regime fascista e de opressão colonial, como acontecia antes do 25 de Abril, mas como exemplo de um país em que as forças democráticas e progressistas estão na ofensiva, em que o povo caminha para uma verdadeira democracia garantida pela aliança inabalável do Povo com o Movimento das Forças Armadas.

Este Congresso Nacional do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos, em que participaram 350 delegados e 250 convidados, mostrou-nos que o povo marroquino tem realmente à sua frente um grande partido, que é e será o obreiro da unidade de todas as forças progressistas que querem construir a democracia e o socialismo em Marrocos. Isto foi confirmado pela presença no Congresso de delegações da União Socialista das Forças Populares, do Partido do Istiqlal e da União Marroquina do Trabalho.

O Partido do Progresso e do Socialismo, herdeiro das gloriosas tradições de luta do Partido Comunista Marroquino pela independência nacional, temperado em dezenas de anos de acção incansável pelos interesses das massas, é bem a vanguarda dos trabalhadores e do povo marroquino.

A garantia do êxito da revolução democrática portuguesa reside na manutenção e reforço da aliança Povo-Forças Armadas, no desenvolvimento da acção das massas populares em consonância com o Movimento das Forças Armadas, no reforço da unidade e acção das forças democráticas e patrióticas.

O PCP, que durante os quarenta e oito anos de ditadura fascista sempre se bateu pela unidade das forças antifascistas, hoje, nas novas condições, continua a fazer todos os esforços para a unidade de todas as forças democráticas, com o objectivo de garantir o avanço do processo revolucionário em curso.

Desejamos, queridos camaradas, que o vosso Congresso seja mais um passo importante para o reforço ideológico e orgânico do vosso partido, para que este continue a desempenhar um digno papel na luta pela realização da revolução nacional democrática do vosso país.

Nas novas condições criadas para os nossos partidos, fazemos votos que as relações fraternais que sempre existiram entre os comunistas portugueses e morroquinos se possam reforçar ainda mais em prol do avanço dos nossos povos no caminho da democracia do processo social e da sua solidariedade actuante na luta contra o imperialismo e pela paz mundial.

VIVA A AMIZADE E SOLIDARIEDADE ENTRE O PCP E O PPS!

VIVA A AMIZADE ENTRE O POVO PORTUGUÊS E O POVO MARROQUINO!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

Saudação do nosso Partido ao Congresso

Em nome dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as mais fraternais saudações e exprime os mais sinceros votos de bom trabalho a todos os delegados ao vosso Congresso, aos comunistas marroquinos e a todas as forças democráticas e progressistas do vosso país.

Os comunistas portugueses têm seguido com grande simpatia a luta dos comunistas marroquinos pela independência nacional e o restabelecimento da unidade territorial do país, pela instauração da democracia e por profundas transformações sociais e económicas que permitam melhorar as condições de vida do povo. Estes esforços do vosso partido foram recentemente coroados pela grande vitória da legalização do Partido do Progresso e do Socialismo.

Os nossos partidos estão ligados por profundos laços de solidariedade, cimentados na luta comum contra o colonialismo e o domínio imperialista em África, na luta dos comunistas portugueses e marroquinos pela Democracia, o Progresso social e a Paz.

Actualmente, o Partido Comunista Português, juntamente com todas as forças verdadeiramente democráticas e progressistas, mobiliza as massas populares para o reforço do Estado democrático e fim de assegurar a defesa das conquistas democráticas já alcançadas e a irreversibilidade do processo democrático, para o prosseguimento firme da descolonização, confirmando os resultados históricos já alcançados, para que sejam tomadas medidas urgentes e operativas a fim de fazer face à grave situação económica e financeira e, finalmente, para que seja cortado o passo à reacção, que continua muito activa, procurando entravar e destruir a revolução democrática.

Sessões e comícios

HOJE

LISBOA — Sessão de esclarecimento no Grupo Desportivo da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, às 19 e 30.
SOREFAME (Venda Nova) — Sessão de esclarecimento com a participação do camarada Jaime Serra, às 18 e 30.
CASTANHEIRA DO RIBATEJO — Sessão de esclarecimento no Ginásio da Juventude da Castanheira, às 21 horas.
SALAMONDE (Vieira do Minho) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 horas.

AMANHÃ

LISBOA — Sessão de esclarecimento no Hospital de D. Estefânia, às 16 horas.
LISBOA — Sessão de esclarecimento para trabalhadores da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, na sala de convívio da Casa da Moeda, às 17 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento na Escola Nuno Gonçalves, na Av. General Roçadas, às 21 horas.
ABRANTES (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
CIDREIRA — Sessão de esclarecimento sobre problemas sindicais no Café do Herminio, às 21 e 30.
FIGUEIRÓ DOS VINHOS — Sessão de esclarecimento no Clube Figueiroense, às 21 e 30.
SALVATERRA DE MAGOS — Sessão de esclarecimento, às 20 horas.
S. ESTÊVÃO DE BRITEIROS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

SÁBADO

ABAÇÃO (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15 e 30.
MACIEIRA (Barcelos) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
PALMEIRA (Braga) — Sessão de esclarecimento no clube desportivo, às 21 e 30.
VILA NOVA DE FAMALICÃO (Calendário) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
LENHAS (Vila Verde) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
FOLHADELA (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
LAMARES (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
ARCOZELO (Ponte de Lima) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária de Vilar, às 15 e 30.
COIMBRA — Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo do Calhabé, às 21 e 30.
S. SILVESTRE — Sessão de esclarecimento no salão da Sereia, às 21 horas.
RIO DE GALINHAS — Sessão de esclarecimento sobre problemas de agricultura e assistência médica, na Escola Primária, às 20 e 30.
SOBRAL (Lagoa de Óbidos) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
FOLQUES (Arganil) — Sessão de esclarecimento na Casa da Caridade às 21 e 30.
CARAMULO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
TENTÚGAL (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 horas.
VILA NOVA DA BARCA (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
VISEU — Sessão de esclarecimento sobre problemas de assistência, na Caixa de Previdência, às 21 horas.

DOMINGO

ARELHO (Óbidos) — Sessão de esclarecimento, às 16 horas.
RUIVÃES (Vieira do Minho) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
NOGUEIRA (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 12 horas.
VILA REAL — Sessão de esclarecimento para operários da indústria de cerâmica, no Centro de Trabalho do Partido, às 10 horas.
CARRELHA (Ponte de Lima) — Sessão de esclarecimento na Escola da Gândara, às 10 horas.
BELA (Monção) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10 horas.
LONGOS VALES (Monção) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15 horas.
BRITELO (Ponte da Barca) — Sessão de esclarecimento na escola às 9 e 30.
S. MIGUEL (Ponte da Barca) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 9 e 30.
RUIVÃES (Ponte da Barca) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 9 e 30.
CRASTO (Ponte da Barca) — Sessão de esclarecimento na escola, às 9 e 30.
PORTELA DE TENTÚGAL (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 16 horas.
CELAVISA (Lousã) — Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia, às 16 horas.

SOBRE A CAMPANHA ANTICOMUNISTA

1. **Está a viver-se actualmente um recrudescimento extremo do anticomunismo. Não se trata apenas do tradicional anticomunismo da reacção fascista e seus aliados, cuja propaganda desde sempre pintou os comunistas como inimigos da pátria, da família e até do próprio homem. Trata-se de uma modalidade de anticomunismo em que aparecem envolvidos coincidindo com a pior reacção, sectores que se afirmam liberais e democráticos, que deformam a política do PCP, caluniam sobre os seus objectivos, mentem acerca da sua actividade.**

2. **Quando dirigentes de certos partidos afirmam ter evitado a guerra civil, querendo significar implicitamente que o PCP a quis provocar, o que pretendem com esta monstruosa calúnia é apresentar o PCP à opinião pública e, em particular, às forças democráticas hesitantes, como inimigo das liberdades e da democracia.**

Quando certos partidos afirmam que o PCP controla a TV e outros órgãos da Informação ou que pretende instaurar uma nova censura, sabem perfeitamente que isto não contém a mínima parcela de verdade, pois é patente que o «contrôle» são eles que o tentam impor com prejuízo directo de todas as forças progressistas. Esta calúnia tem em vista reforçar ainda mais esse mesmo «contrôle» e a desinformação que lhe está associada e, em alguns casos, conduzir à liquidação do que resta de uma informação isenta e unitária.

Quando certos partidos afirmam que o PCP se opõe à realização das eleições e que acusa o povo de ser reaccionário, sabem perfeitamente que mentem, mas têm em vista impedir o saneamento dos caciques fascistas e reaccionários que subsistem ainda em numerosas autarquias locais, caciques em que se apoia agora a actividade desses partidos, e que tudo fazem para silenciar a propaganda do PCP e que tudo farão para impedir que a verdadeira vontade do povo seja expressada.

Estas e outras calúnias da mesma origem procuram criar um clima de tensão e dramatismo e conjugam-se com a actividade provocatória de grupos pretensamente de esquerda, apostados em fomentar a instalibidade e a perturbação. Esta conjugação surge cada vez mais em acções concretas e em alianças políticas publicamente declaradas, umas e outras pondo a nu o oportunismo de raiz que caracteriza estes partidos e grupos, quer se apresentem com fachada de direita, de centro ou de esquerda.

Esta «santa aliança» anticomunista é propaganda, estimulada e paga por toda a reacção internacional que, por um lado, se faz eco das calúnias anticomunistas e, por outro, atribui aos comunistas as provocações e os desmandos que, condenados expressamente pelo PCP, são levados a cabo por grupos pretensamente de esquerda.

É evidente que este recrudescimento da campanha anticomunista tem permitido que os fascistas portugueses se sintam mais animados na sua actividade conspiratória e tem tido influência no atraso de decisões necessárias para o prosseguimento do processo em curso.

3. **A campanha anticomunista propaganda no País, em que se destacam, como agentes mais virulentos, renegados do PCP de todos os matizes, tem como principais objectivos: o isolamento do PCP, a cisão das forças de esquerda, a divisão do MFA, a paralisação de todo o processo revolucionário e o seu retrocesso. os comunistas, e não só, de pretenderem instaurar uma ditadura de esquerda, é, na verdade, com uma ditadura que estão a sonhar. Uma ditadura dirigida por eles, pelos exploradores, contra as massas trabalhadoras e populares. Uma ditadura destinada a garantir a manutenção dos monopólios, a qual terá forçosamente de assentar numa intensificação da exploração da classe operária e demais trabalhadores, na restrição de todas as liberdades.**

A liberdadee e a democracia no nosso país não poderão ser defendidas e desenvolvidas, persistindo os interesses monopolistas. A liberdade e a democracia no nosso país só se construirão com uma firme política antimonopolista e antilatifundiária.

4. **Esta campanha anticomunista tem exactamente como raiz mais profunda a reacção dos partidos e forças políticas da burguesia, quando se trata de definir uma estratégia antimopolista e antilatifundiária. A intensidade com que certos problemas políticos — entre eles o da legislação sindical — têm sido discutidos traduz esta oposição de interesses. O histerismo da campanha representa um esforço gigantesco para iludir e silenciar os verdadeiros problemas que estão em jogo — o saneamento político, a legislação revolucionária, as medidas antimonopolistas, e antilatifundiárias, o avanço da democratização e do processo revolucionário.**

5. **O recrudescimento da campanha anticomunista não está desligada também da aproximação das eleições, que são encaradas por todas as forças reaccionárias com uma possibilidade de modificação do rumo político em Portugal.**

Os últimos acontecimentos em diferentes terras do nosso país demonstram que os reaccionários e filiados de partidos mesmo da coligação, com o apoio de grupos pseudo-revolucinários, procuram de várias formas impedir a acção esclarecedora e a propaganda do PCP e de outras forças progressistas, pôr em causa comissões administrativas de autarquias locais constituídas por representantes populares, provocar assaltos e violências sobre democratas e instalações de autarquias, instaurar um clima de intimidação.

A campanha anticomunista irá tentar alargar-se ainda mais, recorrer a novas calúnias e mentiras, de modo a deformar a opinião pública e a desvirtuar, tanto quanto lhe for possível, os resultados eleitorais.

O PCP, que mais que nenhum outro partido, defendeu sempre a realização de eleições livres, continua e continuará a bater-se pela sua genuinidade e está certo que as intensões reaccionárias serão desmentidas pela realidade.

Isso não significa que o PCP não mantenha as suas preocupações sobre o que se irá passar em certas regiões do país em que a reacção ainda domina grandemente, em que o espírito do 25 de Abril e ainda menos o espírito do 28 de Setembro nunca foi implantado. O PCP não deixará de lutar por todas as medidas que assegurem a realização de eleições verdadeiramente livres.

6. **A experiência está a demonstrar que mais uma vez se iludem aqueles que tentam isolar o PCP. Os que querem dividir saem divididos. Os que querem isolar saem isolados. As massas trabalhadoras, as massas populares estão com o processo democrático e revolucionário, desejam e apoiam o seu firme prosseguimento e, por isso, estão solidárias com aqueles que sinceramente se empenham na sua concretização.**

O PCP chama vivamente à vigilância e à acção contra o anticomunismo..

A luta contra o anticomunismo é parte constituinte da luta pela unidade das forças democráticas. O PCP insiste na importância da unidade das forças democráticas para a construção da democracia em Portugal.

O PCP apela para a classe operária, as massas trabalhadoras, as forças democráticas progressistas para que desmascarem e isolem o divisionismo, para que reforcem a unidade, a organização, a participação activa em todo o processo revolucionário, para que consolidem a aliança Povo-MFA.

Ante o Povo Português está aberto o caminho para a institucionalização de uma verdadeira democracia.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

SUPLEMENTO DIÁRIO DO Avante!

DURANTE O PERIODO ELEITORAL

40 números de 8 páginas cada
preço da assinatura
100$00

inscreve-te propõe assinantes!

Camaradas!

A distribuição pelo aparelho central dos suplementos diários do «Avante!» defrontará dificuldades de transporte. Não será fácil por vezes assegurar a chegada dos suplementos diários com a regularidade e expansão da do número semanal.

As assinaturas feitas desde já assumem, por isso, uma grande importância. O envio pelo correio para assinantes será uma forma muito eficaz de assegurarmos a expansão dos suplementos.

Para todos os militantes, para todas as organizações do nosso Partido, as tarefas de divulgação do suplemento diário do «Avante!» começam já!

É necessário obtermos milhares de assinantes!

Especialmente em regiões mais afastadas é necessário fazer desde já assinaturas que garantam que o nosso «Avante!» chegará todos os dias a todo o Portugal!

Camaradas:

Temos quinze dias para conseguir milhares de assinantes!

Ao trabalho!

SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!»

ASSINATURAS (40 números)

CONTINENTE E ILHAS		
	Via normal (superfície)	100$00
	Via aérea	120$00
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR		
	Via normal (superfície)	100$00
	Via aérea	200$00
ESTRANGEIRO		
ESPANHA		
	Via normal (superfície)	100$00
	Via aérea	120$00
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS		
	Via normal (superfície)	150$00
	Via aérea	180$00
ESTRANGEIRO NÃO EUROPEU		
GUINÉ-BISSAU		
	Via normal (superfície)	100$00
	Via aérea	200$00
BRASIL		
	Via normal (superfície)	100$00
	Via aérea	260$00
RESTANTES PAÍSES		
	Via normal (superfície)	150$00
	Via aérea	260$00
	ASSINATURA DE APOIO mais	100$00

CARLOS BRITO NUMA SESSÃO PARA GRÁFICOS

Promovida pela célula dos gráficos da Imprensa do PCP, realizou-se no Palmeiras Clube de Lisboa uma sessão de esclarecimento, a que compareceram mais de duzentos trabalhadores dos órgãos de Informação da capital.

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido fez uma ampla análise da situação política e económica e da actual estrutura do Poder, definindo a posição do PCP em relação a cada um dos problemas abordados. Ao comentar alguns aspectos da campanha anticomunista desencadeada pelas forças da reacção, com a ajuda dos partidos burgueses da coligação governamental, acentuou que tal campanha tem, entre outros, o objectivo de tentar impedir que as massas populares e sectores importantes da pequena burguesia se apercebam dos problemas fundamentais, de cuja solução depende o avanço do processo democrático e revolucionário. O esforço realizado pelo PS e pelo PPD para evitar que a lei sindical consagrasse o princípio da unicidade, a atitude ambígua desses partidos no tocante às metas progressistas de uma política económica que traduza em factos a estratégia antimonopolista defendida no Programa do MFA, o debate em torno da institucionalização do Movimento das Forças Armadas e da sua presença no processo político, os atrasos no saneamento e o temor provocado pela participação crescente dos trabalhadores na vida nacional são outros tantos reflexos de uma posição de classe, que se define, antes de mais, pela oposição frontal ou indirecta a medidas eficazes contra os monopólios e o latifúndio. Depois de recordar que o PCP nunca foi contra as eleições para a Constituinte e atribui a sua justa importância às que se vão realizar, participando com candidatos seus em todos os círculos eleitorais do País, Carlos Brito salientou que o nosso Partido é, sim, contra a fraude contra as manobras da reacção desenvolvidas em regiões onde as eleições não serão realmente livres. Seguiu-se um debate com a assistência.

ASSEMBLEIA CONCELHIA DO BARREIRO

EXEMPLO DE INTERVENÇÃO DAS MASSAS POPULARES

Grande parte dos avanços verificados no processo democrático devem-se, sem dúvida, à iniciativa e criatividade das massas populares. Discutindo os grandes problemas nacionais, propondo soluções, impondo medidas de vigilância e salvaguarda da democracia, as massas populares têm revelado uma crescente capacidade política de intervenção.

Esta a conclusão a extrair, mais uma vez, após a realização da I Assembleia Concelhia do Barreiro, no dia 16 de Fevereiro, sob a iniciativa do nosso Partido e de outras organizações: MDP/CDE, CPPC, MJT, MDMP e Liga de Intercâmbio com os Países Socialistas. A Câmara Municipal do Barreiro, diversas colectividades e sindicatos participaram ainda neste encontro popular que reuniu cerca de duas mil pessoas e no decorrer do qual a discussão colectiva se manteve viva.

As teses aprovadas por aclamação no plenário final da Assembleia resumem as preocupações imediatas do povo do concelho, as quais, inevitavelmente, se identificam com os problemas sentidos por grandes camadas trabalhadoras. Os monopólios, os latifundiários e a banca privada como inimigos das PME e dos trabalhadores, o boicote económico dos monopólios e as más condições de trabalho são os temas dominantes da tese relativa a **«pequenas, médias e grandes empresas, inflação, custo de vida, especulação»**, cujas conclusões apontam para a necessidade de nacionalização da banca privada, dos monopólios e das indústrias de base, para a intensificação do saneamento, urgência de promover a associação de empresas em cooperativas e controlo das empresas pelos trabalhadores, nomeadamente através da fiscalização da contabilidade das mesmas. A tese em que se abordam os temas **«Cultura, recreio, colectividades e desporto»** insiste no papel das colectividades no processo democrático e na existência de associações e clubes do povo e para o povo. As outras teses referem-se a **«Ensino, educação e situação do jovem estudante»**, **«Saúde, poluição, previdência e assistência social»**, **«A situação da mulher»**, **«Problemas da juventude-trabalhadora»** e **«Sindicalismo»** e **«Habitação, transportes e autarquias locais»**. As conclusões reflectem o desejo de consolidação do processo democrático e a vontade de que este se enraize cada vez mais nas massas populares, que se afirmam como o principal agente revolucionário.

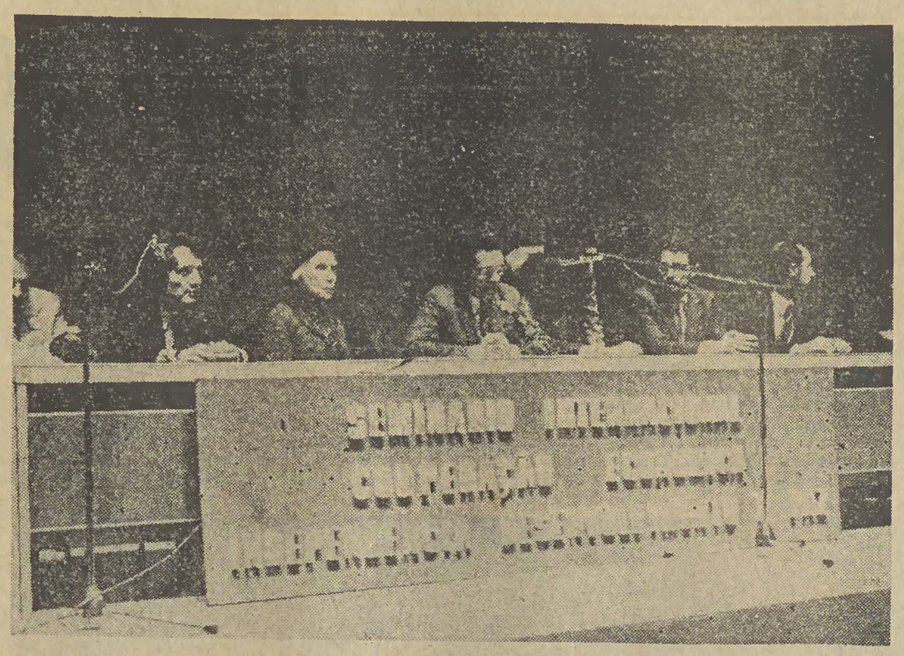
População do Barreiro analisa momento político actual

Paralelamente às teses foi apresentado à Assembleia um texto a enviar ao Governo Provisório de particular importância, na medida em que consubstancia o essencial das aspirações do povo português. O documento é apresentado como: **«Análise da posição assumida pela população do Barreiro sobre o momento político actual, propondo soluções, a maioria delas imediatas, para que o processo revolucionário em curso se intensifique, para uma autêntica consolidação do processo democrático e para a construção de um Portugal novo em todos os aspectos.»** Depois de destacar as importantes transformações democráticas operadas no nosso país (a conquista de liberdades, o fim das guerras coloniais, a abolição da Censura e do Exame-Prévio, a extinção de organizações fascistas como a PIDE/DGS, a Legião e outras e ultimamente a consagração da unicidade sindical), os passos que, com segurança, têm sido dados na construção de um novo país, exceptuando o sector económico, uma das frentes mais importantes onde se joga o processo de democratização e por isso mesmo onde se levantam maiores resistências, a população do Barreiro debruçando-se sobre a actual situação económica, afirma: **«É urgente que sejam tomadas medidas bastante enérgicas e concretas, que tendam à nacionalização dos sectores básicos da economia nacional, à intervenção do Estado e dos Trabalhadores, no sentido de aumentar a produção e a Actividade Económica em importantes sectores da Indústria e da Agricultura, e ao impedimento e punição severa das acções de sabotagem, de forma a que as sanções aplicadas sejam de tal modo exemplares que venham a impedir e desencorajar outras já premeditadas.»**

Analisando depois as condições indispensáveis do reforço da democracia, o documento salienta a necessidade de acelerar o saneamento em moldes eficientes, denuncia mais uma vez a estreita ligação entre a reacção nacional e a reacção internacional, à qual devemos estar particularmente atentos; afirma que a aliança Povo-MFA é um elemento imprescindível para assegurar o processo democrático, pelo que devem ser tenazmente combatidas todas as tentativas divisionistas que a tentam enfraquecer; e manifesta-se pela presença do MDP/CDE na coligação governamental, dado o apoio popular deste jovem partido. Focando, em seguida, as eleições para a Assembleia Constituinte, o povo do Barreiro, lembrando o seu passado de baluarte da oposição portuguesa, avisa que **«estará atento às tentativas fascistas e reaccionárias durante o processo eleitoral»**. A finalizar, o documento saúda o estabelecimento de relações com outros países, «nomeadamente com os Países Africanos e Árabes, e os Países Socialistas».

Diversas moções apresentadas à Assembleia (versando sobre o apoio à candidatura do MFA ao Prémio Nobel da Paz, ao alargamento da coligação, sobre as creches; o apoio à luta dos trabalhadores agrícolas, a emancipação da mulher) foram igualmente acolhidas com grande vibração.

A satisfação experimentada por este encontro, que terminou em convívio animado pela Banda do Barreiro, resulta do facto da população compreender que a sua intervenção, consciente e organizada constitui uma tarefa indispensável para o reforço da situação democrática que vivemos.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PAZ E COOPERAÇÃO

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DEVE SERVIR A POPULAÇÃO

A confiança no futuro da paz, da cooperação económica e do desenvolvimento caracterizou o seminário internacional que o Conselho Português para a Paz e Cooperação e o Conselho Mundial da Paz promoveram no nosso país, com a colaboração do Sindicato dos Economistas.

O comunicado final, aprovado na sessão de encerramento que se realizou no Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, refere nomeadamente a luta de numerosos países para se libertarem do domínio neocolonialista, recuperar as suas riquezas nacionais e obter a instauração de relações económicas justas e equilibradas entre os países e dá como exemplo a acção dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (O.P.E.P.), a primeira desencadeada directamente à escala internacional por países vítimas da pilhagem dos seus recursos nacionais. Acrescentando que as forças da paz devem dar todo o seu apoio a esta batalha cujo sucesso é de uma grande importância para as que é indispensável desencadear para a valorização de outras matérias-primas, para a instauração de um sistema monetário justo e equilibrado e para o estabelecimento de regras comerciais e de cooperação sobre bases mútuas vantajosas, o comunicado final afirma:

«As reacções agressivas dos interesses imperialistas, nomeadamente as ameaças militares do Governo dos EUA a respeito dos países exportadores de petróleo, tanto no Médio Oriente como na América Latina, procuram travar a via desta evolução e constituem um grave perigo para a paz. É essencial que as forças progressistas do Mundo inteiro ajam de molde a impedir a concretização destas ameaças.»

O seminário internacional, que decorreu nos dias 19, 20 e 21 deste mês, contou com a presença de mais de uma centena de participantes e assistentes, entre os quais se destacaram economistas e políticos de vários países — do Terceiro Mundo, socialistas e capitalistas — e das seguintes organizações internacionais: ONU, CNUCED, FAO, OUA, OPEP, Conselho Mundial das Igrejas, Conferência Cristã da Paz e Federação Sindical Mundial.

A sessão de encerramento, onde para além do comunicado final foram lidas as conclusões das duas secções em que o seminário se dividiu, foi presidida por monsenhor Soares Martins, destacando-se na mesa, entre outros, o dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, o dr. Osvaldo Lopes da Silva, economista e membro do Conselho Superior de Luta do PAIGC, o prof. Alberto Martinez, engenheiro e antigo secretário de Estado do Comércio e Indústria no Governo de Salvador Allende. A leitura das conclusões das duas secções foi feita por Jorge Rodrigues, presidente do Sindicato dos Economistas, e por Francisco Mota, economista.

O comunicado final aprovado refere ainda que as relações de cooperação instauradas entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento são um apoio concreto à luta do Terceiro Mundo para a sua independência económica, acrescentando que contribuem para elaborar os princípios de uma nova ordem económica internacional. Seguidamente, o documento frisa a necessidade de um desenvolvimento radicalmente diferente, que se abata sobre os interesses dos monopólios e se oriente em função do interesse nacional e das necessidades da população já que os trabalhadores e os povos dos países capitalistas desenvolvidos sofrem presentemente as consequências da crise profunda que afecta as economias destes países, crise engendrada pelo domínio dos monopólios e pelas políticas económicas que sustentam os seus lucros. E a terminar afirma que para os trabalhadores e os povos da Europa Ocidental, a solidariedade com a luta travada pelos países do Terceiro Mundo se torna uma questão imediata de interesse económico nacional.

Encerrando a sessão e depois de aprovado por aclamação o envio de um telegrama de apoio para o México, onde decorria a terceira sessão do julgamento dos crimes cometidos pela Junta Militar chilena, falou o dr. Carlos Carvalhas, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação, que realçou os aspectos positivos da realização do seminário no nosso país.

O ASSALTO EM BRAGA AO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS

A escalada reaccionária de que estava a ser alvo o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga culminou com a invasão das instalações deste organismo, por um grupo de elementos reaccionários encabeçados por Agostinho Filipe de Sousa, chefe de escritório da empresa Riopele e ex-presidente do Sindicato em questão, saneado logo após o 25 de Abril.

O referido grupo, verdadeiro lacaio do patronato, já anteriormente iniciara uma campanha de difamação do sindicato especulando sobre o Projecto de Lei das Associações Sindicais e, afirmando que a Direcção tomara decisões sem consultar previamente os seus associados.

A culminar este conjunto de manobras tendentes a forjar a desunião dos trabalhadores surgem as ameaças de agressão física a dirigentes sindicais e o assalto ao sindicato, de cujas instalações foram levados ficheiros, arquivos, máquinas, livros, actas, etc.

Mas, «Quem são estes invasores?» — perguntam os trabalhadores de escritório distribuídos por oitenta empresas do distrito de Braga.

Deste grupo reaccionário fazem parte, entre outros, conforme denunciam os trabalhadores num comunicado, Armando Lopes Castro, Fernando da Silva Freitas e Serafim Ferreira, da empresa Riopele; Agostinho Filipe de Sousa que quando do seu mandato sindical fez a oferta de 20 contos à Fundação Salazar, e ainda Fernando Lima Ramos, ambos da firma Coelima.

Cabe aos trabalhadores de escritório de Braga uma rigorosa vigilância e alertar os restantes sectores de trabalhadores para este tipo de manobras divisionistas, de modo a que a sua união e força de trabalhadores conscientes seja a maior arma contra a reacção.

Um elemento do grupo reaccionário sente-se burlado com o 25 de Abril

De resto, um destes indivíduos, Fernando Alberto da Silva Freitas, é bem conhecido por uma «carta aberta» dirigida a elementos do Governo, na qual confessa não acreditar no MFA, que, enfim, se sente burlado com o 25 de Abril! Tais dúvidas e desconfianças sobre o MFA e o 25 de Abril só podem vir de pessoas que estão contra o processo democrático em curso, e, consequentemente, contra os trabalhadores, e sempre dispostos a facilitar e a participar nos ataques das forças reaccionárias.

Pronunciando-se sobre este acto da reacção num organismo sindical, a Comissão Concelhia de Braga no nosso partido aponta:

«Não tenhamos ilusões, os reaccionários não ficarão por aqui, sendo capazes de cometer actos muito mais violentos se não lhes barrarmos o caminho. É bom dizer-se que tais senhores, quando da discussão da Lei sobre Associações Sindicais, astuciosamente, levaram a cabo, nas empresas onde trabalham e noutras, reuniões para dividirem os trabalhadores, sendo de salientar que os donos das empresas não lhes criaram o mais pequeno obstáculo, antes pelo contrário, lhes concederam as maiores facilidades, ordenando até a paralisação das fábricas para a realização de tais reuniões. Tais facilidades concedidas pelos donos das fábricas, de mão beijada, seriam para defender os interesses dos trabalhadores?»

A REACÇÃO NÃO DESARMA

Dez meses após o 25 de Abril, os reaccionários intrigam e actuam. Um pouco por toda a parte, escolhem como sítios privilegiados da sua criminosa actuação, os locais onde a Informação e o esclarecimento mais dificilmente chegam. O alvo é sempre o mesmo: a nova situação democrática estabelecida em Portugal. A arma: o anticomunismo mais cego, idêntico ao utilizado pelo aparelho fascista derrubado em 25 de Abril.

Atacando e desprestigiando o Partido da classe operária — o PCP — e lançando as mais vis calúnias sobre destacados dirigentes do nosso Partido, os reaccionários atacam a própria ordem democrática e conseguem, de vez em quando levar atrás de si populações politicamente mal esclarecidas. Por vezes, os reaccionários intentam passar à acção directa e descem à rua para atacar a democracia.

Segundo a Comissão Concelhia de Moimenta da Beira do PCP, uma sessão de esclarecimento prevista para a freguesia de Sendim, no concelho de Tabuaço foi boicotada por um chinfrim e bater de tachos desenvolvido por um grupo comandado pelo regedor da freguesia. O clima perturbado que esse grupo conseguiu criar impediu que a sessão se realizasse. É de notar que o reaccionário que comandou o boicote à sessão de esclarecimento do PCP ocupava já o lugar de regedor durante o regime fascista e continua a ocupá-lo agora, na nova situação.

Incidentes como este, em que a reacção tenta impedir a todo o custo que os que verdadeiramente defendem os interesses do povo trabalhador esclareçam e informem esse mesmo povo em que a reacção tenta manter a todo o custo, os privilégios alcançados durante quase 50 anos, vêm mais uma vez provar que é urgente ir cada vez mais para a frente no saneamento dos fascistas e no reforço da nossa organização, a melhor arma para combater o anticomunismo, sempre reaccionário. O anticomunismo é um mal que urge extirpar.

SEARA NOVA

EDITORIAL

A Situação Económica da Agricultura e da Indústria
por V. Gomes da Silva

Mas Que Direito? Algumas Notas Críticas sobre Direito e Política
por Lino Lima

Um Grande Partido Nacional
por Albano Lima

O 7 de Fevereiro por Quem lá Esteve: Joaquim Pires Jorge
por Fernando Guerreiro

Poesia Africana de Expressão Portuguesa
por Maria Isabel Colaço

A Conjuntura Económica em Angola
por Mário Antão

QUE A CRISE DO VINHO DO PORTO NÃO ESMAGUE QUEM O PRODUZ!

No dia 20 realizou-se, no Instituto do Vinho do Porto, uma reunião entre membros do Governo, designadamente o ministro da Economia, e representantes das firmas exportadoras do vinho do Porto. Acorreram ao local bastantes produtores que também estavam interessados em conversar com o ministro, apesar de este se propor reunir apenas com elementos das empresas exportadoras e gente ligada à Casa do Douro. Mas, finalmente, acabou por ser também recebida uma pequena comissão representativa dos interesses dos lavradores do Douro, aqueles que efectivamente produzem o vinho do Porto. E o que se passa? É o seguinte. Países como a França, Inglaterra, Holanda, Canadá e outros países capitalistas resolveram boicotar a importação do vinho do Porto alegando que este não tinha a qualidade exigida devido à utilização de álcool sintético (em vez de álcool vínico). Isto provocou um excesso momentâneo da oferta que, presentemente, está armazenada nas firmas que detêm o monopólio da exportação. O vinho do Porto não será absorvido pelo mercado.

Ora esta situação deu o direito àquelas empresas de afirmarem que, se as coisas se mantêm tal como estão, não terão possibilidades de satisfazer os compromissos que assumiram perante os agricultores, os produtores de vinho.

O que significa que, mais uma vez, seriam estes as vítimas das «crises» provocadas pelo domínio do grande capital e da alta finança. Realmente, que culpa têm os lavradores do Douro que o vinho não seja escoado? Foram eles que impuseram a utilização do álcool sintético? Ou foram os fascistas que desde há muito o comercializavam através da Junta Nacional do Vinho, Casa do Douro e Administração-Geral do Álcool e Açúcar, como se diz à boca cheia?... E as empresas exportadoras, na sua maioria pertencentes aos magnates do capital estrangeiro, não terão também a sua responsabilidade?

Além disso, note-se, desde há muito se sabia que o vinho do Porto tinha álcool sintético, pois o álcool de que se fala agora ainda faz parte de uma remessa importada há uns anos atrás... Importação que, ao que parece, também passou pelas mãos daqueles que hoje já não querem o vinho do Porto!.

Mais claramente: tudo isto cheira a manobra do capital estrangeiro para boicotar e sabotar o processo democrático em curso, numa altura em que o problema da via económica para o futuro do País é uma constante do calendário. Dependentes da economia do vinho do Porto existem cerca de 25 000 agricultores e 100 000 assalariados. É bom de ver o tipo de tensões sociais que uma situação de boicote pode provocar. A quem interessam?

O Governo e o povo português têm de estar alerta contra os que pretendem fazer recuar o curso da democracia no nosso país. E não serão os que produzem os condenados a suportar as «crises» provocadas pelo capital mas sim os detentores desse mesmo capital.

É por isso — e salvo soluções mais eficazes a médio e longo prazo — que a Comissão Concelhia da Régua do nosso Partido emitiu um comunicado aos lavradores durienses em que defende, como objectivos imediatos no sentido de solucionar a «crise», os seguintes:

1.º — Os agricultores devem ser sempre ouvidos na discussão de qualquer solução para os seus problemas.

2.º — Deve-se apurar imediatamente as responsabilidades de quem fez as negociatas com álcool sintético, exigindo-se o pagamento de indemnizações aos agricultores pelos culpados que, à custa dessas negociatas já meteram muito dinheiro ao bolso.

3.º — As casas exportadoras devem ser obrigadas a cumprir os compromissos que assumiram para com os agricultores da região do Douro. Pois se eles durante tanto tempo chuparam o suor e o dinheiro dos agricultores, monopolizando a exportação, com certeza que ainda lhes sobra muito lucro para pagarem o que devem! Quem lhe comeu a carne que lhe roa os ossos!

Vasco Gonçalves ao País:

«NÃO ESTAMOS INTERESSADOS EM VOLTAR PARA TRÁS»

A notável intervenção do Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, na sessão de dinamização cultural da última quinta-feira, no Sabugo, foi assinalada pela lucidez exigida diariamente pelo movimento popular de massas, por todos quantos sabem que não podemos parar e muito menos recuar no caminho da democratização nacional. É imprescindível avançar por essa via com **«passos firmes e seguros»**. Assim o exige **«o sujeito activo»** o **«motor»** da sua própria história: o Povo trabalhador de Portugal.

Disse o Primeiro-Ministro:

«Não estamos interessados em voltar para trás, nem o Movimento das Forças Armadas o permitirá. Nós andaremos para a frente. Precisamos de dar passos firmes, sólidos e seguros. É preferível dar esses passos — seguros, sólidos, firmes, numa certa cadência — do que dar cambalhotas para a frente e depois, voltar para trás. Julgo que essas tendências extremistas não devem ser abatidas como qualquer coisa do demónio que nos aparece à nossa frente. Deveis antes procurar esclarecer. Procurar mostrar os vossos pontos de vista. Procurar mostrar a razão da vossa causa. Recuperar essa gente, esses trabalhadores, mostrar-lhes que já passou a idade do infantilismo acerca desses problemas, que temos de ter lucidez, ser adultos e conscientes. (...)

A riqueza dos aspectos da realidade nacional analisados pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, o vigor e a clareza que lhes imprimiu, tornam difícil e arriscada a inevitável escolha dos pontos mais salientes da sua intervenção, cheia de pormenores e apontamentos, qual deles o mais vivo e digno de interesse. Falando do conceito que tem do «Povo» disse que nele cabem todos aqueles que querem lutar pela instauração de uma verdadeira democracia económica e social no nosso País. Citou não só as classes trabalhadoras, mas ainda **uma pequena burguesia, os padres, a média burguesia (..) todos aqueles que não estão interessados em explorar (...) todos aqueles que não tenham por objectivo da sua vida a exploração do Povo Português.** Para eles falou Vasco Gonçalves, e para os que não podem deixar de entender correctamente as suas palavras, quando afirma que o Povo Português tem neste momento a oportunidade rara de construir ele próprio o seu futuro em conjugação com as Forças Armadas, **no desenvolvimento de um processo revolucionário que é ímpar na nossa história.**

Desse modo, ao referir-se ao custo de vida, frisou que a situação não se pode modificar **sem mexer a fundo nas estruturas da produção, sem meter a mão nos circuitos de distribuição, sem atacar a especulação.** Palavras claras: só não as ouvirão aqueles a quem não interessa que o povo construa o seu futuro. E repetindo, para que os ensinamentos não se percam, Vasco Gonçalves lembrou que aqueles que dizem **ter falta de confiança no nosso processo são gente que espera fazer voltar este processo para trás, mas este processo não voltará para trás.**

Recordando a herança fascista e o facto de não termos mudado radicalmente as condições de vida em Portugal, que continuam a processar-se **dentro de um certo sistema económico**, o Primeiro-Ministro citou o exemplo **desses generosos trabalhadores alentejanos** que lutam **pela defesa e pelo desenvolvimento da nossa produção**, ao contrário dos **empresários que se demitem** e que **não estão de facto à altura do momento que vivemos**, como não o estão os que não cultivam as suas grandes propriedades.

Quem está interessado em que o nosso Povo não se liberte? Antes do 25 de Abril, por exemplo — prosseguiu — **não havia trabalhadores do campo organizados em sindicatos. Quantos vemos nós? A vida sindical expande-se. Os trabalhadores aprenderam que, através dessa união, irão defender os seus interesses e os do País, que são os mesmos. E assim, no distrito de Beja, por exemplo, há nesse momento as maiores searas de sempre. Isto é devido a quê? Ao 25 de Abril e à tomada de consciência que a nossa revolução vai dando ao nosso Povo. Isto é tramando para quantos tratavam as classes mais desfavorecidas como os senhores feudais tratavam os seus servos.**

«Não podemos esperar que a democracia nos seja servida numa bandeja dourada, pois tem que ser conquistada a pulso por todos». Todos os dias temos de obter **«pequenas vitórias»** — frisou a dado passo, lembrando mais adiante a **«austeridade»** que **«deve ser em relação a todos e não só em relação às classes mais desfavorecidas»**, lembrando a vigilância popular e pedindo **«muita atenção para aqueles que metem cunhas no nosso seio para nos denegrir».**

«Chega-se a falar — disse — **de que estamos à beira da guerra civil. Onde é que isso se verifica? Pois se nós, depois do 25 de Abril, tivemos duas mudanças de presidente da República sem sequer impor o recolher obrigatório! Não é isto a maior prova da nossa tranquilidade?** — realçou, citando a calma, a tranquilidade e a segurança que caracterizam as Forças Armadas.

Depois de frisar que os «sabotadores não cabem na nossa unidade», Vasco Gonçalves referiu-se à descolonização e aos compromissos assumidos para com ela, recordando que todos temos deveres a cumprir no Ultramar, neste **«país que só perdeu com a política colonial». «Alguns terão ganho** — acrescentou — **aqueles que tinham lá grandes capitais e que os deslocaram até para fora de Portugal. Esses ganharam com as colónias, mas o Povo Português nunca ganhou com as colónias»**, salientou, acrescentando:

Os nossos militares poderão continuar a ter de morrer, apesar de termos feito a paz. E isso verificou-se, o outro dia, em Luanda. Mas hoje não é por nossa vontade. As nossas tropas estão ali para garantir que a independência desses povos se realize. Não desejamos a morte dos nossos soldados. Mas temos acima de tudo de cumprir, com honra os nossos compromissos.

Referindo-se à Igreja, Vasco Gonçalves lembrou o seu papel nesta revolução afirmando que **nunca devemos consentir divisões no campo da religião. Devemos estar alerta contra quem nos queira dividir nesse âmbito que é da nossa consciência** — frisou.

Depois de se referir à questão do ensino (os estudantes devem compreender — disse — que são **tão trabalhadores como os outros** e que é o Povo Português **que paga as Universidades**, que paga as escolas...) o Primeiro-Ministro focou demoradamente outras questões candentes da actualidade nacional, como a reacção e o fascismo que **ainda não morreram em Portugal**, a institucionalização do MFA (uma das vias fundamentais para o **Povo Português vencer o seu caminho do futuro e do progresso** — salientou), a via socializante, a independência económica e política (**não andamos a copiar modelos alheios**) e, por fim, a campanha eleitoral que se aproxima.

A nova Constituição — afirmou **não pode ir contra as conquistas que o MFA e as forças progressistas em Portugal já obtiveram para o Povo Português. Essa nova Constituição não pode atraiçoar o espírito do Programa do MFA. Isto é preciso que fique bem nítida na cabeça de todos nós** — frisou. **Só assim se garantirá a liberdade do Povo Português.**

Salientando que o voto do povo tem de ser exercido pela liberdade e não contra a liberdade, Vasco Gonçalves acrescentou que a campanha eleitoral **«deve decorrer em ambiente de verdade, de transparência».** Depois de exortar os órgãos de informação para que continuem a apoiar o processo de democratização, o Primeiro-Ministro frisou:

«Nós não devemos cometer erros irreparáveis. Por isso apelo para a sensatez e para a calma de todos os portugueses, em particular das classes trabalhadoras, para que não sejam cometidos erros irreparáveis. Cometer erros desses é voltar atrás e nós não queremos voltar atrás, tudo faremos para que se não volte atrás.»

E o brigadeiro Vasco Gonçalves concluiu o seu improviso, rodeado por grande calor humano e simpatia, no meio de abraços e aplausos vibrantes, com palavras sobre a construção do nosso futuro:

«O que é liberdade senão isso. Ser capaz de construir o seu próprio destino pelas suas próprias mãos. Isto é que é a verdadeira liberdade. Para construirmos a sociedade justa que os bravos e generosos militares do Movimento das Forças Armadas tinham no seu pensamento ao fazerem o 25 de Abril, é necessária a unidade inquebrantável do povo e das Forças Armadas.»

COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO CHILENO

Com a presença de Luís Figueiroa e Eduardo Rojas, respectivamente presidente e vice-presidente da Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT), realiza-se esta noite, no Pavilhão dos Desportos, um comício de solidariedade com o povo chileno, no qual participarão também elementos do Secretariado da Intersindical. Por seu turno estará patente, até ao dia 28, no Palácio Foz, uma exposição fotográfica sobre os três anos de Governo Popular no Chile.

Entretanto a Intersindical solidarizando-se com a resistência do povo chileno apela para que seja dada nos órgãos de Informação a mais ampla cobertura do 22.º aniversário da CUT, que se comemora este mês, tendo em conta que o movimento sindical chileno e a sua Central Única se mantêm firmes no combate permanente à ditadura de Pinochet, pelas liberdades democráticas e pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

ASSINA O "AVANTE!"

COMÍCIOS EM ÁGUEDA, SEIA E COIMBRA

Estando inicialmente prevista a ida do camarada Álvaro Cunhal a Águeda ao Ginásio do Mercado, a sua impossibilidade de última hora de o fazer, devido à reunião do Conselho de Ministros de sábado, constituiu tristeza profunda em quantos ali acorreram. De facto, milhares e milhares de pessoas de todo o distrito de Aveiro, dirigiram-se a Águeda — uma das zonas mais industrializadas do distrito — a participar em mais esta jornada de luta do nosso Partido. A poderosa tradição democrática mantida nesta terra por homens progressistas, pelas massas populares, que jamais se curvaram perante os caciques ou se venderam, ficou mais uma vez patente nesta grande manifestação popular de massas.

Logo a partir das 21h, iam chegando ao local grande número de motorizadas, bicicletas ou automóveis. Identificados com os cartazes das suas empresas ou da sua localidade, milhares e milhares de pessoas disseram «sim» à convocatória lançada pela Comissão Concelhia de Águeda do nosso Partido. Muitas pessoas tiveram ainda de ficar no exterior do recinto.

Para a mesa foram chamados vários representantes de organizações concelhias e de freguesia e de células de empresa do nosso Partido, e ainda Rui Breda, da Comissão Concelhia de Águeda, que presidiu ao Comício, Manuel Paiva, membro da Direcção da Organização Regional das Beiras, Carlos Luís Figueira, membro da DORB e suplente do Comité Central, José Bernardino, da DORB e membro do Comité Central e Rogério de Carvalho, membro do Comité Central do nosso Partido.

Depois de uma breve intervenção de Rui Breda, o camarada José Bernardino, numa longa intervenção, teve oportunidade de referir alguns aspectos da campanha que muita gente leva a cabo, inclusivamente alguns que se reclamam de democratas e antifascistas, contra o nosso Partido. **Com mentiras, calúnias, abusando da falta de informação de um povo dela privado durante 48 anos, esses tais procuram enganar o nosso povo, procuram impedir — até fisicamente — que a voz do PCP chegue a toda a parte, semeiam a dúvida e a desconfiança relativamente aos comunistas** começou por apontar.

QUEM TEM MEDO DO PCP?

A prosseguir, passou a dar resposta, analisando casos concretos, a três perguntas — «Quem tem medo do PCP? Que significa afinal a campanha anticomunista? Que se procura ocultar com ela?»:

O fascismo consistia no poder sem freio dos monopólios e dos latifundiários. Através da privação das liberdades democráticas, da privação do direito de associação e sindical, através da mais odiosa repressão, o fascismo visava perpetuar a desenfreada exploração dos trabalhadores das cidades e dos campos em proveito de um pequeno grupo de grandes grupos financeiros, senhores do grosso da nossa riqueza e vivendo à custa daqueles que a produzem. Com o 25 de Abril, o poder político passou dessas mãos para mãos amigas do povo. Abriram-se as portas para a instauração de um regime novo, de um regime para servir o povo e privar essas minorias da injusta posição dominante na nossa economia. Pois bem: é difícil convencer o povo que é correcto uns terem tudo e outros viverem mal; é difícil convencer o povo que é justo que uns tantos tenham todas as possibilidades na vida, a saúde, o ensino, o conforto, enquanto outros vivem mal tantas vezes sem luz, esgotos ou mesmo água como acontece em tantas terras em Aveiro. Que fazem então os homens dos monopólios através dos seus testas de ferro? Acenam com o papão do comunismo, vêm ressuscitar a campanha dos fascistas contra nós e difundir mentiras e calúnias que façam com que o povo... lute contra os seus próprios interesses. Estão a ver: os indivíduos que têm milhões, como não querem ver-se privados deles, aparecem a dizer aos que pouco têm que os comunistas lhe vêm tirar esse pouco. Daí começam a defender que nada se deve tirar. Então como ficaríamos? Eles ficariam com as suas riquezas desmedidas; o povo ficaria com a sua miséria!

Em Águeda

O anticomunismo visa debilitar as energias criadoras do nosso povo e a força sobre que repousa a consolidação da democracia. Foi a partir do anticomunismo que os reaccionários, que as direitas, começaram a atacar os homens do 25 de Abril, o glorioso MFA. A escalada é evidente: por todos os meios financeiros e materiais, através de gente que viveu à custa do fascismo, procura expandir-se o terror do comunismo; a seguir diz-se que tal ou tal militar é comunista; depois já é todo o MFA que é comunista. Para quê? Para tentar minar a aplicação do programa antimonopolista do MFA, para contrariar o prestígio e popularidade entre as massas dos militares libertadores, para dividir as Forças Armadas e a sua aliança com o Povo.

Frequentemente interrompido por vivos aplausos, o camarada José Bernardino frisou bem que «cada um de nós deve pôr-se como obrigação desmontar essa campanha que apenas visa enfraquecer-nos. E deve levantar-se contra quem espalha essas atoardas, contra quem nos procura enfraquecer, quem nos procura dividir».

ANTICOMUNISMO — INSTRUMENTO DE COMBATE DOS PRINCIPAIS INIMIGOS DO POVO

Depois da intervenção do orador seguinte, Celso dos Santos, da Célula de Empresa de IVAL Joaquim Valente d'Almeida, falou uma operária da Alfred Malich Portuguesa, de S. João da Madeira, que deu a conhecer aos presentes a luta que actualmente ali se trava.

A seguinte moção enviada pela Comissão de Freguesia do Préstimo do nosso Partido foi recebida pelos presentes com grandes aplausos e com um unânime «O povo está com o MFA»: «No Comício de Águeda do PCP, realizado em 22 de Fevereiro de 1975, com a presença de milhares de pessoas saudam o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e apoiam as palavras proferidas no seu discurso, nomeadamente no que se refere ao cumprimento do plano económico e à solução clara de uma política antimonopolista e antilatifundiária.»

Leonel da Rocha e Silva, da célula de empresa da Friportus, e Albertino Augusto Santos, camponês, seguiram-se.

A finalizar, falou Rogério de Carvalho que, referindo-se à violenta campanha anticomunista, disse:

O nosso Partido é hoje alvo de uma violenta campanha anticomunista. Dizem de nós o que nunca dissemos, fizemos ou pensámos.

No passado, o anticomunismo foi a arma preferida da propaganda fascista. Os governantes de então esperavam liquidar a influência do Partido dos trabalhadores. Tentaram-no pelo aniquilamento físico e pela destruição ideológica. Sabemos hoje que os seus planos saíram gorados. Ao cabo de meio século de terror, o PCP, que era já, quando o fascismo subiu ao Poder, um Partido fortemente implantado na classe operária, transformou-se num grande Partido nacional, estreitamente ligado à classe operária e aos trabalhadores, gozando de um enorme prestígio e de uma real influencia entre os trabalhadores e as mais amplas massas populares.

Tal como no passado, o anticomunismo é hoje um instrumento de combate dos principais inimigos do nosso povo. Dos inimigos dos operários e dos camponeses, dos inimigos do povo trabalhador, que são, no plano político, a reacção e o fascismo, no plano social, os monopólios e os grandes agrários. São estes que pintaram a pintam os comunistas como inimigos da pátria, da família e até do próprio homem. São estes que fazem do anticomunismo a sua principal arma na luta contra a liberdade, a democracia e o progresso social.

Mas hoje surge uma modalidade de anticomunismo em que aparecem envolvidos, coincidindo com a pior reacção, sectores que se afirmam liberais e democráticos e que deformam a política do PCP, caluniam os seus objectivos, mentem acerca da sua actividade. Estas deformações, mentiras e calúnias procuram criar um clima de tensão e dramatismo e conjugam-se com a actividade provocatória de grupos pretensamente de esquerda, apostados em fomentar a instabilidade e a perturbação. Todos eles apareceram irmanados numa «santa aliança» anticomunista, como se exemplificou em certos escritos e em comícios que assumiram carácter nitidamente provocatório.

O anticomunismo encobre em geral uma política reaccionária, uma solução dos problemas nacionais contrária aos interesses dos trabalhadores e das massas populares, a tentativa de enganar o povo, desviando-o dos seus verdadeiros defensores.

E terminando a sua intervenção, apontou:

O PCP está consciente das suas responsabilidades. Por isso apelamos para os operários e para os camponeses, para o povo de Águeda, para que unam as suas energias, para que lutem pela solução dos problemas da hora presente, para que escolham acertadamente aqueles que os hão-de representar na Assembleia Constituinte, de modo que possamos realmente construir um Portugal democrático, pacífico e independente, um Portugal caminhando para o socialismo.

MILHARES DE PESSOAS NO COMÍCIO DE SEIA

No período de agitação que antecedeu a realização deste grande comício no ginásio da Escola Técnica, em Seia, várias manobras de intimidação tiveram lugar, quer através de inscrições na parede dizendo **Álvaro Cunhal morrerá em Seia**, quer através de agressões físicas a militantes, quer mesmo com ameaças de tiros atirados para o ar. Estas manobras seriam profundamente denunciadas no decorrer do comício, nomeadamente na intervenção do secretário-geral do nosso Partido.

Para a mesa foram chamados representantes de várias células de empresa de todo o distrito da Guarda e ainda de todas as organizações concelhias. Da Direcção da Organização Regional das Beiras, estiveram presentes os camaradas Bento e Carlos Luís Figueira; da Comissão Distrital da Guarda os camaradas José Augusto Piscoa e Mário Canotilho; e ainda o camarada Alvaro Cunhal.

O comício iniciou-se com a Internacional, seguindo-se imediatamente no uso da palavra o representante da Comissão Concelhia de Tortosendo que saudou o nosso Partido e a sua Direcção por intermédio do camarada Álvaro Cunhal.

José Augusto Pisco, da Comissão Distrital, começou por se referir ao nosso Partido que **mercê da sua forte implantação no distrito da Guarda, tem estado empenhado por intermédio dos seus militantes e simpatizantes numa luta revolucionária em defesa das classes mais desprotegidas.** Referiu-se depois aos despedimentos, ao boicote económico às calúnias e ainda ao anticomunismo.

Como ele adiantou, a organização do Partido no distrito da Guarda, **não apareceu só agora.** E prosseguiu: **Todos vós estais lembrados da gloriosa jornada de luta que foi a greve de 1946. Os operários de Manteigas, Covilhã, Tortosendo, Gouveia e Seia, arrancaram para a luta mercê da organização do PCP, com vista a obter melhorias nas condições de vida miserável que tinham. Foram para a greve, como estais lembrados, 10 000 operários. Foi graças à unidade que os trabalhadores conseguiram, apesar da pronta e imediata reacção das forças de repressão, permanecer 15 dias em greve.**

A terminar a sua intervenção, aquele membro da Comissão Distrital da Guarda afirmou: **Camaradas, não podemos ficar parados. Não podemos esperar que só alguns nos abram os caminhos difíceis que ainda temos de percorrer. Temos de ser todos; os trabalhadores, os operários, os estudantes e os intelectuais; todos aqueles que sofreram, todos aqueles, que foram humilhados, a cerrar fileiras em volta do Partido Comunista Português, Partido da vanguarda dos operários e trabalhadores que ontem como hoje defendeu e defende o povo português para a implantação do socialismo e comunismo.**

GUARDA: UM DISTRITO AINDA COLONIZADO

Decorridos 10 meses após o 25 de Abril, o orador seguinte, Mário Canotilho, também da Comissão Distrital da Guarda do nosso Partido, passou a fazer um balanço da Revolução e da actividade revolucionária do nosso Partido neste distrito da Guarda.

Serena mas categoricamente, teremos de concluir que o fascismo ainda não foi varrido deste País, pelo menos, destas zonas beiroas. É que nesta região de granito, as marcas de uma colonização capitalista agrária estão ainda bem patentes.

Zona que ainda há bem poucos anos se caracterizava por «grandes casais», chamados «casais de fora» com centenas de propriedades, fossem ou não de tipo senhorial, ela constituiu uma autêntica «reserva» de capital humano de que o fascismo português dispôs e manobrou para os mais diversos fins.

Deste distrito partiu e parte um dos maiores contingentes da emigração para a Europa e daqui têm saído a maior percentagem de professores primários, de guardas da PSP, da GNR, e da G. Fiscal, como saíram legionários e agentes da PIDE.

Mas, com tão razoável número de agentes do aparelho de Estado, a que não têm faltado uns generais e conselheiros, chocante e contraditóriamente, a maioria das sedes dos concelhos têm graves problemas de abastecimento de água e esgotos, problemas que se estendem à esmagadora maioria das aldeias deste distrito.

E, no plano das ligações rodoviárias entre os aglomerados urbanos a situação é, como tem sido reconhecido, simplesmente aflitiva.

Em muitos concelhos há carências graves nas construções escolares e será porventura este Distrito o de maior jaridez no capítulo dos organismos culturais, desportivos e recreativos.

O surto industrial ganhou ainda que relativa importância nos concelhos de Seia, Gouveia e Manteigas a par de meia dúzia de outras unidades na Guarda e Sabugal, sem significado de maior.

Este quadro económico-social diz-nos bem do que tem sido e é, a ambiência e a vida política nesta região das Beiras.

Um povo que labuta e moireja, com um forte sentido de libertação, não conseguiu uma afirmação e um poder colectivo que o faça sair da cauda das regiões do País, quanto a progresso social. É que muitas dessas antigas casas senhoriais deram apenas origem a uma larga série de «riquinhos» de aldeia, tantos desses industriais de berço bem humilde, buscam apenas um azular de sangue, milhentos desses heróicos emigrantes ou se tornaram em novos agrários de aldeia, sem produtividade, ou caírem nas malhas absorventes do capitalismo financeiro português, nas Torraltas e nuns depósitos a prazo.

E mais adiante:

Esta realidade cruenta, já por de mais de uma vez tem feito comentar democratas de variadas tendências, mas de indiscutível seriedade, que «tudo está por fazer», que o 25 de Abril ainda não chegou à maioria das aldeias, à generalidade das casas do povo, a alguns sindicatos, à maioria dos estabelecimentos de ensino, às caixas de previdência e mesmo até a muitos postos da GNR, da PSP e da G. Fiscal, do Distrito da Guarda.

Entretanto, conforme ele fez questão de frisar, esta realidade também a apreenderam as brigadas das Campanhas de Alfabetização e reconheceram-na como inteiramente exacta as brigadas de dinamização cultural de oficiais, sargentos e praças da EPAM em Outubro passado.

Este grande comício e a movimentação popular que se gerou à sua volta, **revela-nos**, conforme referiu o último orador, o camarada Bento, da DORB, **que cada vez mais aqui nas Beiras os trabalhadores e outras camadas do povo começam a despertar para a participaçã política de uma forma cada vez mais consciente, e que não estão nada interessados em deixar fugir por qualquer circunstância das suas mãos as conquistas democráticas alcançadas pela revolução de 25 de Abril.**

COIMBRA: JORNADA MEMORÁVEL

O comício realizado pelo nosso Partido em Coimbra no qual esteve presente o camarada Álvaro Cunhal constituiu mais uma grande vitória na nossa tarefa de esclarecimento e organização das massas populares.

A participação popular massiva representou a estrondosa derrota das manobras desenvolvidas pelas forças reaccionárias na região, que chegaram a envolver ameaças físicas além das esgotadas calúnias dirigidas contra o nosso Partido, o único que, durante 48 anos, organizou e alimentou a resistência antifascista.

A táctica da reacção foi objecto de análise do camarada Carlos Luís Figueira, membro da Direcção da Organização Regional das Beiras e membro suplente do Comité Central que após ter saudado todos os militantes e simpatizantes do Partido, a classe operária, trabalhadores e camponeses presentes, afirmou:

A REACÇÃO TIRA PARTIDO DO OBSCURANTISMO DO POVO

«Assiste-se nos últimos tempos a uma desenfreada campanha anticomunista com particular relevo na vasta região coberta pela acção política da Direcção Regional das Beiras.

Através de várias formas e meios os caciques locais, senhores de privilégios adquiridos à custa do nosso Povo, movem toda uma campanha reaccionária a fim de impedir que a voz do nosso Partido chegue junto das populações, as esclareça e as arranque ao obscurantismo, galvanizando-as e mobilizando-as para a luta por uma sociedade mais justa.

Com uma situação económica, social e política particular devida à predominância da pequena e média propriedade, a um processo de industrialização recente, com uma classe operária vinda em grande parte do campesinato, com centenas e centenas de pequenas aldeias isoladas sem caminhos nem electricidade, nestas vastas regiões da Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa a reacção aproveita o isolamento e atraso dessas populações e investe aqui doses maciças de anticomunismo, algum do mais primário e assim procura impedir o avanço da acção e da influência do nosso Partido, das suas palavras de ordem e com elas o avanço do verdadeiro processo democrático.

Tirando partido do sentimento religioso da esmagadora maioria destas populações, deturpa as posições do Partido face à Igreja e à religião e disso se servem para erguer mais uma barreira à influência do Partido.

Todos os meios lhe servem. Nestes cinco distritos de Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Guarda e Coimbra, nós encontramos por toda a parte as mesmas marcas.

Antigos colonialistas ressaibados com a libertação dos povos coloniais unem-se e tentam boicotar sessões de esclarecimento do nosso Partido em Oliveira de Hospital e o mesmo sucedendo no Sabugal; regedores de freguesia orquestram o mesmo boicote em Moimenta da Beira como já antes pides ainda à solta organizavam provocações e agressões físicas em Satão; fascistas do Partido Liberal ou do Partido do Progresso fazem o mesmo no Carregal do Sal. Exemplos destes poderíamos ainda ditá-los em relação a Fiães, Oliveira do Bairro, Anadia, aqui no distrito em Arganil, em Arazede, como em Cabanas do Viriato e em Figueira de Castelo Rodrigo, etc., etc.

Mas não é só o boicote às sessões do PCP, é a campanha sistemática de arranque dos nossos cartazes onde a agressão física e a intimidação são usadas e disto temos exemplos bem recentes com a organização deste nosso comício aqui em Coimbra onde cobardemente dois jovens liceais foram barbaramente agredidos por um energúmeno fascista; a histérica campanha desenvolvida pela reacção, e não só, a fim de impedirem a realização do comício do PCP em Seia. São as pichagens nos muros, é ainda a onda infernal de pasquins regionais onde tresanda a mentira e a calúnia contra o nosso Partido. Ainda ontem em Águeda e também nos arredores de Coimbra, uma onda de pasquins anónimos foi lançada, caluniando vilmente o nosso Partido. Perguntamos: se estão assim tão certos do que afirmam porque se escondem no anonimato? Talvez porque ao assiná-los toda a gente veria imediatamente que os seus autores estiveram comprometidos com o anterior regime fascista e porventura estão hoje comprometidos com toda uma gama de partidos que de democráticos só têm o nome.

Alguns destes pasquins regionais aparecem ligados a centros paroquiais e alguns padres não se dispensam já de fazer abertamente a sua propaganda eleitoral a partir dos púlpitos das suas igrejas, explorando os sentimentos religiosos das populações, a influência que têm nelas para perpetuar o obscurantismo e a ignorância e pôr, assim, mais uma vez, alguns sectores da Igreja ao serviço da reacção e da exploração.

O atraso do saneamento vai permitindo por sua vez que os fascistas aí colocados tirem partido dessa posição para continuar a dominar as populações e a mantê-las subjugadas aos seus interesses de caciques reaccionários.

Nesta autêntica invasão de reaccionarite outros se lhes têm juntado e destacado. Não vamos aqui perder tempo com alguns «esquerdecos» cada vez mais identificados como pontas-de-lança da provocação política. Quero antes destacar que a esta campanha se têm juntado outros com capas de democratas... Na lapela de alguns provocadores são vistos com frequência emblemas de partidos que se dizem democráticos. Outros, mais ousados ou confiantes, não se dispensam mesmo de dar vivas aos seus partidos.

Diga-se de passagem que em relação a alguns deles o facto não nos espanta muito, já que alguns desses senhores vestiram tão à pressa a casaca da democracia que era natural que o fato não se lhes ajustasse perfeitamente, e pelas mangas curtas e os fundilhos das calças lhes saísse ainda o resto das fardas da ANP e da Legião Portuguesa.

Já de outros nos espanta mais, sobretudo para quem se diz representante e defensor dos trabalhadores e com ideais, mesmo que só ideais, revolucionários. Mas aqui também se formos ao fundo, bem ao fundo da questão, encontramos a explicação: é que já noutros tempos, alguns até não muito longínquos, a liberdade em abstracto e o anticomunismo em particular foram pontas-de-lança para travar revoluções e defender a exploração do homem pelo homem, e com ela os interesses do imperialismo.

O INIMIGO PRINCIPAL É NO PLANO POLÍTICO A REACÇÃO E NO PLANO ECONÓMICO OS MONOPÓLIOS E OS LATIFÚNDIOS

Perante cerca de dez mil pessoas, na maioria trabalhadores, o camarada Carlos Luís Figueira continuou:

O anticomunismo só servirá a quem tem interesses que não são os do nosso povo a defender! Serve aos monopólios e aos latifúndios, serve à reacção, serve a todos aqueles que querem fazer parar o processo revolucionário actual e impedir que o nosso povo em estreita aliança com o MFA siga em frente na construção de uma sociedade no nosso país que seja em palavras e em factos verdadeiramente democrática.

Camaradas:

Para nós, o inimigo principal é, no plano político, a reacção e o fascismo e, no plano económico, os monopólios e os latifúndios.

Para este combate devemos unir todas as forças. Há que formar uma vasta frente que se oponha à sua política e nela devem caber não só a classe operária e o pequeno e médio campesinato, mas também os pequenos e médios comerciantes, os artesãos, todos aqueles que são afectados pela política dos grandes monopólios e latifúndios.

Entusiasticamente aplaudida, esta intervenção não deixou margens a dúvidas à clareza e temeridade com que o nosso Partido enfrenta quantos pretendem, através da mentira e da fraude, alterar os factos, alterar uma história que fizemos e continuamos a fazer com dignidade: a história de um povo em luta, cujos elementos mais esclarecidos vêm cada vez mais ao Partido, vanguarda da classe operária e dos trabalhadores.

Os comunistas de Oliveira do Hospital, zona onde a manipulação da população e a campanha anticomunista de extrema agressividade, se desenrola impunemente, apresentaram uma moção, aplaudida veementemente, na qual denunciam os caciques locais e os elementos do clero reaccionário, reclamando um ur-

Em Coimbra

Em Seia

GRANDE JORNADA DO POVO DAS BEIRAS

gente saneamento das autarquias locais, a publicação de uma legislação conducente ao rápido julgamento dos responsáveis do regime fascista, rigorosas medidas e severo castigo dos conspiradores reaccionários e garantia efectiva de um amplo exercício das liberdades democráticas dos cidadãos.

Demonstrando que não é meramente com palavras que a nossa política se afirma, como expressão dos anseios populares, encontravam-se presentes trinta e seis células de empresas da região e vinte e um organismos de trabalhadores de diferentes sectores de actividade. Vários camaradas da Direcção da Organização Regional das Beiras, da Comissão Distrital de Coimbra e, ainda, um camarada da UEC, constituíam a mesa, presidida pelo camarada José Bernardino, membro da DORB e suplente ao Comité Central.

Entre a multidão, inúmeros e coloridos dísticos assinalavam a presença de delegações vindas da Lousã, Ceira, Figueira da Foz, Vila Verde, Soure, Montemor-o-Velho, Mira, Miranda do Corvo, Granja do Ulmeiro, Pedrulha, Figueira do Campo, Ervedal da Beira, Penacova, Cantanhede e de outras localidades.

Por ordem das intervenções, seguir-se-iam ao camarada Carlos Luís os camaradas António Henriques, da célula da empresa vidreira da Figueira da Foz, e Joaquim São José Cardoso, agricultor da região do Baixo Mondego, que se debruçou sobre as dificuldades dos pequenos camponeses, salientando a necessidade de publicação da lei sobre arrendamento rural e baldios, e o papel das cooperativas e das associações de classe na resolução dos problemas que afectam as camadas pequenas e médias dos campos; e o camarada Carlos Vila da Fonseca, operário metalúrgico, da Comissão Concelhia de Coimbra, que saudou os trabalhadores da cidade que têm sabido aliar a sua luta por justas reivindicações aos interesses da consolidação da democracia e contra a sabotagem económica.

O camarada Alberto Vilaça, começando a sua intervenção pelo balanço da situação política actual, salientou a certa altura:

Mas há sérias dificuldades que persistem ou se agravam, como sejam as de carácter económico, em que avultam o desequilíbrio da balança comercial, a sabotagem económica dos grandes senhores da indústria, da banca e do latifúndio, a crise que atinge várias empresas e o aumento do custo de vida.

Dois caminhos se colocam perante tal situação.

Há os que encaram tais dificuldades de frente e procuram resolvê-las, doa a quem doer, mobilizando o povo contra os que delas tiram proveito, na certeza de que uma ampla e unitária participação popular no processo democrático vencerá o poder económico, esmagará a Reacção, edificará um Portugal Novo.

E há, pelo contrário, os que de tais dificuldades pretendem desviar o povo, aproveitando-as para fins eleiçoeiros e para que tudo fique na mesma. Ou pior.

Neste mesmo Pavilhão dos Olivais se tem podido verificar isso.

Há quem agite hoje o espantalho da guerra civil, como Marcelo Caetano o fez nas vésperas das eleições-burla de 1969. Há quem dê despudoradamente as mãos à imprensa reaccionária estrangeira nas suas campanhas contra os «perigos» que a democracia correria em Portugal, ou especule com as «desgraças» que adviriam do boicote económico dos países capitalistas só porque se tomam ou propõem medidas antimonopolistas e antilatifundistas. Há, enfim, quem diga que o que interessa mais é instaurar a democracia política e não enfrentar a situação económica.

Assiste-se a toda uma barragem publicitária, com um palavreado tal que, nos termos usados, se descobre o seu sentido verdadeiro: o de que muitos pretendem enganar as massas populares e iludir a opção fundamental que a todos se nos coloca.

Esta é bem clara e já foi apontada pelo nosso Partido.

Ou se avança decididamente na luta contra os monopólios e assim se abre caminho para uma autêntica democratização do País, ou se cai num qualquer arranjo à laia da social-democracia alemã, em que se não mexa no fundamental das estruturas retrógradas de que o nosso povo tem sido vítima.

Se é que tal arranjo chegaria a ser viável...

Vivemos essa escolha decisiva e por isso temos de saber defender-nos — nós, comunistas, e connosco todas as classes exploradas de Portugal — contra os jogos de palavras daqueles que, em vez de definirem linhas de actuação concreta, se entretém com exercícios e classificações gramaticais.

Falam-nos de socialismo em liberdade, de socialismo democrático, de socialismo de rosto humano, de socialismo de base e de não sei que mais.

Só falta falarem de socialismo socialista.

É caso para dizer que Portugal vai tendo o recorde dos adjectivos e adornos de uma palavra tão simples, clara e objectiva como é o socialismo.

O socialismo é algo de concreto e real, que se constrói historicamente, que realiza a democracia económica e que dá o Poder ao Povo.

Tudo o que seja enfeitá-lo com palavreado oco é desviar as massas do seu significado profundo, é confundir e desmobilizar quantos a ele aspiram, afastando-os dos objectivos fundamentais da luta e do combate ao inimigo principal.

Não surpreende pois que, tentando mistificar-se o que é o socialismo, daí decorra o ataque ao socialismo real e ao Partido que faz dele o objectivo da sua luta pela democracia e liberdade — o Partido Comunista Português.

O entusiasmo da multidão que enchia completamente o Pavilhão dos Olivais e recintos próximos manifestou-se permanentemente através de «slogans», cânticos revolucionários e aplausos intermináveis. O acolhimento feito ao camarada Álvaro Cunhal revestiu-se de um calor e vibração quase delirantes.

Como diria no seu discurso o camarada António Pires da Comissão Central da UEC: **«O anticomunismo quebrar-se-á de encontro à barreira da realidade do progresso revolucionário, voltar-se-á, mais tarde ou mais cedo, contra quem o pratique.** Condição indispensável desse progresso revolucionário é a unidade dos trabalhadores exaltada pelo camarada Benjamim Banha, representante da célula da barragem da Aguieira, onde o patronato explora escandalosamente homens e adolescentes que, unidos e organizados, alcançaram, recentemente, uma importante vitória na conquista dos seus legítimos direitos.

Duas moções seriam ainda aprovadas nesta magnífica jornada popular. Uma, relativa à assistência aos pequenos e médios agricultores sob o ponto económico e social, outra, revelando a disposição dos milhares de portugueses presentes em corresponder positivamente ao apelo do Primeiro-Ministro no sentido de tudo fazerem para a execução do plano económico, nomeadamente no seu «contrôle» pelos trabalhadores da cidade e do campo e nas medidas antimonopolistas e contra os sabotadores da economia.

Ao finalizar este comício, cada um dos presentes tinha consciência de que partia para suas terras mais esclarecido, armado ideologicamente para levar ao caminho da razão quantos por ignorância são joguetes nas mãos das forças reaccionárias. A alternativa que o camarada Álvaro Cunhal colocara não admite fugas: **Ligarem-se aos comunistas contra a reacção ou ligarem-se à reacção contra os comunistas?**

ÁLVARO CUNHAL EM SEIA

JUNTOS, O POVO E AS FORÇAS ARMADAS SÃO INVENCÍVEIS

Camaradas e amigos:

Parece que os fascistas quiseram impedir que este comício se realizasse. Deram uns tiros, fizeram provocações, rasgaram cartazes, pintaram ameaças nas paredes.

Pensavam, talvez, que os comunistas da região desistiam, que eu não vinha, que o comício se não realizava.

Mas, afinal, cá estou, camaradas, cá estamos todos! E este comício mostra bem que o povo de Seia, o povo da Beira Alta não se deixa já amedrontar pela reacção fascista e está firmemente disposto a exercer e a defender a liberdade alcançada com o 25 de Abril.

É, pois, com profunda alegria que agradeço o convite para vir a Seia e que transmito à organização regional das Beiras do PCP e à Comissão Concelhia de Seia do PCP, pela sua corajosa acção e pelo trabalho realizado na propaganda e organização deste comício, as calorosas e fraternas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Saúdo também o povo de Seia, vila onde passei a minha infância, fazendo sinceros votos pela sua vida livre e a sua prosperidade.

Permiti, ainda, que transmita as mais cordiais saudações do PCP aos operários desta região, aos operários de Seia, S. Romão, Unhais, Loriga, Vodra, Gouveia S. Paio e outras localidades, que formam o núcleo proletário mais importante desta zona do País e, passando para a outra vertente da Serra, aos operários da Covilhã e Tortozendo, que vejo estarem aqui representados, apelando para que se unam e se organizem em defesa dos seus legítimos interesses contra a exploração, contra a reacção, pela liberdade.

Permiti, finalmente, que saúde, também em nome do PCP, por vosso intermédio, todo o povo da Beira Alta, com a confiança em que alcançará a breve prazo uma vida melhor.

Palavras amigas e de esperança

Camaradas e amigos:

Compreende-se que o sr. Joaquim Fernandes Simões e a sua prole e outras pessoas semelhantes só destes sítios não gostem que em Seia se digam certas verdades.

Eles não gostam que os comunistas venham a Seia, venham à Beira Alta, para afastar as trevas da mentira, para apontar os exploradores e opressores, para trazer ao povo uma palavra amiga e fraternal de esperança no futuro.

Não gostam que os comunistas falem directamente ao povo e digam em voz alta o que o povo murmura a baixa voz e proclamem o que pensam e o que querem.

Não gostam que os comunistas digam ao povo que deve unir-se, organizar-se e lutar para sair da miséria e das dificuldades.

Que tem de lutar para ganhar nas suas próprias terras o bastante para si e para os seus filhos, de forma a não ter que emigrar para países distantes à procura de trabalho e de pão.

Que têm de lutar nas fábricas para que sejam pagas as horas extraordinárias, para que os operários sejam colocados e pagos segundo as suas categorias e para que, conforme a lei, sejam cumpridos os contratos colectivos de trabalho (o que parece não suceder nas fábricas desta região).

Que o povo tem de lutar para resolver o problema da água e dos esgotos, que necessita de ser urgentemente resolvido.

Que tem de lutar para que haja transportes que permitam aos trabalhadores das cercanias de Seia frequentarem a Escola Técnica Industrial.

Que tem de lutar, unir-se, organizar-se, nos campos também, para melhorar a situação, para que baixem os impostos, para que haja mercado para os produtos agrícolas, para que baixem as rendas pagas pelos pequenos agricultores, para que lhes sejam concedidos créditos e ajudas em adubos e melhores preços em sementes seleccionadas e em máquinas.

Àqueles que espalham a mentira não agrada que os comunistas possam vir informar os pequenos comerciantes que, se estão mal, a culpa não é do Cunhal, como propagam, mas do grande capital, dos grandes capitalistas, que chamaram a si todos os benefícios da produção portuguesa, que monopolizaram a banca, a indústria e o comércio e que amontoaram fabulosos lucros que agora enviam de contrabando para os bancos estrangeiros, arruinando a economia portuguesa.

Nenhuma outra força política tem feito mais que o PCP em defesa dos interesses dos pequenos comerciantes, tomando nesse sentido numerosas iniciativas como ainda recentemente num grande Encontro Nacional de Pequenos e Médios Comerciantes realizado em Lisboa sob a iniciativa do PCP. Nós dizemos aos pequenos comerciantes a culpa da vossa má situação não é do PCP, como afirma a reacção. A verdade é que «os comerciantes estão mal por causa do capital». Esta é que é a verdadeira origem da vossa situação.

Aos exploradores e opressores não agrada que os comunistas venham para servir o povo trabalhador com a sua experiência, para dizer aos operários da indústria e do campo, assim como aos empregados, que fortaleçam os seus sindicatos, para dizer aos camponeses que criem Ligas de Pequenos e Médios Agricultores que noutras regiões estão sendo valiosos instrumentos para a defesa dos interesses das massas trabalhadoras dos campos.

Não trazemos connosco palavras de ódio, mas palavras de activa solidariedade e de interesse profundo pela sorte dos explorados e oprimidos.

Não trazemos palavras de dúvida, incerteza, insegurança e alarme, mas palavras de inabalável confiança no futuro.

Não trazemos ameaças de tiros e de mortes, mas o anúncio de um Portugal democrático e pacífico onde o povo seja o senhor do seu destino.

E é por isso que os grandes senhores e a reacção nos combatem. E é por isso que inventam contra os comunistas as mais monstruosas mentiras e calúnias.

A campanha anticomunista

Em nenhuma outra região mais que na Beira Alta o anticomunismo é primitivo e grosseiro.

Eu pergunto-vos, camaradas e amigos.

Sim ou não nas vossas vilas e aldeias os reaccionários dizem que os comunistas, se vierem tiram as terras, as casas e até o dinheiro aos camponeses?

Sim ou não dizem, como fez o padre Matos de Malhada Sorda, no concelho de Almeida, que os comunistas matam os velhos quando deixam de poder trabalhar?

Sim ou não dizem que os comunistas roubam os filhos aos pais?

Sim ou não dizem que os comunistas perseguem a religião e proíbem o culto?

Sim ou não espalham também aqui as histórias de que tal ou tal dirigente do PCP tem uma fortuna, ganha dezenas de contos mensais, é parente do Rapazote e vive no Hotel Ritz?

Sim ou não falam dos comunistas como se fossem ladrões ou assassinos?

E sim ou não há gente boa que conhece do mundo e que, à força de ouvir tantas e tantas vezes estas patranhas, acaba por acreditar nelas?

Nós sabemos que assim é. Não nos dói que a reacção o diga, porque se os exploradores e opressores nos odeiam, é porque alguma coisa estamos a fazer em defesa do nosso povo. Mas dói-nos que filhos do povo, por falta de informação, possam acreditá-lo.

Camaradas e amigos: só quem mente tem medo da verdade. Os reaccionários não querem que os comunistas falem, querem impedir os comícios dos comunistas, porque os comunistas mostram que eles mentem, porque os comunistas trazem a verdade ao povo.

São aqueles que vivem da exploração do povo trabalhador que têm medo da palavra dos comunistas. Porque os comunistas são a consciência, a verdade e a voz do povo trabalhador.

E qual é a verdade, camaradas e amigos?

Se um dia tivermos uma influência determinante na política do País, o que faremos nós, os comunistas?

Podeis estar absolutamente certos de que não tiraremos nem um centímetro de terra aos camponeses, antes tudo faremos para que seja entregue aos camponeses pobres o excesso de terra que pertence a grandes e ricos senhores, que tudo têm e nada fazem.

Podeis crer, camaradas e amigos, que não tiraremos as casas aos camponeses, antes tudo faremos para que as suas casas sejam mais confortáveis, tenham luz, água e instalações sanitárias como a grande maioria ainda hoje não tem.

Não tiraremos os filhos às mães, antes tudo faremos para que não haja mais crianças descalças e famintas, para que os filhos dos pobres possam frequentar as escolas, instruir-se, adquirir uma preparação profissional.

Tudo faremos para que os velhos tenham uma pensão certa e não tenham, como hoje têm, a velhice triste e miserável depois de passarem a vida inteira a trabalhar.

Quanto à religião, defendemos firmemente o direito de cada cidadão professar uma religião e praticar um culto e opomo-nos a quaisquer perseguições à Igreja e ao Clero. São alguns padres que nos perseguem. Não somos nós que os perseguimos.

Por esse país fora lutamos lado a lado com os católicos e há muitos católicos (até sacerdotes) que são membros do Partido Comunista.

Nós, os comunistas, não temos outro objectivo na vida que não seja servir o povo trabalhador do nosso país. No tempo do fascismo milhares de comunistas foram perseguidos, torturados, condenados a pesadas penas de prisão, apenas por defenderem firmemente os interesses do povo trabalhador. Só os membros do Comité Central do nosso Partido, na sua composição actual, passaram, no conjunto, mais de 300 anos nas prisões. Milhares de outros camaradas passaram pelos horrores da PIDE, das prisões e das fortalezas fascistas e do campo do Tarrafal de sinistra memória.

Esta batalha continua nas novas condições criadas pelo 25 de Abril. Os comunistas estarão sempre, em quaisquer condições, ao lado do povo trabalhador, ao lado dos que trabalham nas fábricas e nos campos, ao lado de todos os explorados e oprimidos.

Se os fascistas e reaccionários conduzem uma histérica campanha anticomunista, não é senão porque os comunistas estão inteiramente ao serviço do povo trabalhador e em sua defesa contra os grandes senhores do dinheiro e das terras.

É urgente definir posições

Que os fascistas reaccionários conduzam uma campanha anticomunista é compreensível.

Menos compreensível é que também conduzam tal campanha dois partidos que pertencem, tal como o Partido Comunista, à coligação governamental.

Eu preferiria atacar aqui apenas a reacção e não ter de fazer críticas a partidos que estão na coligação.

Eles desenvolvem porém aqui as suas actividades e, se os ouvis, sabeis bem que, na propaganda contra o Partido Comunista, não temem meças com ninguém.

Para nós, comunistas, o primeiro grande inimigo do nosso povo é a reacção que pretende liquidar as liberdades e fazer regressar Portugal a uma ditadura terrorista. A reacção é o grande inimigo que todos os democratas unidos devemos combater.

Como explicar então que, subitamente, o Partido Socialista e o PPD se tenham lançado numa violenta campanha, não contra a reacção, mas contra o PCP?

Como explicar que tais partidos, ao mesmo tempo que afirmam que não há um perigo de direita, tenham inventado de princípio ao fim a história de que o PCP estava a preparar um golpe para liquidar e instaurar uma nova ditadura?

Quanto ao PPD, existem é certo alguns aspectos que facilitam a compreensão de tal atitude.

Por um lado, o PPD nasceu do ventre da ditadura fascista e mamou no seio do fascismo o primeiro leite político.

Por outro lado e por essa província fora, os homens do PPD são em numerosos casos os velhos conhecidos dos velhos tempos, isto é, gente do antigo partido fascista, a ANP.

Acreditamos na mudança dos homens e há gente no PPD que, nas suas remotas origens, foi, no regime fascista, sucessivamente colaborante, colaboracionista e dissidente para acabar social-democrata após a conquista da liberdade. Há porém, nas estruturas locais do PPD muita gente da antiga ANP que nada mudou das ideias, da mentalidade e dos processos fascistas.

E isto conduz a uma situação grave. O PPD apresenta-se com uma fachada social-democrata no Porto e em Lisboa e uma fachada reaccionária de pura gema nas suas secções de numerosas vilas e aldeias.

Temos que dizer com toda a clareza: se o PPD pretende ser um aliado do PCP no Governo Provisório é bom que não faça guerra ao PCP nas vilas e aldeias da Beira Alta.

O PCP não deseja combater qualquer partido democrático. Mas temos de combater o anticomunismo e temos de combater a reacção onde quer que se encontre, mesmo que se cubra ou encubra com o rótulo de tal ou tal partido.

Quanto ao Partido Socialista, o seu anticomunismo está ligado a uma nítida deslocação para a direita, procurando novas alianças contra o prosseguimento do processo revolucionário.

Tanto o PS como o PPD ameaçaram recentemente sair do Governo Provisório. Tal saída seria sem dúvida má para a democracia portuguesa. Mas seria certamente pior para qualquer dos partidos. Acabaram pois por ficar na coligação, junto com o MFA e com o Partido Comunista.

Esta decisão não resolve porém todos os problemas, pois o tom da actividade destes dois partidos nada mudou. É absolutamente necessário que estes dois partidos tornem claras as suas intenções. E aqui na Beira Alta, como na outras regiões do País, isso tem de ser-lhes perguntado. Que pretendem afinal?

Ligarem-se aos comunistas contra a reacção ou ligarem-se à reacção contra os comunistas?

Seguirem com o MFA e com as demais forças populares uma política antimonopolista e antilatifundista ou fazerem um pacto com os monopolistas e latifundiários contra o MFA e o povo trabalhador?

Já depois de anunciado este comício em Seia, dizem-me que o PS acaba de anunciar que vem a Gouveia. Seria bom que então dessem resposta a estas questões e que, em vez de caluniarem o PCP, desmascarassem a reacção.

O PCP, pela sua parte, está disposto a lutar lado a lado com todos os que querem lutar contra os inimigos do nosso povo, contra os fascistas e reaccionários, contra os que querem instaurar de novo em Portugal a ditadura fascista.

O PCP, como tem muitas vezes repetido, continua consequentemente a sua política de unidade, está pronto a unir às suas forças as forças de todos aqueles que querem defender e consolidar as liberdades (sejam socialistas, democratas, liberais, católicos progressistas), que querem a instauração de um regime democrático, que querem as transformações sociais que respondam aos interesses, aos anseios, às aspirações, aos objectivos do povo trabalhador de Portugal.

As eleições na Beira Alta

Dentro de pouco realizam-se eleições para a Assembleia Constituinte. Pela primeira vez, depois de quase meio século de tirania fascista, o povo português é chamado a votar em liberdade. Trata-se de um acontecimento histórico na vida política portuguesa e de um novo passo na construção da democracia portuguesa.

Infelizmente nem em toda a parte estão criadas condições para que o povo seja devidamente informado do que querem os partidos e os seus candidatos. Também nem em toda a parte, nas operações preparatórias das eleições, se verificou o respeito pelas normas democráticas. Foi isso que aconteceu precisamente nos distritos da Guarda e de Viseu.

A seu tempo, a Comissão Distrital da Guarda do PCP chamou a atenção para irregularidades então verificadas. Nos 14 concelhos do distrito apenas em 4 o PCP foi consultado para a formação de

comissões de recenseamento. O saneamento atrasou-se extraordinariamente e ainda em fins de Dezembro muita freguesia continuava por sanear.

Também, a seu tempo, a Comissão Distrital de Viseu do PCP informou que em 15 dos 24 concelhos do distrito o PCP não foi consultado nem chamado para as comissões.

Não é assim que se preparam as eleições livres que o nosso povo deseja e às quais tem direito depois do 25 de Abril.

Os fascistas e reaccionários acusam os comunistas de quererem pôr fim às liberdades e instaurar uma nova ditadura. Mas os fascistas mostram todos os dias que quem pretende impedir a liberdade e quem usa os métodos ditatoriais não são os comunistas, mas a reacção e seus comparsas.

Os fascistas e reaccionários dizem que os comunistas têm receio das eleições. Mas quem tem receio das eleições, de eleições dignas desse nome, são os fascistas e reaccionários. São eles que têm medo de eleições em que o povo vote com consciência, porque foi informado, porque pôde ouvir os candidatos, porque pôde conhecer o que cada qual pretende, porque pôde comparar e escolher.

Em toda a parte, tenham o rótulo que tiverem, intitulem-se Frente Reaccionária, como no Sabugal, ou digam ser do PPD como em Vila Nova de Paiva e Oliveira do Conde, os fascistas distinguem-se pela intolerância, a brutalidade, a intimidação, a tendência para abafar e silenciar pela violência física qualquer oposição que lhes seja feita.

Para ver isso, os senenses não têm que sair de Seia. Os beirões não têm que sair da Beira.

Como procedem os reaccionários? Como preparam as eleições livres e democráticas estes falsos amigos da liberdade?

Será preparar eleições livres e democráticas sabotar sessões de esclarecimento do PCP cortando luzes e agredindo os participantes, como fizeram no Sabugal?

Será preparar eleições livres e democráticas agredir coladores de cartazes como fez o comandante dos bombeiros de Trancoso? Ou ameaçar abatê-los a tiro, como fez um seu comparsa?

Será preparar eleições livres e democráticas esfaquear gente e cortar pneus como fizeram em Vila Nova de Paiva, freguesia do Touro? Ou será prepará-las ameaçando eliminar os democratas «quando isto virar» (mas não virará), como fez o guarda reformado da PSP Abílio Andrade em S. Pedro do Rio Seco, no concelho de Almeida, e fazem muitos outros em todos os concelhos e todas as freguesias ainda dominadas pela reacção?

Afinal quem quer a ditadura e quem não respeita as liberdades? São os comunistas ou são os reaccionários?

Para que aqui na Beira Alta, como em qualquer outra província se realizem eleições que possam ser consideradas como tal é necessário que haja liberdade de informação e propaganda para todos os partidos e para todos os candidatos, que possa falar quem queira falar, que não haja coacções físicas ou morais, que cada eleitor possa votar segundo a sua consciência e que, quando um partido venha falar às Beiras, quando um ministro do Governo democrático venha falar às Beiras, não mais comecem a gritar que «morrerás em Seia».

Aqueles que queiram impedir o exercício das liberdades caem sob a alçada da lei e devem por isso ser julgados e castigados.

O voto não é obrigatório. Tudo quanto sobre isto diga a reacção é pura mentira. Ninguém pode ser obrigado a votar. É muito menos ninguém pode ser obrigado a votar num ou noutro partido sob ameaças. É de desejar que todos os cidadãos votem. Mas é preferível que não votem a votarem sob a ameaça de sofrerem represálias, de serem despedidos, ou agredidos, ou maltratados, ou liquidados «se isto virar», como dizem os fascistas.

A batalha por eleições livres não é só tarefa do Governo. É tarefa de todos os portugueses. É vossa tarefa também.

O povo da Beira Alta deve exigir que lhe seja assegurado o exercício efectivo das liberdades alcançadas pelo 25 de Abril. Os democratas da Beira Alta devem desmascarar os fascistas e reaccionários, dar-lhes firme combate, obrigá-los a cumprir as leis e solicitar a ajuda do Governo Provisório, que quer eleições livres, e do MFA, que é o garante do exercício das liberdades.

• Hoje em Portugal não existe mais uma ditadura. Existe um Governo democrático.

Se nos unirmos, organizarmos e lutarmos faremos recuar a reacção e conseguiremos nas eleições para a Assembleia Constituinte a confirmação da vontade do Povo Português de defender as liberdades e realizar transformações económicas e sociais que assegurem o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras.

É necessário pôr fim ao medo

É necessário pôr fim ao medo na Beira Alta.

É necessário pôr fim ao medo na luta pelo pão, a saúde e o lar dos que trabalham, pelo bem-estar e a educação dos filhos, pela liberdade para todos.

Fiados na distância das grandes cidades, fiados em que ninguém pode de longe saber o que se passa, fiados em apoios que lhes vêm de Lisboa, os fascistas e reaccionários julgam ficar impunes para sempre.

Julgam que poderão negar-se para sempre a pagar as horas extraordinárias aos operários e a cumprir os contratos colectivos de trabalho. Que poderão manter para sempre as fábricas de Gouveia sem refeitórios nem instalações sanitárias. Que poderão ter para sempre os camponeses pobres endividados, arruinados e humilhados pelos grandes senhores, que a tudo se permitem.

Julgam que poderão manter o seu domínio sobre o povo, que poderão manter as trevas do fascismo, que poderão impedir o exercício das liberdades, que poderão manter no Portugal democrático de hoje zonas submetidas à opressão do passado.

Nós prevenimos seriamente os fascistas e reaccionários. Percam de vez a ideia de fazer regressar Portugal ao tenebroso passado fascista. Portugal não regressará ao passado. Portugal caminhará em frente para um regime democrático e independente que salvaguardará as liberdades e satisfará as mais profundas aspirações do povo português.

Chegou a hora de pôr fim aos tiranetes locais, aos mandões fascistas que exploram, oprimem, enganam, ameaçam, coagem, aterrorizam o povo trabalhador da Beira Alta.

O Povo tem consigo a lei, tem consigo o Governo, tem consigo o MFA, tem consigo as forças verdadeiramente democráticas.

Camaradas e amigos: podereis estar absolutamente certos — o 25 de Abril chegará aos mais remotos recantos da nossa Pátria.

Não haverá concelho, nem freguesia, nem aldeia nem lugar por muito escondido que esteja onde o sol radioso da liberdade não acabe por chegar, onde a mentira e a calúnia não tenham de ceder o lugar à informação e à verdade, onde os caciques e tiranetes não tenham que ceder o mando às autoridades democráticas escolhidas livremente pelo próprio povo, onde a reacção não acabe por ser vencida e varrida para sempre.

Assim será em Seia. Assim será em toda a Beira Alta.

Os comunistas para a frente com o povo

Camaradas e amigos:

Antes de terminar gostaria de dizer ainda algumas palavras acerca do que se passou antes deste comício.

Os fascistas pretenderam com toda a evidência intimidar o Partido Comunista e os seus militantes.

Mas julgaram eles que dando uns tiros contra comunistas e gritando «Cunhal, morrerás em Seia!» impediam a realização deste comício?

Vê-se, camaradas, que os fascistas desta região têm os relógios atrasados dez meses, os dez meses decorridos desde o 25 de Abril. Lá é tempo que os acertem.

Se, nos anos negros da ditadura fascista, quando tinham o governo, a PIDE, as forças armadas, todo o poder do Estado, não conseguiram intimidar os comunistas nem conseguiram separar os comunistas do povo trabalhador — nem com perseguições, nem com prisões, nem com torturas, nem com longas condenações nem com assassinatos —, como julgam poderem agora intimidar os comunistas, agora que Portugal é um país democrático?

Se, no tempo da ditadura, os fascistas não conseguiram, com a mais violenta repressão, impedir que os comunistas, obrigados à clandestinidade, fizessem ouvir a sua voz, como poderiam impedi-lo, agora que os comunistas não só têm o seu Partido completamente legalizado como fazem parte do Governo?

Os comunistas não se deixam intimidar. Hoje, tal como no tempo do fascismo, para servir o Povo, para defender os interesses do Povo, estão prontos a todas as provas e a dar a vida se necessário for.

No tempo do fascismo muitos comunistas foram assassinados. Mas, por cada comunista assassinado, outros tomaram o seu lugar e prosseguiram o combate. Vivendo com o povo lutando com o povo, o Partido Comunista nunca temeu as dificuldades e os perigos, nunca parou a sua acção, progrediu, tornou-se o grande partido nacional que hoje é, partido temido pelos exploradores e opressores e amado pelo povo trabalhador.

Na actualidade, não seria o assassinato de um comunista que travaria a roda da história. Se «o Cunhal morresse em Seia», o partido dos comunistas prosseguiria à mesma em frente com o seu povo para a construção de um Portugal democrático e independente, no caminho do socialismo.

Camaradas e amigos:

Podemos libertar para sempre Portugal da fome, da miséria, do analfabetismo, da opressão.

Temos aberto diante de nós o caminho que conduzirá a um Portugal em que portugueses não sejam explorados e oprimidos por outros portugueses.

A reacção será vencida. Existem em Portugal forças bastantes para assegurar o caminho da liberdade, do progresso, da melhoria das condições de vida do povo trabalhador. Juntos, o Povo e as Forças Armadas são invencíveis.

Viva o povo trabalhador da Beira Alta!

Viva a unidade do povo e das forças democráticas na luta contra a reacção e por um Portugal democrático!

Viva a aliança do povo com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

TRABALHADORES PORTUGUESES EXIGEM EM PARIS A REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA EMIGRAÇÃO

Dez meses após o 25 de Abril, os trabalhadores portugueses em França continuam a sentir-se abandonados. São cerca de 850 000 e enfrentam problemas que exigem solução urgente. Têm recebido promessas, mas as questões fundamentais que os preocupam não foram resolvidas. As sessões de esclarecimento promovidas pelas equipas do MFA que passaram pela França constituíram iniciativas importantes na medida em que permitiram um contacto directo entre os imigrantes e jovens oficiais do Movimento. Mas esse diálogo só poderia produzir efeitos práticos se tivesse contribuído para alterar o comportamento burocrático da maioria dos elementos do serviço diplomático e, principalmente, a rotina da delegação de Paris da Secretaria de Estado da Emigração. E isso não aconteceu. «Até hoje — dizem os trabalhadores com razão — temos visto os funcionários que a constituem à volta de ministros ou de capitães, mas não à volta dos imigrados.»

Por todos esses motivos, foi grande o significado da reunião de trabalhadores portugueses das regiões de Paris, Rouen e Clermont Ferrand, realizada no início de Fevereiro em Paris na sede da própria delegação da Secretaria de Estado da Emigração. Durante horas foram democraticamente debatidos os problemas dos trabalhadores, feitas muitas sugestões positivas, aprovadas moções animadas de um espírito criador e uma resolução que sintetiza as críticas e reivindicações básicas da massa dos imigrados.

Viemos aqui—salientou um trabalhador — **não para qualquer simulacro de julgamento, não para brincarmos às ocupações, mas para discutirmos quais são os nossos problemas de imigrados e de trabalhadores para podermos declarar que é à volta desses problemas que queremos ver desenrolar-se a acção desta delegação e das outras que deveriam existir em França, que a vida desta delegação deve ser organizada em função desses problemas, em estreita ligação com os objectivos do Programa do MFA e das leis e planos decretados pelo Governo Provisório.**

Garantia de emprego para todos os imigrantes!

Formaram a mesa um trabalhador da Renault, José Manuel Nunes; um de Clermont Ferrand Dias; um de Rouen, Manuel Fragoso; e um da delegação de Paris da Secretaria de Estado da Emigração, Artur Monteiro.

A intervenção principal coube a Alexandre Castanheira, trabalhador do Comité de empresa das fábricas Renault em Billancourt, reconhecido pelo Ministério do Trabalho da França como animador sociocultural.

Depois de salientar que, actualmente, em França ninguém está ao abrigo do desemprego, mostrando, no entanto, a situação de absoluta inferioridade em que se encontram os imigrados disse: **Lutar pela garantia do emprego é, portanto, vital para os imigrados; é lutar pela garantia de ser tratado como um ser humano e não como um objecto que se lança fora quando já não interessa. Fizeram-nos vir porque precisavam de nós, agora que têm problemas mandam-nos embora?**

(...) Por isso nós reclamamos do nosso Governo, da Secretaria de Estado da Emigração, em particular, a discussão imediata com o Governo francês para estabelecer um acordo sobre a garantia do emprego de todos os imigrados portugueses. É possível arrancar ao Ministério do Trabalho francês uma circular garantindo o emprego à nossa imigração, obrigando os patrões que despeçam trabalhadores a pagar-lhes estágios de formação noutras especializações e a Agência Nacional do Emprego a colocá-los noutros empregos, de acordo com a nova formação.

(...) É necessário que tudo quanto se faça pela emigração seja dela conhecido, de forma a que ela própria possa intervir, sugerir, aconselhar a Secretaria de Estado ou os negociadores, visto que o problema é em primeiro lugar o seu próprio problema.

(...) A verdade é que desde o aumento dos abonos de família em Portugal, os filhos dos trabalhadores portugueses imigrados em França não só recebem menos do que se eles vivessem em França, como recebem menos do que todas as crianças vivendo em Portugal. É necessário acabar com este escândalo! Mas é necessário dizer igualmente à Secretaria de Estado que começa também a ser escandaloso que ela própria nada diga sobre isto nas suas informações, nos discursos do secretário de Estado, em todas as formas de comunicação existentes entre ela e a emigração.

Recordando um editorial do Boletim do MFA segundo o qual se torna necessário converter o Movimento do 25 de Abril «numa autêntica revolução que concretize as aspirações do povo», Alexandre Castanheira, acrescentou:

Por isso mesmo, porque estão de acordo com esse princípio, é que os trabalhadores aqui estão hoje. Os imigrados, parte integrante do povo português, querem que as suas aspirações sejam conhecidas e querem também que o aparelho de Estado que delas se deve ocupar — esta Secretaria de Estado — seja posto ao serviço da democracia e que seja capaz de, em cada momento, dar uma resposta aos problemas objectivos que há que vencer.

Críticas à Secretaria de Estado da Emigração

Queremos — sublinhou — **deixar aqui claramente expresso o ponto de vista dos trabalhadores: a delegação de Paris da Secretaria de Estado não apresenta qualquer reconversão de estrutura, não nos permitiu ver ainda novos métodos em acção. Nós exigimos essa reconversão, esses novos métodos essas novas mentalidades que aliem a competência profissional à dedicação ao trabalho.**

E, entrando no campo das soluções concretas que coloquem a delegação em condições de atender os interesses dos trabalhadores e cumprir a sua missão, afirmou: **Trata-se de alargar o número dos que nela trabalham, de os dirigir no sentido das preocupações e necessidades dos imigrados, de lhes dar meios para exercer essa acção. Trata-se de dar forma a uma estrutura que ligue entre si todas as delegações da Secretaria, a serem abertas, com pessoal suficiente, competente e dedicado em todos os grandes centros de concentração da emigração portuguesa em França. Trata-se de dar um carácter revolucionário e não burocrático a todas as delegações e serviços da Secretaria de Estado em França.**

A resolução aprovada pelos trabalhadores

No final das intervenções dos trabalhadores presentes, foi proposta a constituição imediata de uma comissão para «colaborar no trabalho da delegação». Formou-se assim, uma comissão «ad hoc» que, após breve reunião, apresentou uma resolução que foi aprovada pela Assembleia. Esse documento é do seguinte teor:

- **Reestruturar a Secretaria de Estado da Emigração em França é uma necessidade imposta pela defesa dos trabalhadores imigrados portugueses e exigida pela revolução, pelo Governo Provisório, pelo secretário de Estado da Emigração, pela própria emigração.**
- **A reestruturação da Secretaria de Estado da Emigração em França deve obedecer ao princípio definido pelo Movimento das Forças Armadas em aplicação do seu Programa: pôr o aparelho do Estado ao serviço da democracia do povo, neste caso concreto dos emigrantes.**
- **Reestruturar a Secretaria de Estado da Emigração em França significa multiplicar o número de delegações existentes, de forma a cobrir todas as grandes concentrações regionais da nossa emigração, com um pessoal competente, dedicado e capaz de circular nos vários departamentos abrangidos pelas delegações.**
- **Reestruturar a Secretaria de Estado da Emigração em França impõe igualmente o alargamento do pessoal efectivo da delegação de Paris, a mais importante do ponto de vista numérico da emigração a contactar.**
- **Reconverter a estrutura da Secretaria de Estado da Emigração em França implica uma coordenação entre todas as delegações, mas sem imposição de uma qualquer sobre as outras, uma unidade de orientação geral aplicada em seguida por cada uma delas segundo as características regionais e da própria massa dos imigrados.**
- **Mas reconverter a estrutura não basta. Ela necessita ser acompanhada da reconversão dos métodos de trabalho e das mentalidades. Para além do papel de informação do emigrado, a grande transformação democrática da Secretaria de Estado da Emigração será de não ficar à espera que o emigrado venha à delegação, mas cabe sim à delegação de ir até junto da emigração, onde quer que ela viva, trabalhe, se associe. Só assim pode ajudar os trabalhadores e interessá-los no processo de democratização dos serviços da Secretaria de Estado da Emigração e de toda a vida nacional.**
- **A reconversão das mentalidades decorre de todo esse processo e tem de assentar sobre homens e mulheres não somente democratas mas revolucionários não somente competentes profissionalmente mas com o indispensável conhecimento dos problemas da emigração, o necessário e estreito contacto com a emigração portuguesa a consciente adesão ao processo revolucionário em curso no nosso país e ao programa do Movimento das Forças Armadas.**
- **Só esta reconversão da estrutura da Secretaria de Estado da Emigração em França, dos seus métodos e mentalidades poderá dar à Secretaria de Estado da Emigração a possibilidade de cumprir o papel que lhe destinou o Governo Provisório tendente a permitir «uma resposta, funcional e pronta, às solicitações determinadas pelos interesses das classes trabalhadoras», no seu caso específico de «protecção e apoio aos trabalhadores emigrantes» (Decreto-Lei n.º 760/74, de 30-12-74). Só esta reconversão da estrutura dos métodos e das mentalidades permitirá dar seguimento à orientação formulada pelo Governo Provisório decretando a criação de um Instituto de Emigração, de que dependem as delegações no estrangeiro e que «visa apoiar as comunidades portuguesas no estrangeiro, defendendo no plano internacional a dignidade laboral, social e cultural do trabalhador português; criar um corpo de delegados da Secretaria de Estado da Emigração efectivamente actuantes no dia-a-dia do emigrante; fomentar o desenvolvimento e associações ou de centros de portugueses que se dediquem à promoção sociocultural do emigrante». (Decreto-Lei n.º 763/74, de 30-12-74.)**
- **Um tal plano de acção deve fazer apelo à colaboração de todos os emigrantes, permitir que eles sugiram dentre eles pessoas competentes e revolucionárias para desempenhar as tarefas que se colocam às delegações. Só assim se poderá criar na emigração o corpo de delegados «efectivamente actuantes no dia-a-dia do emigrante».**
- **Os trabalhadores reunidos na sede da Delegação de Paris da Secretaria de Estado da Emigração representando trabalhadores da região de Paris, de Clermont-Ferrand e de Rouen.**

Apoiando-se nos princípios acima citados, decidem:

1.º) **A emigração deve estar representada em cada uma das delegações criadas ou a criar. Propomos desde já para a delegação de Paris a criação e a sua aprovação pelo Ministério do Trabalho de uma comissão representativa dos emigrados, através de delegados de associações, clubes, centros ou grupos vários cuja opinião deve ser solicitada para a definição da política da emigração, para o estudo das medidas que a devam em seguida aplicar.**

Esta comissão, eleita em assembleia de trabalhadores emigrados, deverá regularmente dar contas à emigração do trabalho por ela realizado.

2.º) Propomos que do seio dessa comissão seja desde já eleito por todos os presentes um membro permanente nesta delegação de Paris da Secretaria de Estado da Emigração nomeado para a Comissão Directiva pelo Ministério do Trabalho e, portanto, parte integrante do pessoal.

- **A nossa escolha recai sobre Alexandre Castanheira, trabalhador do Comité de empresa das fábricas Renault em Billancourt com a função reconhecida pelo Ministério do Trabalho francês de animador sociocultural. Parece-nos que pessoa alguma poderá pôr em causa a sua competência em matéria de emigração.**

Um inquérito inquietante

A Assembleia decidiu, no final, que a própria delegação da Secretaria de Estado em Paris se encarregaria de fazer chegar a resolução aprovada ao ministro do Trabalho e uma cópia ao secretário de Estado da Emigração.

Foram tomadas também medidas para que a resolução obtivesse a maior divulgação possível junto dos trabalhadores imigrados.

Surpreendentemente, entretanto, a Secretaria de Estado da Emigração — segundo notícias amplamente divulgadas pelos órgãos de informação portugueses — em vez de se manifestar sobre o teor da resolução, determinou a abertura de inquérito administrativo aos dirigentes da sua delegação em Paris, por discordar da cooperação prestada aos trabalhadores que promoveram a Assembleia. A Secretaria não tomou conhecimento dos problemas levantados; preferiu inventar um «crime» administrativo.

Que conclusão tirar dessa atitude? Até hoje os imigrados têm estado separados da delegação. Quando esta lhes abre, pela primeira vez, as suas portas, a Secretaria da Emigração manifesta o seu descontentamento. Cabe perguntar qual a função da Secretaria? É ou não é da Emigração e para a Emigração?

SACRIFICANDO AS SUAS REGALIAS OS TRABALHADORES DA EPAL GARANTEM O ABASTECIMENTO

Antigamente, quando o fascismo dispunha a seu bel-prazer, a falta de água nos períodos estivais era suportada unicamente pelas classes trabalhadoras. Os grandes senhores continuavam a gozar e a esbanjar o precioso líquido sem qualquer restrição. Levantava-se, manhã cedo, um indivíduo para ir para o trabalho e a torneira estava seca, por vezes dias a fio. Entretanto, no elegante bairro do Restelo, certos senhores davam-se ao luxo de gastarem por dia 15 mil litros de água ou mais para renovarem as suas piscinas. Pode-se dizer que ali nunca a água faltou.

Esta situação de injustiça só se alterou depois da luta dos trabalhadores da EPAL, exigindo o saneamento da administração e a nacionalização da empresa, o que se verificou em 21 de Junho de 1974. Durante 10 dias a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores administrou a empresa por sua inteira responsabilidade garantindo a normalidade dos serviços a toda a população utente. Só depois seria nomeada a Comissão de Fiscalização por parte do Governo.

No entanto, foi preocupação da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores que não mais se repetissem as discriminações tão usuais no tempo do fascismo, ou seja, a partir da altura em que começaram a gerir o abastecimento a Comissão procurou dividir o racionamento por todos para que não fossem sempre os mesmos a sofrerem as consequências da ausência de água. A prova de que os seus esforços foram mais ou menos conseguidos está no facto de que nesse ano a empresa registou menos reclamações dos que nos anos anteriores, muito embora a seca tivesse sido grande, acompanhada de uma maior distribuição, em virtude de existirem mais consumidores.

Um elemento da Comissão Coordenadora explica-nos a situação actual, frisando que a partir da ocupação da empresa pelos trabalhadores estes organizaram-se numa participação fortemente democrática e no esclarecimento dos problemas políticos e profissionais, não descurando os objectivos da empresa que são, ao fim e ao cabo, o abastecimento de água à população. Neste momento garantem a regularidade do abastecimento a toda a população servida pela EPAL (incluindo Santarém, Sintra e Cascais) efectuando todos os esforços — menos à custa do sacrifício das aspirações justas e correctas de uma melhoria de condições de trabalho e económicas — a fim de a Comissão de Fiscalização e o próprio Governo poderem mais rapidamente resolver o abastecimento futuro necessário nas épocas estivais. Presentemente, segundo nos informaram, existem carências diárias na ordem dos 10 a 20 mil metros cúbicos por dia e essas carências prolongar-se-ão até 1976. Entretanto, o plano de obras previsto deverá dar resultados em 1977, ano em que a quantidade de água será suficiente para abastecer a população sem quaisquer irregularidades. Entre 1975 e 1977 pensa-se aumentar o caudal para mais 135 mil metros cúbicos por dia, o que permite um descanso em relação ao consumo até 1980.

Preço progressivo

Apesar de no ano passado se ter verificado um consumo diário superior em mais 10 mil metros cúbicos diários relativamente ao ano anterior, a população não sentiu tão agudamente a carência de água como em 1973, dado que os trabalhadores e a Comissão de Fiscalização fizeram uma distribuição mais equitativa da «falta de água». Isto é, a falta de água tocava a todos e não havia zonas beneficiadas como antigamente, quando a administração fascista procurava abastecer os bairros da grande burguesia, como o Restelo e o Estoril. Naquele bairro existem ainda burgueses a gastarem médias diárias de 20 metros cúbicos, nas suas piscinas de alimentação permanente, e que pagam a água ao mesmo preço daquele que, na Graça, tem dificuldade de pagar os 4$50 por metro cúbico.

Perante esta situação a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores pensou logo em reivindicar um preço progressivo do consumo, ideia perfilhada pela Comissão de Fiscalização, e pensam que o preço uniforme é altamente injusto e discriminatório das distribuições de valores e de bens, pois os que têm gastos supérfluos e de luxo para além de pagarem um preço irrisório ainda tiram a possibilidade de a grande maioria da população se servir de um elemento absolutamente necessário à vida e à higiene.

Por seu turno considera a Comissão Coordenadora que outro problema a ser revisto é o abastecimento às autarquias locais e aos edifícios públicos que consomem a água gratuitamente e, dado que não há «contrôle», o desperdício do líquido que se faz a ninguém aproveita. Sobre este problema a Comissão Coordenadora aponta o exemplo de um caso que se passou recentemente. Um quartel estava a fazer um gasto diário de 50 mil litros pelo que a Comissão Coordenadora chamou a atenção da Comissão de Fiscalização para o facto. E de imediato o Governo tomou a atitude correcta de obrigar esse organismo a pagar a água, tendo-lhe, no entanto, sugerido a montagem de um dispositivo de renovação artificial que concorrerá para uma redução acentuada das despesas e sobretudo para uma redução considerável do consumo.

Por outro lado, a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores, reconhecendo os sacrifícios que estes fazem, não só em relação a condições de trabalho mas também a condições económicas, acha necessário que a população se consciencialize relativamente aos esforços que estão a ser feitos e que poupem o precioso líquido evitando os gastos desnecessários, pois é evidente que sendo a água um bem finito e de quantidades esgotáveis, não só em Portugal mas em todo o Mundo, torna-se necessário que a população colabore no sentido de preservar um bem absolutamente vital e cujas reservas são escassas em todo o Mundo.

Uma notícia alarmista

Recentemente, um jornal da tarde de Lisboa publicou a notícia, aliás sem fundamento, de que a cidade poderia ficar sem água. Isso foi o bastante para que no mesmo dia os depósitos da EPAL ficassem quase vazios. É evidente que situações destas são prejudiciais e contrariam os esforços que os trabalhadores da EPAL fazem para garantir o abastecimento normal, tentando resolver com o seu sacrifício os erros e a negligência que a anterior gestão administrativa e técnica fascista acumulou.

CAMPANHA DE FUNDOS DO NOSSO PARTIDO

À memória de Gabriel Pedro	540$00
A. C.	200$00
Alfaiate Revolucionário	1 000$00
Ajuda à democratização	2 660$00
Amigos de Alcanena	400$00
Alcórrego — 25 de Abril	1 603$00
Amiga do PCP	240$00
Amiga do PCP	993$00
Alves Redol (C)	100$00
Amigo do Penteado	50$00
Amigo do Penteado	150$00
Amigos de Vila Chã	120$00
Argila Vermelha	3 422$80
Artur Lima	1 000$00
Avante na luta	3 845$60
Avante, PCP!	7 000$00
Amigos ausentes (Canadá)	6 743$60
Avis — 25 de Abril	5 651$50
Avis — 25 de Abril	120$00
Benavila 1.º de Maio	2 400$00
Benavila 1.º de Maio	1 005$00
Benavila 1.º de Maio	772$50
Bento Gonçalves (B)	1 146$00
Barco Revolucionário	153 010$00
Camaradas de C (II)	524$00
Camaradas de C (12)	520$00
«Casével»	260$00
Contos progressistas	20 200$00
Cravos Vermelhos	50$00
Cuba socialista	238$00
Comunista suíça	126$00
Cupons	961 250$00
Cupons	2 410 000$00
Cupons	100 000$00
Cupons	1 500$00
Canto Livre	2 783$20
Canto Livre	2 000$00
Com o P. pela vitória	50$00
Confiante no PCP	5 000$00
Democracia (1)	518$00
Democracia (2)	518$00
Democracia (3)	488$00
Democrata A	242$50
Democratas de G	3 360$00
Democratas T.	2 590$00
Dia de trabalho dos trabalhadores da CIMA p/o PCP	8 664$30
Duma colecta	5 600$00
Do Fred	295$00
Dum comunista americano	2 440$00
Emigrantes vermelhos	3 764$00
Ermelinda Augusta	10 000$00
Eduardo de Sousa Amaral	500$00
Ensino socialista	4 000$00
Ferreira Soares (M)	500$00
Foice e Martelo	500$00
Fernando Santana — Setúbal	100$00
Foice e Martelo	250$00
Gil d'Almeida	25 000$00
Grupo de tiradores de cortiça de Grândola	2 625$00
Helena Magro	20$00
Henrique Ochsemberg	960$00
IRA — 6 trabalhadores	550$00
Ilísio Rainha da Silva	7 130$00
J. Jacinto Nunes	500$00
Jorge Rodrigues («Avante!»)	200$00
Joana	200$00
Julgamento da PIDE-DGS	2 611$20
Luísa Paula	7 500$00
Luísa Campino	1 000$00
L. C.	20 000$00
Médico socialista	10 000$00
Marcus Ana	40$00
Maria Northampton	297$50
Manuel Garrana — Setúbal	100$00
Miguel	200$00
Médico amigo (M)	1 000$00
Médico antifascista (SM)	300$00
Médico antifascista (SM)	300$00
Médico antifascista	300$00
Militantes de H.	9 179$60
Mulheres comunistas	498$50
Não esquecerei o P.	200$00
Nova Luz	100$00
Nova Luz	100$00
Nova Luz	100$00
O P. vencerá	5 000$00
O Militante para o PCP	400$00
Oferta de um emigrante em França	500$00
Operários da firma Cortina	580$00
Pela vitória	2 000$00
Pelo fortalecimento do Partido	45 000$00
Pelo fortalecimento do Partido	45 000$00
Pelo fortalecimento do Partido	20 000$00
Pela consolidação das conquistas democráticas	1 000$00
Pela consolidação das conquistas democráticas	1 000$00
Pela consolidação das conquistas democráticas	1 000$00
Pela consolidação das conquistas democráticas	1 000$00
Pela luta do nosso Partido	710$00
PC nosso Farol	10 000$00
PCP	22 000$00
Pires Jorge	500$00
Pelo reforço do P.	50 000$00
Pela firmeza de Pires Jorge	50$00
Professor comunista	5 283$00
Relógio soviético	500$00
Rifas relógio	2 000$00
Trabalhadores comunistas	6 348$00
Trabalhadores do Carvalhal-Grândola	430$00
Um grupo de simpatizantes do Partido de Idanha-a-Nova	1 855$00
Um vidreiro	100$00
Um camarada de Toronto	1 500$00
Um assinante do «Avante!»	200$00
Um trabalhador da CETEC	40$00
Unidade! Vitória! Unidade!	1 308$00
Viva o PCP	10 000$00
7.º Congresso	10 000$00
7.º Congresso	10 000$00
5 de Outubro (Portalegre)	450$00
20.º aniversário morte Cat. Eufémia	100$00
Dois jovens franceses	20$00
Dois dias de trabalho	400$00
Vinte e um trabalhadores da Firma Valentim de Carvalho	740$00
TOTAL DESTAS RUBRICAS	4 083 180$20

edições Avante!

NOVIDADES

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO ... ... 40$00
REFÚGIO PERDIDO ... ... 30$00
PROGRAMA/ESTATUTOS (2.ª edição) ... ... 10$00

CATÁLOGO GERAL

COLECÇÃO «DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP»

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... aprovados no VI Congresso — 25$00

O RADICALISMO PEQUENO-BURGUÊS DE FACHADA SOCIALISTA ... ... Álvaro Cunhal — 40$00

DISCURSOS POLÍTICOS — I ... ... Álvaro Cunhal — ESG.

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL (Intervenções de Álvaro Cunhal no VII Congresso) — 10$00

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... aprovados no VII Congresso (2.ª edição) — 10$00

Série Especial

VII CONGRESSO DO PCP (Edição normal) ... ... — 100$00

VII CONGRESSO DO PCP (Edição especial) ... ... — 300$00

COLECÇÃO «CADERNOS POLITICOS DO PCP»

A DERROTA DA CONSPIRAÇÃO REACCIONÁRIA ... ... — ESG.

POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS ... — 5$00

UN MÊME COMBAT — UM MESMO COMBATE — PCF - PCP ... ... — ESG.

COM A UEC NAS ESCOLAS A REACÇÃO NÃO PASSARÁ ... ... — 20$00

COLECÇÃO «RESISTÊNCIA»

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS ... ... Manuel Tiago — 100$00

COLECÇÃO «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO»

A SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS ... ... Álvaro Cunhal — 8$00

A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA ... ... Álvaro Cunhal — 8$00

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO — UMA POLÍTICA E UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO ... ... Álvaro Cunhal — 8$00

REVISTA INTERNACIONAL

N.os 1, 2, 3, 4, 5 e 6/74 e n.º 1/75 — 20$00

COLECÇÃO «PEQUENA BIBLIOTECA LENINE»

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO V. I. Lenine — 40$00

COLECÇÃO «BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO»

TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL Karl Marx — 20$00

OBRAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES

REFÚGIO PERDIDO ... ... — 30$00

FORA DE COLECÇÃO

PROGRAMA DO PCP ... ... Aprovado no VI Congresso — 25$00

ESTATUTOS DO PCP (1.ª edição) ... aprovados no VI Congresso — 5$00

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ ... ... — 5$00

DIVERSOS

CALENDÁRIO ... ... — 25$00
POSTER 25 ABRIL ... ... — 50$00
POSTAL 25 ABRIL ... ... — 5$00
CROMOS 25 ABRIL ... ... — 10$00
POSTAL «Militão Ribeiro» ... ... — 2$50
POSTAL «Afredo Diniz» ... ... — 3$50
CARTÃO «J. Dias Coelho» ... ... — 7$50
POSTAIS DE NATAL ... ... — 5$00
POSTAL «PCP» ... ... — 5$00

ATENÇÃO
UTILIZAR ESTE CATÁLOGO COMO NOTA DE ENCOMENDA. REMETER ÀS EDIÇÕES AVANTE COM A INDICAÇÃO DOS LIVROS E DAS QUANTIDADES QUE DESEJA RECEBER

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Telef. _____

Editorial Avante: Av.ª Santos Dumond, 57-2.º
Telef. 76 97 05/76 97 44/76 97 51 — LISBOA-1

A PLASMETAL OCUPADA PELOS OPERÁRIOS

Os trabalhadores da firma Plasmetal — Plásticos e Metalurgia, Lda., na Venda Nova, Amadora, enfrentam uma situação de iminente desemprego perante a qual se mantêm unidos em busca de soluções capazes de definir o seu futuro.

A empresa, que emprega cerca de 80 trabalhadores, declarou-nos em dificuldades económicas no início deste mês, tendo-se a administração negado a pagar 60% do subsídio de Natal e 50% do salário relativo ao mês de Janeiro. Na sequência desta tomada de posição por parte da administração da empresa, os trabalhadores decidiram a ocupação da empresa com paralisação das actividades.

O problema defrontado pelos trabalhadores da Plasmetal não é de fácil solução se atendermos ao facto de que se trata de uma média empresa com um passivo de cerca de 25 mil contos e cujas perspectivas de mercado não se apresentam muito favoráveis a curto prazo.

Apesar das dificuldades reais que experimentam, os trabalhadores mantêm um forte espírito de unidade e organização e têm razões para confiar na solidariedade dos camaradas das empresas da zona. Mas porque esta solidariedade não constitui solução, os trabalhadores da Plasmetal aguardam o pagamento dos salários em atraso e uma informação concreta acerca da viabilidade económica da empresa e consequente garantia de trabalho.

ALCOENTRE

PROPRIEDADE ABANDONADA OCUPADA PELA POPULAÇÃO

Alcoentre, no sábado, era uma povoação deserta. Dois guardas prisionais, conversando, encostados a uma esquina, eram o único sinal de vida. De resto, toda a população abalara para a Quinta da Ferraria, propriedade da Casa dos Duques de Lafões, consumando a ocupação de terrenos que há largos anos não são aproveitados, apesar das suas condições excepcionais para o cultivo.

No dia anterior, a chuva caíra grossa e ainda nos entrava pelas narinas o cheiro agradável da terra molhada. Toda a população se encontrava na Quinta da Ferraria, vivendo a alegria daquele momento. Sebastião Montanho dos Santos também não quis perder aquele acontecimento. Assim, levou consigo o gado que andava a apascentar. É ele que nos explica:

— Amigo, eu tinha 14 reses, agora tenho 10. Passam fome. Queria terrenos para semear, para que os animais comessem, mas a Quinta da Ferraria não arrendava. Antes, nem sequer podia por aqui passar, era logo escorraçado. Hoje, não quis perder esta ocasião única e trouxe também o gado, já que não o podia deixar sozinho.

A Quinta da Ferraria, propriedade da Casa de Lafões, cobre cerca de 145 hectares, e mais de metade do terreno dá para semear. O restante está coberto com eucaliptos. Em Outubro do ano passado, para taparem os olhos ao povo, os proprietários mandaram lavrar alguns terrenos, mas ficou por aí a sua iniciativa e as terras lavradas estão gora cobertas de ervas. Entretanto, a maior parte da população não tem terras para semear. Os produtos mais elementares, como as batatas e o feijão, faltam. O desemprego alastra por toda a zona. No entanto, os grandes proprietários permitem-se terem as terras improdutivas, negando sistematicamente o seu arrendamento.

O momento de alegria que se viveu no sábado foi indiscritível. Como muitos diziam o espírito do 25 de Abril tinha chegado finalmente a Alcoentre. Toda a população se encontrava por ali. Comentava-se o acontecimento, as mulheres carregavam grandes molhos de agriões apanhados pouco antes, os homens marcavam o terreno com grandes canas, «Grândola, Vila Morena» era a canção sempre repetida.

João Lourenço de Almeida já falava daquele terreno antes do 25 de Abril, depois começou a viver mais profundamente o problema, enviou cartas para Lisboa denunciando o que se passava naquela propriedade e de outras existentes na região. Mas a ideia não era só sua, todo o povo pensava que era preciso fazer qualquer coisa para acabar com a situação de sabotagem, em que terras ricas estavam abandonadas e os proprietários recusavam sistematicamente o seu arrendamento. Sexta-feira, à noite, foi a grande decisão: no dia seguinte os trabalhadores iriam ocupar a Quinta da Ferraria para que os braços parados que existem em Alcoentre comecem novamente a trabalhar. Por seu turno, João Lourenço foi a Lisboa para contactar com elementos do Movimento das Forças Armadas.

Agora, a disposição que os anima é amanhar as terras. Outros falam mesmo em formar uma cooperativa e venderem os produtos directamente aos consumidores, acabando assim com os intermediários. Em resumo, a população rural de Alcoentre tem como única intenção trabalhar e que o resultado do seu trabalho reverta a favor de quem se sacrifica, de quem dá o seu esforço na produção.

Garantir o futuro

A Quinta da Ferraria foi o primeiro caso de ocupação em Alcoentre, apesar de já se terem verificado casos semelhantes em localidades próximas, como foi o das Quebradas. No entanto, existem na zona outras propriedades incultas e que os trabalhadores pretendem ver amanhadas, como é o caso da Quinta da Ameixoeira, que teve cerca de 80 rendeiros em 150 hectares de terra e que, há 15 anos, foram despedidos; os Casais das Boiças, com 50 hectares, a Arretorta, terreno de regadio e vergem, com cerca de 70 hectares, atravessada pelo rio Almoster e que há cinco anos que não é cultivada; o Casal Colónia Penal de Alcoentre, amanhado durante três anos, e que, há perto de 30, está ao abandono; e o Vale de Nossa Senhora; também pertencente à Colónia Penal e onde os rendeiros foram igualmente despedidos, depois de três anos de trabalho. Mas existem outros terrenos de primeira qualidade incultos, com olivais desprezados e vinhas que não são tratadas.

Os trabalhadores tomaram a primeira iniciativa para garantirem o trabalho e destruírem a sabotagem económica. A partir de agora torna-se necessário consolidar o futuro para que as vitórias agora obtidas não venham a ser arrebatadas pelos grandes latifundiários parasitas ou pelos reaccionários que se escondem debaixo de uma linguagem progressista. Só através da sua organização e da sua unidade de classe poderão defender eficazmente os sucessos conseguidos através da sua luta. Por outro lado, convém não esquecer que as eleições para a nova Assembleia Constituinte estão à porta. Não votar pode ser uma forma de ajudar a reacção, assim como um voto menos esclarecido poderá reforçar aqueles que pretendem continuar a explorar as classes trabalhadoras. A luta dos camponeses de Alcoentre, assim como de todos os outros trabalhadores não pode parar quando os objectivos são atingidos, tem de continuar numa vigilância firme para evitar que as grandes forças reaccionárias se voltem a apossar do que pertence ao povo.

A colónia penal

A Colónia Penal de Alcoentre é outro assunto que, desde há muito, provoca o descontentamento entre a população. As pessoas com quem falámos não poupam a administração da Colónia pelas irregularidades praticadas. Queixam-se também que os presos andam à solta pelas ruas e que muitos deles vão mesmo dormir às suas casas.

— Os presos até vão para a «Ponderosa» (restaurante na estrada de Lisboa para Leiria). **Ainda noutro dia lá encontrei alguns** — confirma-nos um trabalhador. **E também um cigano, que está a cumprir pena por ter morto um homem a quem roubou 400$00, costuma andar pelas ruas vestido normalmente. Mas estes casos não são únicos; vários são os detidos que vão todos os dias ao mercado para comprarem coisas.**

As queixas da população em relação à administração da Colónia Penal dirigem-se também para os estragos que se verificam nos terrenos de cultivo pertencentes àquela entidade, deixando estragar a azeitona e proibindo que alguém estranho a fosse apanhar. Outros casos semelhantes têm sido comprovados pela população sem que, até agora, se verifique uma mudança de actuação da administração da Colónia. Ainda em relação a este assunto, o sr. João Lourenço enviou uma exposição à Secretaria de Estado da Agricultura, que, por sua vez, a remeteu ao Ministério da Justiça, o qual, numa resposta enviada recentemente, afirmava que **«não se apurou matéria de censura na conduta dos serviços de administração da Colónia Penitenciária de Alcoentre relativamente ao assunto daquela exposição».**

Mas a população é que não desiste e pensa que depois de resolvidos os assuntos das terras abandonadas, será altura de se virarem para o problema da Colónia. Cada coisa a seu tempo, dizia um camponês que se queixava do facto de as máquinas agrícolas da Colónia se estarem a estragar quando tanta falta fazem no amanho das terras; no entanto, antes do 25 de Abril, o director da Colónia utilizava-as nas suas propriedades, bem como o trabalho dos presos. E reforça a sua acusação dizendo que existem fotografias para o comprovar.

Cada coisa a seu tempo, que a luta dos trabalhadores de Alcoentre só agora começou.

A nossa reportagem com os trabalhadores da firma António Alves

NA EMPRESA ANTÓNIO ALVES (TORRES NOVAS)

OS TRABALHADORES NÃO DESARMAM

«Esta é também uma luta contra a reacção. Com o apoio que estamos recebendo de todos os trabalhadores portugueses, tanto moral como material, esperamos poder aguentar esta situação, que embora indesejável, nos há-de levar à vitória, e que será uma vitória dos trabalhadores portugueses. A luta é de todos e todos unidos conseguiremos vencer.» Palavras de um elemento da Comissão de Trabalhadores da firma António Alves — fiação de lãs, cortumes, grude, etc., onde, desde o 25 de Abril, os trabalhadores lutam contra a má administração da empresa, que está na base da sua fraca rentabilidade e contra a prepotência do patronato, habituado a utilizar os trabalhadores como simples peças de máquina, que substituía a seu bel-prazer.

A luta na António Alves arrasta-se há longos meses. Não fora a elevada consciência de classe das massas trabalhadoras e a certeza da justa luta em que se empenharam, e já há muito que teriam desanimado, a braços com um processo que dir-se-ia estar esquecido.

«A empresa é a nossa casa de trabalho e faz parte da nossa vida», afirmam os trabalhadores. Por isso lutam persistentemente, defendendo o direito ao trabalho, o direito ao pão, na António Alves como em todo o País, a classe operária na vanguarda desta batalha que não terá tréguas, bem definido agora o inimigo comum.

A vitória é a certeza do amanhã. importante é permanecer na luta descoberta enfim, a força das mãos proletárias, forjando unidade, conscientes que o País em que vivemos é antes do mais precioso fruto de mãos trabalhadoras.

As relações de trabalho na firma António Alves estiveram sempre longe de se poderem considerar as mais desejáveis, caracterizando-se mesmo por uma tensão constante, sendo frequentes os conflitos entre patrão e trabalhadores. Durante o regime fascista, quando qualquer alteração aos CT vinha beneficiar os trabalhadores, imediatamente se verificavam despedimentos, para na semana seguinte outros serem admitidos em sua substituição, não sendo abrangidos por aquele contrato. Os que não eram despedidos mudavam de categoria, de forma que ficassem abrangidos por contratos inferiores. Com o derrube do fascismo os problemas entre patrão e trabalhadores agravaram-se substancialmente. Já não são só as irregularidades atrás apontadas que preocupam os trabalhadores. Verifica-se como que um despertar para as novas realidades, um aperfeiçoamento da consciência de classe que leva os trabalhadores a preocuparem-se com a empresa, a detectarem quaisquer irregularidades. É assim que os trabalhadores se apercebem que são recusados trabalhos, com vista a criar problemas não só aos trabalhadores mas à própria economia nacional.

A luta na António Alves teve início em 6 de Junho do ano passado, aquando do despedimento sem justa causa do onze trabalhadores, sendo do conhecimento geral que estes despedimentos eram abusivos e destituídos de fundamento, pois nunca houve falta de trabalho e a rentabilidade da empresa, mesmo mal administrada, era mais que suficiente para garantir o emprego de todos os trabalhadores.

Firmemente decididos a defender os onze camaradas de trabalho injustamente despedidos, os trabalhadores organizam-se. Numa reunião com os seus representantes sindicais — que o «patrão» Alves procurou desesperadamente impedir — é democraticamente eleita a Comissão de Trabalhadores, com 17 elementos representando todos os sectores da fábrica e elaborado um documento exigindo o regresso imediato dos trabalhadores despedidos. A resposta do patronato não se faz esperar: **«Não aceito esta comissão. A fábrica é minha e qualquer comissão terá de ser eleita por mim. Os trabalhadores estão despedidos e muito bem despedidos. A minha posição é irreversível. Despedi estes e despedirei mais quando muito bem o entender, pois tenho o apoio das Forças Armadas (?!).»**

Os traidores da classe

Os trabalhadores não desarmam. Os camaradas despedidos regressam ao trabalho, a esse «trabalho tão necessário para reanimar a economia nacional». Mas também o patrão não desarma. Depois de afirmar que não pagaria aos referidos trabalhadores, resolve apelar para o Quartel-General de Tomar, a fim de provocar a retirada da fábrica, pela força, dos onze trabalhadores que havia despedido. Entretanto, depois de várias tentativas para as duas partes chegarem a um acordo, o Q. G. apoia a decisão tomada pelos trabalhadores, enquanto continuam as diligências junto do MT, por intermédio do delegado do INTP de Santarém.

A situação agudiza-se de dia para dia. O patronato resolve recorrer a métodos pidescos, tentando subornar alguns trabalhadores e fazendo graves provocações directas e individuais a alguns elementos da comissão de trabalhadores.

Dos trezentos trabalhadores da firma António Alves, onze venderam-se ao patronato, atraiçoando a classe a que pertencem, trocando interesses da maioria dos companheiros pelos seus interesses egoístas e mesquinhos. **Foi com mágoa amassada de raiva que a comissão de trabalhadores referiu os onze nomes** — Maria Cremilde Santos Cambé; Arlindo da Silva Martins; José dos Santos Estanqueiro; Fernando Lopes da Silva; Ventura Duarte Neto; António Lopes (Bacalhau); João Botas; Manuel Dias de Oliveira César; José Martins Prudêncio; Augusto José Conde; Maria de Fátima Formigo — **afirmando, em palavras breves a denunciar a tristeza de quem fala de irmãos que se perderam: estes são os traidores da classe.**

Face à crescente tensão dentro da empresa, que afectava grandemente o seu bom funcionamento, a comissão de trabalhadores fez várias tentativas, junto dos organismos oficiais competentes, a fim de que para ali se deslocasse um delegado governamental que possibilitasse a continuidade da empresa e evitasse o agravamento da situação. **Os trabalhadores estão convictos de que se esta presença tivesse sido um facto, a situação não teria evoluído tão drasticamente como veio a evoluir.**

Como a situação tinha chegado a um ponto em que eram praticamente impossíveis as relações trabalhadores/patrão — afirma a comissão de trabalhadores — tendo-se chegado a um impasse em que não se vislumbrava qualquer possível solução, os trabalhadores decidiram impedir temporariamente a presença do «patrão» na fábrica. Essa atitude não impediu em nada a completa laboração da empresa, pois os trabalhadores estavam decididos a mantê-la funcionar em pleno, dentro das condições existentes.

De imediato os trabalhadores se viram a braços com grandes problemas e dificuldades provocados pela entidade patronal, que começou por cancelar as procurações existentes nos bancos, mesmo as que se encontravam em nome da sua legítima esposa — que apoia a luta dos trabalhadores — de modo a impossibilitar qualquer hipótese de realização de fundos com que os trabalhadores pudessem fazer face aos encargos e responsabilidades da empresa e salários do pessoal. Em face do criminoso bloqueio, que segundo afirmava o próprio António Alves, **visava a desunião e desentendimento dos trabalhadores e a fazê-los desfalecer pela fome.**

Os trabalhadores resolvem entrar em greve. As conversações que entretanto se iniciam no MT resultam infrutíferas porquanto a entidade patronal sempre se recusou a dialogar com os trabalhadores.

Os resultados da peritagem autorizada pelo MT à empresa vêm a confirmar uma série de irregularidades cometidas pela entidade patronal, originando por consequência a aplicação de pesadas multas (cerca de 23 000 000$00) e o pagamento aos trabalhadores do que lhes tinha sido roubado. Incapaz de fazer face às consequências das suas próprias fraudes, António Alves suicida-se. Com a sua morte, foi possível um acordo com os herdeiros, assinado no MT em 5.11.74.

A luta continua

A má administração do António Alves pelo falecido administrador, colocou a firma numa situação bastante precária (recorde-se que abriu falência em 1969, tendo continuado a sua laboração com um Administrador de Falência, até que foi concluída uma Concordata de Credores, Suspensiva, Salvo melhor Fortuna), chegando ao ponto de lhe serem cortados todos os créditos, acusando a sua presente situação financeira um crédito ao Banco Nacional Ultramarino no montante aproximado a 40 000 000$00; ao Banco de Portugal cerca de 4 000 000$00; à Fazenda Nacional cerca de 350 000$00, e presentemente mais os 23 000 000$ de multas aplicadas pelo MT.

Aquando da assinatura do acordo entre os herdeiros de António Alves e os trabalhadores, comprometeram-se os primeiros não só a cumprir o referido acordo mas também a prosseguir com o normal funcionamento da empresa, não tendo sido apresentadas quaisquer dificuldades em angariar trabalho.

Contudo, e ao contrário do acordado, a nova administração da firma nada tem feito para resolver os graves problemas que afectam a empresa e os trabalhadores, não se preocupando com a aquisição de matérias-primas, não investindo capital que possa satisfazer os pagamentos dos salários e subsídios dos trabalhadores, não pagando aos fornecedores de matérias-primas, originando assim que estes se recusem aos fornecimentos. Paralelamente, a nova administração tem levado a cabo manobras reaccionárias com o objectivo de anular o acordo livremente aceite no MT, aproveitando-se do estado de saturação dos trabalhadores — perfeitamente compreensível após tantos meses de luta — fazendo pressões e ameaças, nomeadamente a de encerramento da empresa, procurando levar a comissão de trabalhadores a assinar documentos com fins duvidosos, incluindo mesmo documentos de política reaccionária.

A título informativo é curioso assinalar que um dos herdeiros, António Mengas Alves, é um indivíduo fortemente comprometido com o antigo regime fascista e elemento envolvido na intentona reaccionária de 28 de Setembro, tendo sido preso nessa altura e passado 17 dias na prisão de Caxias, não ocultando, mesmo depois disso, os seus ideais reaccionários.

O mesmo administrador é secundado nas suas manobras pela irmã e cunhado, António Antunes da Luz, que têm envidado todos os esforços para coagir a comissão de trabalhadores a pedir a anulação ou redução das multas resultantes da peritagem efectuada e a pedir um subsídio ao Estado.

Conscientes das manobras de que são vítimas e não possuindo a mínima confiança na administração, os trabalhadores da António Alves, firmemente empenhados em contribuir para a resolução da situação da empresa e em colaborar com o Governo Provisório e MFA, bem como com todas as forças progressistas, na salvaguarda da economia nacional e consolidação da democracia no nosso País, tudo têm feito junto dos organismos oficiais responsáveis para resolver o grave problema que os afecta.

A ameaça de desemprego e miséria que paira sobre os trezentos trabalhadores e seus familiares não pode ser ignorada. Como em muitas outras empresas do País, a entidade patronal recusa-se a cumprir os acordos a que se vinculou, assumindo posições declaradamente provocatórias e sabotadoras da nova ordem democrática, num total desrespeito pelos organismos oficiais e pelos direitos das massas trabalhadoras. O processo revolucionário não se compadece com hesitações. Há que obrigar os detentores do capital a pagar a sua quota-parte no processo de reconstrução nacional. Não poderão continuar a ser os trabalhadores os únicos a pagar os crimes do fascismo. O Governo Provisório, o MFA e as forças verdadeiramente progressistas têm o apoio das classes trabalhadoras e das massas populares. Que melhores aliados se poderão desejar e se poderá contar para combater eficazmente as forças reaccionárias, os monopólios e os latifúndios, os verdadeiros inimigos da democracia e do Povo Português?

A luta já começou. O povo português tem consciência que, mais que a viver uma revolução, está a fazê-la. É urgente avançar.

ENCONTRO NACIONAL PROMOVIDO PELO MJT

CONT. DA PÁG. 1

dantes, lado a lado com todos os trabalhadores, saberão lutar pela sociedade socialista e pelo fim da exploração do homem pelo homem».

Num ambiente de alegria e entusiasmo — nota dominante em toda a sessão — foram lidas as conclusões do encontro nacional, que encontraram na assembleia juvenil o mais vivo acolhimento, inequivocamente expresso no calor dos «slogans» gritados, nas «palavras de ordem» vibrantemente repetidas. **«Serviço cívico sim, parasitas não», «A vitória é difícil, mas é nossa»** foram «slogans» incansavelmente repetidos numa afirmação que não deixa lugar a dúvidas da firme disposição da nossa juventude de lutar por um ensino que esteja efectivamente ao serviço do povo e onde só terão lugar os que estão realmente empenhados em aprender, em trabalhar para melhor servirem o País no dia de amanhã.

Das conclusões apresentadas na sessão de encerramento salientamos as mais significativas. Assim, no que se refere à «via escolar única» preconiza-se a «criação de infra-estruturas para uma efectiva oficialização e obrigatoriedade do ensino pré-primário e a sua extensão a todo o País e para que o cumprimento efectivo da escolaridade de obrigatória de 6 anos deverá a curto prazo ser prolongada para nove». O funcionamento da «escola única» em cada um dos três níveis — primário, preparatório e secundário — deverá ser «baseado num conjunto de disciplinas comuns, com vista a uma formação integral do indivíduo, entendendo-a como a apresentação dos fenómenos da natureza e da vida, os aspectos científicos e artísticos com conhecimento crítico» (...) «No seguimento do ensino secundário ter-se-ia um conjunto de disciplinas já diferenciadas para uma qualificação profissional, baseada numa tecnologia avançada, com acessos a cursos superiores, em que a escolha do trabalhador-estudante se baseie na sua aptidão e não em condições impostas pela sociedade». A fim de se proceder às transformações apontadas considerou-se necessária a «formação e reciclagem adequada do pessoal docente, para uma perfeita integração na linha democrática e progressista.»

Nas conclusões da tese «Acesso ao ensino» propõe-se a aprovação de um horário de trabalho flexível, com redução de duas horas diárias ou dez semanais pagas, assim como a definição de um horário de trabalho nacional, tendo em conta o duplo esforço exigido aos trabalhadores-estudantes.

Maior rendimento das aulas, mediante a redução da capacidade das turmas, bem como a actualização dos programas, «que deverão inserir as matérias das actividades profissionais dos alunos», foram conclusões apuradas no que respeita a «Métodos pedagógicos».

Nas conclusões da tese sobre «O ensino profissional» salienta-se a necessidade de traduções e publicações de revistas técnicas e de livros que permitam aos alunos, a preços acessíveis, acompanhar a evolução técnica, bem como a promulgação de leis que obriguem as grandes empresas à criação de centros de formação profissional nos locais de trabalho e as pequenas e médias empresas ao pagamento de um imposto que possibilite ao Estado a criação daqueles centros, a funcionar a nível regional.

Dada a polémica suscitada pelo decreto-lei sobre a gestão democrática das escolas, a tese referente ao tema «Os trabalhadores-estudantes na escola» propõe a aceitação provisória das disposições em vigor e que tal legislação seja reformulada até Agosto do próximo ano, devendo incluir o «carácter deliberativo das RGA» e a «eleição sectorial para os estudantes, considerando o sector nocturno distinto do diurno».

Finalmnte, nas conclusões da tese sobre «Os trabalhadores-estudantes na empresa», salienta-se a necessidade de «que as leis proibitivas de trabalhar com menos de 14 anos sejam um facto» e que «os prevaricadores sejam severamente punidos no novo estado democrático coexistente em Portugal». «A consagração na lei da obrigatoriedade de sindicalização a partir da idade em que se começa a trabalhar» foi outra das medidas apontadas nesta secção, assim como que «as conclusões dos trabalhos fossem enviadas à Intersindical e a todos os sindicatos, para que sejam tomadas em conta nos contratos colectivos de trabalho».

No decorrer da sessão foram aprovados por aclamação textos de telegramas a enviar ao Presidente da República e ao MFA, expressando o «inequívoco e caloroso apoio dos jovens reunidos no Encontro pelo papel determinante que o Movimento desempenha e continuará a desempenhar no processo de consolidação da democracia do nosso país», e outro endereçado ao primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, «cumprimentando-o pelo importante discurso feito ao País e pelas perspectivas que nele avança no sentido da resolução dos graves problemas do nosso povo e do avanço da consolidação da democracia em Portugal».

Aprovadas, também, moções de apoio ao Serviço Cívico e de protesto contra o deficiente saneamento do MEC, «que continua a constituir um grande obstáculo ao lançamento de uma política verdadeiramente democrática», e outra de apoio «à justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, repudiando energicamente as escandalosas manobras reaccionárias do patronato e dos seus lacaios.»

Alegria, juventude e convívio, poemas e canções, encerraram o I Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes. Presentes o Coro dos Mineiros de Aljustrel, Jorge Letria, Mário Castrim, o Grupo Intróito e, acima de tudo, a alegria-força de ser jovem, a iniciativa criadora desses jovens que já noite fechada se puseram a caminho, de regresso às suas terras, que a segunda-feira é dia de trabalho e é preciso levantar cedo.

GREVE NA RÁDIO RENASCENÇA UMA LUTA DE TRABALHADORES

A entidade patronal da Rádio Renascença, o Episcopado Português, representado por um conselho de gerência, despediu sem justa causa onze trabalhadores. Segundo um comunicado do Sindicato de Radiodifusão, esses trabalhadores tinham sido admitidos em regime experimental, sem qualquer exigência de que seriam submetidos a testes psicotécnicos no final do estágio.

Assim, o conflito de trabalho surge quando, próximo do fim do período experimental a entidade patronal exige esses testes, em condições que não ofereciam confiança de isenção, e os trabalhadores se recusaram a efectuá-los.

Considerando justa a posição tomada pelos seus camaradas, os restantes trabalhadores daquele posto emissor decidiram apoiar a sua luta, acabando por entrar em greve, em sinal de protesto contra a prepotência da entidade patronal, ao fim de dez meses de negociações frustradas.

Desde o início do processo que os trabalhadores da Rádio Renascença deixaram bem expresso que a sua luta não é de forma alguma de caráter ideológico — como o atesta a disposição de continuar a transmitir o Terço e a Missa, não concretizada apenas por impedimento da hierarquia da Igreja — tratando-se única e exclusivamente de um conflito de trabalho.

Entretanto, esta questão tem vindo a agudizar-se progressivamente, dado que a entidade patronal tem procurado, por todos os meios, transformar um conflito meramente laboral em conflito doutrinal e ideológico, tentando mobilizar a opinião pública contra os trabalhadores, utilizando para isso meios tanto mais condenáveis quanto maior é a responsabilidade que cabe aos representantes da Igreja.

Recolher assinaturas de crianças, recorrer à mentira e à calúnia («não há terço nem missa na Rádio Renascença porque os comunistas ocuparam a estação»!!!), aceitar manifestações de apoio organizadas por camadas profundamente reaccionárias, são métodos que de forma alguma se conciliam com a doutrina católica e em nada dignificam a missão da Igreja.

De todos os pontos do País chegam à Rádio Renascença mensagens de apoio à justa luta dos trabalhadores da Emissora Católica Portuguesa. São trabalhadores a apoiar trabalhadores, irmanados no objectivo comum de combater a exploração do homem pelo homem e as injustiças sociais, venham elas de onde vierem.

Nenhum trabalhador consciente, nenhum católico honesto, ninguém verdadeiramente democrático poderá deixar de apoiar uma causa que é justa.

Já antes do 25 de Abril pensava na Quinta da Ferraria

- O Partido Social Democrata (SPD) da República Federal da Alemanha continua muito interessado pela evolução do processo revolucionário português. Excessivamente interessado, como se depreende das insistentes declarações de Willy Brandt sobre Portugal e as próximas eleições. O SPD, por intermédio da Associação das suas Juventudes Socialistas, decidiu, dentro dessa orientação, conceder o seu patrocínio a organizações do Partido Socialista Português que se constituam na RFA. Através desse contacto, salienta um comunicado, será possível «obter permanentemente informações directas de Portugal, assim como atender imediatamente os interesses dos socialistas portugueses».

- O camarada Joaquim de Carvalho, dirigente da FRELIMO e ministro da Economia do Governo de Transição de Moçambique, esteve em Lisboa, para participar em conversações nos domínios económico, financeiro e técnico. As negociações tinham tido início em Janeiro.

- Uma delegação do Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe foi recebida, em Lisboa, pelo secretário de Estado das Pescas. Foi reafirmada à delegação de S. Tomé a intenção do Governo português de dar aos novos países africanos de expressão portuguesa a cooperação indispensável, nomeadamente no domínio da formação profissional, abrindo as nossas escolas de pesca aos pescadores desses países.

- O camarada Agostinho Neto declarou ser «imperiosa a imediata distribuição de terras, sobretudo nas zonas da cultura de café no Sul de Angola».

- Devem ser inaugurados, no próximo mês, os voos da companhia aérea soviética Aeroflot entre Moscovo e Lisboa.

- Na sequência do processo de inquérito instaurado a antigos administradores, técnicos e servidores da Empresa de Electricidade da Madeira, foram presos: António Francisco dos Reis, Clemente da Silva Ornelas, Gonçalo Nuno da Câmara, Rui Santos e Sérgio Marques.

- A comissão administrativa da Câmara do Barreiro recorda que os proprietários que dividiram os seus terrenos em lotes destinados à construção de edifícios são obrigados por lei a executar os arruamentos, redes de água, luz e esgotos, e a prever locais para escolas, mercados, jardins, lojas, estações de correio, etc.

- Vai ser construída em Portugal, na região de Évora, a primeira fábrica de beterraba. Esta fábrica fará parte de um complexo agro-industrial que incluirá grandes áreas cultiváveis, matadouros, salsicharia, rede de transportes, postos de venda. Não existirão intermediários na distribuição da beterraba. A actividade deste complexo deverá proporcionar a criação de mais de três mil postos de trabalho.

- Os trabalhadores da Latina denunciam a ligação (de que existem fortes suspeitas) da J. Walter Thompson (detentora de 25 por cento do capital da Latina) com a CIA.

- Foi alargado aos funcionários dos bancos nacionalizados o aditamento ao contrato colectivo de trabalho entre o Sindicato dos Bancários e o respectivo grémio.

- Portugal e a Síria estabeleceram relações diplomáticas.

- A Federação das Cooperativas de Produção — que resultou de reuniões efectuadas após o 25 de Abril entre delegados de cooperativas de produção já então existentes — pediu à Comissão Pró-UNEP apoio no sentido de enquadrar estudantes no movimento cooperativista.

- Torres Campos, secretário de Estado da Indústria e Energia, teve vários encontros na URSS, nomeadamente com o Comité do Estado da Ciência e Técnica e com membros de vários ministérios técnicos, relacionados com o desenvolvimento industrial. Visitou, ainda, em Leninegrado, diversas unidades industriais.

- Só com justa causa ou por incapacidade financeira (o que verificado por comissões de inquérito) poderão ser rescindidos os contratos (por parte da entidade patronal) entre os professores e os estabelecimentos de ensino particular, celebrados entre 21 de Outubro do ano findo e 30 de Setembro de 1975.

- A PSP, a GNR e a GF serão em breve agrupadas numa força cívica. O general Pinto Ferreira foi nomeado para comandar essa força.

- O «Notícias», jornal de Lourenço Marques, no seu número de 14 de Fevereiro, publica, parcialmente, um editorial do «Avante!».

- Por despacho do secretário de Estado das Pescas, foi criada uma comissão reorganizativa das escolas de pesca.

- Foi criado, por deliberação do Conselho de Ministros, o subsídio de desemprego. Esta decisão integra-se no contexto do Programa Económico-Social.

- Foi aprovada no Conselho de Ministros a suspensão dos corpor sociais da Grão-Pará.

- Os trabalhadores do Sindicato dos Caixeiros decidiram, em assembleia geral extraordinária, realizada n'A Voz do Operário, alterar o nome daquele organismo para Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa — o que implica a sua abertura a todos os trabalhadores deste ramo de actividade.

- Foram aprovados planos extraordinários de trabalhos públicos (que montam a 200 mil contos) destinados a debelar a crise de desemprego no Alentejo.

- O secretário de Estado da Educação e Cultura de Portugal conferenciou, em Berlim, com o ministro da Educação da República Democrática Alemã.

- Na sequência dos acordos que têm vindo a ser estabelecidos entre Portugal e a URSS, há que destacar: a entrada em Portugal, até final do corrente ano, de um milhão de toneladas de petróleo em rama; a prestação ao nosso país da ajuda necessária quanto aos estudos das jazidas de alumínio do Sul de Portugal; a possibilidade de exportação para a União Soviética de bens de equipamento fabricados entre nós; a construção, com base nas jazidas de lenhite de Rio Maior, de uma central eléctrica na região; o intercâmbio de técnicos no ramo de processos fabris e indústrias químicas e no campo da Medicina de radioisótopos.

- O general Carlos Fabião encontra-se na Roménia, onde terá oportunidade de observar o Exército romeno, com vista à «reconversão do Exército Português numa força de produção».

- Encontra-se em Cabo Verde uma delegação das Nações Unidas, chefiada pelo embaixador da Síria naquela organização internacional.

- Após uma ausência de 14 anos, o camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, voltou a Cabo Verde, para uma visita oficial. Foi recebido no Mindelo, em São Vicente, por uma multidão entusiástica de milhares de pessoas. Dirigindo-se ao povo, Aristides Pereira afirmou que a união da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde será decidida livremente pelas populações interessadas, salientando que essa unidade nunca poderá significar «anexação ou sujeição de uma das partes à outra».

- A propósito das perturbações registadas em vários estabelecimentos de ensino secundário em diversos pontos do País, a UEC divulgou um comunicado no qual se afirma que a «reacção tem desenvolvido todos os esforços para paralisar as escolas como forma de sabotagem ao processo democrático»

- O Instituto de Azeite e Produtos Oleaginosos vai adquirir aos produtores de azeite as quantidades de que estes disponham, desde que não excedam a acidez de quatro graus.

- Em resposta a ataques da comissão concelhia do PPD às RIC, a Reunião Intercâmaras do Distrito de Santarém divulgou um comunicado em que afirma ser seu único objectivo «reformular todo o esquema de gestão camarária, expresso num Código Administrativo profundamente reaccionário e que trava toda a iniciativa canalizadora de apoio e auscultação da população».

- Mendès-France — antigo presidente do Conselho e ministro das Finanças de França — deslocou-se a Portugal, a convite do ministro das Finanças, Silva Lopes. Mendès-France reuniu com Melo Antunes (com quem debateu aspectos relacionados com o Plano Económico de Emergência), com os ministros das Finanças e da Economia, com Magalhães Godinho. Foi recebido pelo Presidente Costa Gomes e pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

informação

«Deixem os portugueses resolver os seus próprios problemas» — sugere a «Pravda»

Na sua edição de 22 do corrente, a «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, publica um importante editorial sobre o processo revolucionário português.

Depois de salientar o papel decisivo desempenhado pelas duas componentes que caracterizam o processo democrático e revolucionário — o movimento popular de massas e o MFA — e determinam o seu avanço, a «Pravda» escreve:

«A União do povo e das Forças Armadas passou a ser a base da renovação democrática de Portugal.

Portugal terminou a difícil e desonrosa guerra colonial, que durante longos anos o governo fascista manteve contra os povos da África, estimulado pelos seus protectores estrangeiros. A descolonização processa-se na base dos princípios que têm em conta, por completo, os interesses dos movimentos de libertação nacional dos povos das antigas colónias portuguesas e que goza do apoio da opinião pública mundial.

Conseguiu-se um enorme progresso na democratização da vida sociopolítica de Portugal.

Efectuaram-se várias medidas progressistas na vida económica do País, se bem que tenhamos de realçar que, no conjunto, não se tocou, praticamente, nas estruturas económicas de Portugal.

O Governo democrático de Portugal adopta medidas destinadas a superar as dificuldades económicas. Elaborou-se um programa de desenvolvimento económico do País. A sua realização requer a coesão e a comparticipação de todas as forças democráticas.

Exigem também esta coesão o interesse do desenvolvimento político de Portugal. Estão na ordem do dia as eleições dos deputados para a Assembleia Constituinte, fixadas para o dia 12 de Abril. Esta assembleia deverá aprovar a primeira constituição democrática da história do País.

«Seria, porém, errado considerar que decorre tranquilamente o processo de democratização em Portugal. Cada passo para a frente depara com uma enorme tensão de forças, choca com a encarniçada resistência da reacção, que já tentou, mais de uma vez, recuperar as posições perdidas.

Assim aconteceu no Verão passado, quando conduziu a uma crise política a tentativa do então primeiro-ministro Palma Carlos de colocar obstáculos ao processo de desenvolvimento económico iniciado no País. O mesmo ocorreu no dia 28 de Setembro, quando as forças reaccionárias tentaram, através da via «legal», e apoiando-se no antigo presidente Spínola, fazer retroceder o desenvolvimento do País.

Igualmente aconteceu nos fins de Janeiro e princípios de Fevereiro, quando se empreendeu, por determinados círculos, a terceira tentativa de provocar uma crise governamental.

Como se sabe, as forças democráticas portuguesas superaram todas estas dificuldades no caminho do desenvolvimento político do País.

Como declarou no dia 11 de Fevereiro o presidente português, general Francisco da Costa Gomes, o poder estatal em Portugal exerce-se e exercer-se-á, colectivamente, com a ajuda dos órgãos colegiais criados através da via democrática.

Mas, são de recear as tentativas de influência, vindas do exterior, sobre a vida política portuguesa e que tem vindo a intensificar-se ultimamente.

Na Imprensa estrangeira, e não só na Imprensa, aparecem com maior frequência a expressão de uma «preocupação» artificial pela situação de Portugal.

«Descobre-se nos autores das referidas intervenções o facto de que a eles não preocupa absolutamente nada a ameaça à democracia nesse País, que parte das forças reaccionárias. Dirigem os seus golpes sobre as forças democráticas, e, principalmente, sobre o Partido Comunista Português.

Os factos demonstram que se forma, à volta de Portugal, uma coligação de várias matizes, desde os círculos belicosos da NATO até toda uma série de políticos social-democratas. Parece que não agrada, aos participantes desta insólita coligação, a unidade entre o povo e as Forças Armadas, criada com o processo de renovação democrática de Portugal. É precisamente isso que, como justamente assinalava no dia 3 de Fevereiro o diário francês «L'Humanité», se intensificam as manobras e as intrigas destinadas a colocar uma cunha entre o povo e as Forças Armadas.

Todos recordamos as recentes manobras navais da NATO, ao largo da costa portuguesa, as quais coincidiram, casualmente, com a agudização da luta política interna em Portugal. Salta à vista que também ao mesmo tempo, como que respondendo a um sinal, fizeram-se, mais frequentemente, declarações de políticos de vários países da Europa Ocidental, que constituíram uma ingerência directa nos assuntos internos de Portugal.

Um exemplo típico deste género de intervenções foi o recente discurso proferido por Krenzing, membro do Parlamento holandês, depois de ter terminado o Congresso do Partido do Centro Democrático Social na cidade do Porto, no qual se permitiu declarar que Portugal se encontra «em perigo» e que a ameaça... parte do Partido Comunista Português.

No mesmo espírito pronunciaram-se também alguns sociais-democratas, tais como o holandês Van Der Stoel, vários trabalhistas ingleses e social-democratas da Alemanha Federal. Todos eles falaram sobre a democracia em Portugal. Os seus discursos e declarações estão saturados de terminologia apreendida do arsenal da «guerra fria».

«É necessário verificar — assinala a «Pravda» mais adiante — que nos últimos tempos, lamentavelmente, se tem vindo a exercer no exterior sobre o Partido Socialista, uma enorme pressão para que efectue uma campanha anticomunista».

Ora, a experiência, acrescenta o grande diário soviético, «demonstra convincentemente que a força da democracia reside na unidade de todas as forças progressistas. Pelo contrário, onde se altera esta unidade, onde as acções estão impostas pelo desejo de reforçar as suas posições à custa dos comunistas e pelo desejo de separar estes da sua intensa actividade, dia-a-dia, pelos interesses nacionais, dá-se origem à cisão nas esquerdas e criam-se condições favoráveis para o ressurgimento da reacção e do fascismo».

«Estamos muito longe de dar conselhos ou recomendações. Cada povo é o próprio dono do seu destino e cada partido político é responsável pelas suas acções.

«O Povo Português, ocupado agora com a solução dos problemas urgentes que herdou de meio século sob o regime fascista, tem forças suficientes e dispõe de organizações políticas e sociais próprias, suficientemente prestigiosas para solucionar por si mesmo os problemas que se lhe deparam.

«A garantia das conquistas democráticas do Povo Português — conclui a «Pravda» — é a estreita aliança entre as massas trabalhadoras e o Movimento das Forças Armadas, que desempenhou o papel decisivo no derrube do regime fascista. Os Portugueses desejam apenas uma coisa: que os deixem em paz e que não os impeçam de resolver os seus próprios assuntos.»

Injúria e provocação conduzem a inquérito

Um despacho conjunto do COPCON e do Ministério do Trabalho manda proceder a um inquérito urgente à actividade do Grémio dos Comerciantes de Material, Máquinas e Aparelhagem Eléctrica do Concelho do Porto, **com vista ao apuramento de responsabilidades, incluindo as criminais, que deverão ter o tratamento próprio.** As razões imediatas do levantamento do inquérito residem na inserção em jornais diários de Lisboa e do Porto (como publicidade paga) de um extenso comunicado e de uma **Carta Aberta ao Ministro do Trabalho**, documentos de teor injurioso e provocatório, assinados, respectivamente, pela **Comissão Administrativa** e por **Os Associados** daquele Grémio. As razões fundamentais do inquérito, que estará concluído no prazo de 30 dias, residem na recusa do cumprimento de uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho que, entre outras cláusulas, fixa os salários mínimos dos trabalhadores representados pelo Sindicato dos Electricistas do Norte.

Chamando **a atenção de todos os trabalhadores electricistas para que, nas empresas onde trabalham, façam cumprir imediatamente o disposto** naquela Portaria o Sindicato dos Electricistas do Norte depois de afirmar, num comunicado, que o que pretende a Comissão Administrativa do Grémio é lançar os trabalhadores contra o seu Sindicato e contra o Ministério do Trabalho, conclui:

«Mais uma vez demonstrada a necessidade urgente de leis revolucionárias que calem, de uma vez para sempre, os latidos histéricos desta corja reaccionária e os impeça de manobras que apenas pretendem a confusão, voltar os trabalhadores contra o Governo Provisório, regressar ao 24 de Abril e à exploração desenfreada dos trabalhadores.»

A leitura atenta de toda a documentação vinda a público sobre este caso leva a uma conclusão transparente: algumas entidades patronais não recuam perante os processos mais vergonhosos, cujo estilo lembra o «Bandarra», para tentarem justificar a falta de cumprimento dos diplomas de regulamentação do trabalho. Mas, neste caso como noutros, os trabalhadores, os sindicatos e os responsáveis pelo cumprimento das leis saberão dar a resposta adequada, não só ao desprezo insolente por um mínimo de reivindicações conquistadas como à calúnia, à injúria pessoal e à provocação política daqueles que querem reduzir o processo de democratização nacional à defesa dos privilégios mais mesquinhos, incapazes com são de abandonar de vez a mentalidade e as atitudes que caracterizavam o fascismo.

É preciso desmascarar a Santa Aliança anticomunista!

A poucos dias do início da campanha eleitoral, a ofensiva da Santa Aliança anticomunista aumenta de intensidade. Certos partidos que afirmam ser democráticos transformaram, na prática, o anticomunismo em plataforma eleitoral. Essa ofensiva, conforme salienta a nota da Comissão Política do CC do PCP, que publicamos noutra página, é estimulada e paga pela reacção internacional. A campanha de calúnias desenvolve-se, assim, conjugadamente, em duas frentes, a interna e a externa, que se apoiam mutuamente.

Nunca os órgãos da reacção internacional dedicaram tanta atenção a Portugal. Em artigos, em editoriais, em telegramas que deturpam os factos, amontoam-se mentiras grosseiras e insultos ao nosso Partido, ao MFA, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República. E também receitas contra-revolucionárias.

Para o «Frankfurter Allgemeine Zeitung», da República Federal da Alemanha, a Assembleia Constituinte perdeu já significado porque os oficiais do MFA podem, antes das eleições, publicar decretos revolucionários que tirarão ao voto popular qualquer interesse. O órgão dos monopólios germano-ocidentais considera um desastre a institucionalização do MFA. E manifesta a sua cólera pelo facto de as Forças Armadas manterem uma «parte do seu poder» após as eleições.

O «Die Welt», porta-voz do grupo Springer, dedica toda a sua atenção ao nosso Partido. O prato de fundo dos seus comentários é a entrevista dada a «L'Humanité» no início do mês pelo camarada Álvaro Cunhal Mas não a transcreve, evidentemente. Inventa, por sua conta, declarações que seriam ridículas se não fossem infames. Entre as frases que atribui ao secretário-geral do PCP há, por exemplo, uma relativa ao «movimento das massas étnicas». A estupidez da transcrição inventada é tão colossal que o objectivo do autor, qualquer que tenha sido, não foi atingido. O redactor do «Die Welt» certamente estava a sonhar com o III Reich e reproduziu alguma odienta tirada de Hitler ou do dr. Goebbels.

«O Times», de Londres, e «L'Express», de Paris, pintam em cada número quadros caóticos, condoendo-se da sorte do povo português privado da liberdade pela acção demoníaca dos comunistas. Inventam histórias incríveis, inventam sentimentos, inventam tudo. Bem afinados, afirmam ambos que muitos portugueses começam a ter saudades da **outra** ditadura. Assumem as dores e frustrações da reacção interna e transformam-nas em suas. Mas as agências noticiosas ocidentais divulgaram esses comentários e toda a Imprensa reaccionária mundial acabou citando o «Times» e «L'Express», repetindo que o povo português tem saudades do fascismo. O povo, bem entendido, é para essa gente a minoria contra-revolucionária que rasga cartazes do MFA, que executa a sabotagem económica, que boicota comícios e sessões do nosso Partido.

«L'Express», pela pena venenosa de Jean François Revel, chama ao processo revolucionário português «um «cocktail» à portuguesa», que ameaça transformar um país «já doente e moribundo». E aponta a receita **salvadora** contra a «ditadura militar comunista» e a iminente «guerra civil». Essa salvação, para Revel, só pode vir da «solidariedade económica europeia imediata e total». Como? Através da ajuda dos socialistas europeus que ainda «não apoiam abertamente a luta de Mário Soares». Pede uma receita italiana para Portugal, pergunta por que motivo Helmut Schmidt **e Giscard** d'Estaing não tomaram ainda a iniciativa de um «verdadeiro Plano Marshall da Comunidade Económica Europeia para o desenvolvimento de um Portugal Democrático»?

No Brasil, a campanha contra a Revolução Portuguesa e, principalmente, contra o nosso Partido atinge as raias da histeria. «O Estado de S. Paulo», com um descaro tipicamente reaccionário, inventa debates conflituosos nas Assembleias de Delegados do MFA, garante que a União Soviética «está empenhada em criar no país uma nova PIDE, com os mesmos instrumentos da primeira, com o objectivo de aterrorizar a população», e faz um apelo pungente ao governo do general Geisel para que convide os colonos reaccionários de Angola, os médicos, os técnicos a emigrar para o Brasil, esses «homens acossados», que «nos imploram um lugar ao sol». O fascista Carlos Lacerda, também no «Estado de São Paulo», dirige um apelo inflamado à reacção portuguesa, convida-a a «conspirar eficazmente, de modo a derrubar a ditadura que se montou em cima dos escombros da outra». E tempera o artigo com uma torrente de insultos contra o nosso Partido e o MFA.

As referências e citações oferecem uma imagem da campanha de ódio e calúnias orquestrada contra Portugal pela Santa Aliança anticomunista. Trata-se apenas de uma pequena amostra reveladora dos métodos a que a reacção internacional decidiu decorrer. Não são métodos originais. Foram empregados contra Cuba, foram utilizados contra o Chile da Unidade Popular, estão também, neste momento, a ser usados contra o Peru. O objectivo de todas essas manobras é muito claro: dar uma imagem totalmente falsa da Revolução Portuguesa, mobilizar contra o nosso país todas as forças da reacção externa e, sobretudo, dar ânimo às forças que, internamente, se esforçam por dividir o MFA e isolar o PCP, por romper a aliança cada vez mais forte entre as duas componentes do processo revolucionário: o Movimento das Forças Armadas e o movimento popular de massas.

Que significa, na prática, o apelo à «solidariedade económica europeia imediata e total»? É um apelo directo aos governos dos países do Mercado Comum e à grande família dos monopólios para que organizem o boicote económico a Portugal. Que se pretende com a sugestão de uma receita italiana, com os conselhos a Schmidt e Giscard d'Estaing, com o espantalho de um Plano Marshall para Portugal? Formar uma Santa Aliança oficial que imponha as suas condições a Portugal, que faça chantagem, que apoie calorosamente partidos e forças que combateram a unicidade sindical, que pretendem implantar em Portugal uma democracia burguesa «europeia», que criticam a institucionalização do MFA, que encaram com pavor o avanço do movimento de massas, a reforma agrária, o controlo eficaz da banca, a luta contra os monopólios — a marcha para o socialismo. Qual o fim dos reaccionários brasileiros quando procuram atrair elementos da minoria branca de Angola? Interferir no processo de descolonização, estimular os colonos reaccionários a lançarem-se em aventuras contra-revolucionárias, criar problemas ao Governo de Transição através da fuga de quadros profissionais.

Essa campanha anticomunista, antidemocrática, antinacional não atingirá os seus objectivos. Como recorda o nosso Partido, as massas trabalhadores estão com o processo democrático e revolucionário e cada vez mais decididas a levá-lo avante. Os monopólios, os latifundiários, os grandes banqueiros serão derrotados pelas forças democráticas, não conseguirão destruir a aliança do movimento popular com o MFA. Mas é preciso desmascarar os promotores da ofensiva anticomunista, é preciso desmascarar os divisionistas. A vigilância revolucionária é, mais do que nunca, necessária.

Sindicato dos Médicos denuncia manobras reaccionárias

A propósito de uma campanha reaccionária de que vêm sendo alvo, os corpos gerentes da Região Sul do Sindicato dos Médicos divulgaram um comunicado a fim de esclarecer os médicos e a população em geral da justa luta que travam. Transcrevemos a seguir algumas passagens desse documento:

«Na Secção Sul, assiste-se a um desenfreado ataque à actual direcção, com nítidos propósitos de a afastar do seu trabalho sindical, de modo a atrasar ou alienar os esforços conducentes à estruturação de um Serviço Nacional de Saúde, à realização do Congresso Nacional de Saúde, etc.

«Para esse fim, todos os métodos são válidos: calúnias, difamações (que chegam ao ponto de acusar a direcção de desvio de fundos), boicote de assembleias, boatos, etc.

«É neste sentido que encaramos a tomada de posição desses médicos quando, uma vez definida e aprovada em Assembleia Regional (1-2-75) a necessidade de um aumento de quotas (limpa e honestamente demonstrada pela direcção), vêm contestar essa mesma assembleia, procurando impugná-la junto do Ministério do Trabalho e dando publicidade (que o «Diário de Notícias», de 10-2-75, deu estranho acolhimento) a uma notícia altamente ofensiva para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato.

«(...) A defesa egoísta dos privilégios de uma minoria não pode, de modo nenhum, ensombrar a lenta mas segura caminhada da jovem Democracia Portuguesa. Mais uma vez o Chile é um exemplo e uma lição!... Nesse país, os médicos reaccionários jogaram um papel importante na degradação da situação democrática do Chile quando, por meio de greves, ajudaram ao estabelecimento de uma situação caótica, que permitiu a tomada do Poder por um regime fascista e sanguinário, que já assassinou ou prendeu várias dezenas de milhar de cidadãos.»

A referência do comunicado à lição do Chile é muito oportuna. Os médicos reaccionários portugueses estão a imitar os métodos dos seus colegas chilenos do Partido Nacional e da Democracia Cristã. Mas não estamos perante uma ofensiva isolada. A campanha contra a direcção democrática da Secção Regional do Sul do Sindicato dos Médicos insere-se na campanha mais ampla e ambiciosa da reacção para tomar posição, quer nos sindicatos quer nas autarquias locais. Os actuais corpos gerentes foram escolhidos nas mais concorridas eleições já realizadas naquele sector profissional. Dos 2600 votos então emitidos, receberam 2000. Agora, desde a insinuação maldosa até à calúnia pública, todos os processos têm sido usados pela reacção, na sua tentativa de assalto à direcção da Secção Regional do Sul do Sindicato. Mais uma vez, a reacção não passará.

O papel do MFA no processo revolucionário

O último número do Boletim do MFA publica um artigo que, através de uma clara definição do papel que o Movimento desempenha do processo revolucionário em curso e da reafirmação da solidez da aliança com as massas populares, constitui uma resposta aos insistentes ataques de que a vanguarda política das Forças Armadas vem sendo alvo.

Transcrevemos, a seguir, parcialmente, o referido artigo:

«Ao entregar grande parte do poder executivo a um Governo Provisório, constituído por elementos de várias tendências políticas, o MFA mostrou que não estava interessado na tomada do Poder político. A entrada de militares para o segundo Governo Provisório veio, no entanto, clarificar a situação: o MFA não desejava o Poder, mas, por outro lado, não abdicava do direito de intervir politicamente no processo.

«É nesta dualidade de situações que reside um dos aspectos mais originais da actual situação — reconhece-se o direito às diversas forças políticas representativas dos vários sectores da população de intervirem e terem a sua quota-parte do Poder, não se abdicando, por outro lado, da responsabilidade contraída perante o povo de acompanhar de perto o processo democrático.

«Além de força decisiva, garante da continuidade do processo, o MFA, como vanguarda política das Forças Armadas, é também parte interessada no evoluir da situação. O papel motor que o Movimento tem tido, do lado das massas populares, em aspectos decisivos da vida nacional, confere-lhe o direito de intervenção na vida política. Porém, as Forças Armadas, ao intervirem, não o podem fazer como «tropa de choque» desta ou daquela tendência, deste ou daquele interesse particular. Ao intervir nos acontecimentos, o Movimento, arcando sobre si as responsabilidades, adquire, consequentemente, na dinâmica da sua intervenção, o direito de ter voz activa no desenrolar das situações, mas sempre numa posição suprapartidária.

«O MFA não pretende, porém, ser a única vanguarda a determinar o sentido do processo político, mas, pelos compromissos estabelecidos perante o Povo Português, não pode ir a reboque dos acontecimentos, principalmente quando estes contrariam as aspirações mais profundas do povo e vão ou poderão vir a contradizer a dinâmica da revolução encetada no dia 25 de Abril.

«O exemplo recente da aprovação pelo Conselho de Estado da lei constitucional que dá poderes legislativos à Junta de Salvação Nacional em certos campos específicos é um exemplo característico do papel motor que o MFA tem e deverá continuar a ter. Perante o impasse e indecisão perigosa que poderia comprometer o processo actual, o MFA considerou que nos campos do saneamento e extinção das actividades fascistas (PIDE, ANP, LP, etc.) era necessário desbloquear a situação e nesse sentido surgem poderes dados à JSN, órgão superior do MFA.

«A institucionalização surge como necessidade de clarificar, ao nível das instituições políticas, qual o papel a desempenhar pelo autor da revolução iniciada no dia 25 de Abril de 1974. O MFA, por este facto, adquiriu o direito de ser ele próprio a decidir sobre o seu futuro; a definir qual o espaço político que deve ocupar no futuro Portugal democrático. No entanto, utilizando mais uma vez uma via original, resolve consultar previamente as forças políticas e, em conjunto, definir as formas da que se deverá revestir a institucionalização.

«O espaço político que o MFA ocupa e virá a ocupar depois das eleições para as Constituintes será a solução original do nosso processo, em que se conjuga a legitimidade revolucionária do MFA com a legitimidade da soberania popular expressa através do voto nas eleições.

O imperialismo teme o avanço do processo democrático em Portugal

Mais de metade do comércio internacional dos países capitalistas é controlado pelas empresas multinacionais. Cerca de 40 % da exportação dos países capitalistas desenvolvidos é constituída por produtos fabricados e comercializados por empresas pertencentes ou controladas pelos grandes monopólios internacionais.

Estes alguns dos pontos focados por Victor Tyagounienko, professor da Universidade de Moscovo, no Seminário Internacional pela Cooperação Económica, a Independência, o Desenvolvimento e a Paz, realizado em Lisboa.

É contra a dependência deste poderoso aparelho tentacular que suga as riquezas dos vários povos do mundo para alimentar as multinacionais que lutam os países subdesenvolvidos, suas maiores vítimas. Esta luta é, segundo as conclusões do Seminário, uma das características da situação económica contemporânea.

Portugal foi saudado nesta grande reunião em defesa da paz, pelo processo de descolonização que encetou e pelo próprio processo revolucionário interno em curso.

Mas não é assim por todo o lado.

Sabemos demasiado bem que a expectativa mundial que o 25 de Abril gerou em relação ao nosso país não é unicamente constituída por olhares e atitudes amistosas.

A simpatia manifesta internacionalmente pela «revolta de escravos» (já há muito se tinha tornado francamente difícil defender abertamente o regime terrorista dos monopólios e latifundiários então vigente em Portugal) esbateu-se como por milagre, sobretudo após o 28 de Setembro.

Hoje, as multinacionais temem pela perda dos seus lucros no nosso país. Temem pela força do seu exemplo.

No famoso «Abril em Portugal» começaram a murchar — para os seus antigos senhores — as flores deste «jardim à beira-mar plantado».

E, no entanto,... não muito antes da fantochada da Assembleia Nacional então existente, podiam-se ouvir afirmações como esta: «Ainda hoje eu não conheço nação onde seja mais fácil e simples implantar uma empresa estrangeira. Capitais, pessoas e valores circulam com uma liberalidade que não tem recíproco em parte alguma» (deputado Sebastião Alves — Castelo Branco).

Poucas verdades eram ditas nesta Assembleia. MAS ISTO ERA VERDADE.

Em 1963, um terço do investimento privado era de origem estrangeira. Em 1971-72, os investimentos estrangeiros aumentaram de 86%. Em 1973, ultrapassaram os dois milhões de contos — mais 32 % que em 1972. Toda a política industrial estava virada para a exportação. As indústrias de ponta, as que maiores lucros facultavam, as de exportação, ou eram entregues a entidades estrangeiras ou estas intervinham de forma indirecta, através dos monopólios ditos nacionais. O que aliás era extremamente fácil. A CUR, o grupo Champalimaud, o grupo Borges e Irmão, os Espírito Santos, o Fonsecas e Burnay, o Português do Atlântico — todos os grupos monopolistas têm estreitas ligações com o capital estrangeiro.

O governo fascista oferecia OFICIALMENTE — salários baixos, facilidades de exportação, o sistema fiscal mais favorável da Europa, a garantia de exportação de lucros.

Um quadro deveras atraente para o imperialismo.

Empanou-se o brilho que a realidade portuguesa oferecia ao grande capital.

Pela primeira vez, nas capitais da «democracia ocidental» se teme pela sorte de Portugal, ameaçado de «uma nova ditadura», ainda «mais cruel», de «sinal contrário». O imperialismo teme que lhe escapem, definitivamente, das mãos as nossas riquezas, o fruto do trabalho do nosso povo.

Fala da nossa liberdade ameaçada. Mas é a sua liberdade — que sente estar a perder — que pretende defender. CONTRA A NOSSA.

- Numerosos presos políticos brasileiros «desapareceram» na última semana. A polícia afirma desconhecer o seu paradeiro. Entre os «desaparecidos» figuram dirigentes sindicais, jornalistas e estudantes detidos nas suas casas pelas forças da repressão. O temor pela sorte dessas novas vítimas da ditadura brasileira é tanto maior quanto o governo do general Geisel anunciou oficialmente que nada sabe acerca de 19 pessoas presas há mais de um ano, entre as quais figuram quatro dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.

- A «Voz Operária», órgão do CC do Partido Comunista Brasileiro foi distribuída clandestinamente em todo o país três semanas após o governo ter informado que destruira o aparelho de propaganda do PCB, ao assaltar duas tipografias, em São Paulo e no Rio, onde era impresso o jornal. «A nossa voz nunca será silenciada — proclama o órgão central do PCB num editorial de desafio à ditadura — e continuaremos sempre a nossa luta até à vitória.» O reaparecimento de «Voz Operária» causou profundo júbilo entre as massas populares do país irmão.

- A Colômbia e Cuba restaram relações diplomáticas.

- Em represália pela captura de navios atuneiros da Califórnia que pescavam ilegalmente em águas equatorianas, empresas americanas que controlam a indústria pesqueira do Equador impediram o trabalho a dois mil trabalhadores do porto de Manta, naquele país. Em consequência dos sucessivos «lock-out» das empresas «yankees», milhares de pescadores e operários atravessam uma situação crítica.

- O senador americano Jacob Javits propôs a admissão de Israel na NATO.

- O Governo peruano criou uma comissão, integrada por quatro ministros e dois generais, para que, de acordo com as opções ideológicas da Revolução peruana, elaborem o projecto de um movimento político «desejado por cidadãos, organizações e agrupamentos sociais».

- O Parlamento da África do Sul elegeu para a Presidência da República Nicolas Diedrichs, um ex-ministro das Finanças conhecido pela alcunha de «Mr. Gold», isto é, «senhor ouro».

- Para ajudar o Governo de Phnom Penh (e os seus interesses na Indochina), o Senado americano está a estudar um pedido de mais auxílio ao Camboja, no valor de 222 milhões de dólares.

- Durante uma reunião dos governadores dos bancos centrais árabes com os representantes da Liga Árabe, da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo e do Fundo Monetário Internacional, foi decidida a criação de um fundo monetário árabe.

- Assad, presidente da Síria, declarou, em entrevista concedida à revista «Newsweek», que «se os israelitas regressarem à fronteira de 1967 — a margem ocidental do rio Jordão e a faixa de Gaza se tornarem um Estado palestiniano — terá desaparecido o último obstáculo a uma solução final... isto não é propaganda, é o que pretendemos, sérle e explicitamente».

- A Liga Popular dos Camponeses e Operários do Bangla Desh foi transformada em partido pelo presidente Mujibur Rahman. Segundo declarou Mujibur Rahman, o país teve de adoptar esse sistema para levar à prática «os princípios fundamentais da política do Estado, nomeadamente o nacionalismo, o socialismo, a democracia e o secularismo»

- Quatro dos principais colaboradores do ex-presidente Nixon foram condenados pelo juiz John Sirica a penas de prisão, pela sua participação na tentativa de encobrimento do caso Watergate.

- Realizou-se em Roma a I Conferência Nacional de Emigração, com a presença de 300 delegados, em representação dos seis milhões de emigrantes europeus na Itália, e de ministros italianos, sindicatistas e políticos de várias tendências.

- A Somália anunciou ao Conselho Ministerial da Organização de Unidade Africana que a Rodésia está a efectuar recrutamento de mercenários europeus.

- Vorster declarou que a *República da África do Sul não tem* intenções agressivas para com os governos de Angola e de Moçambique; mas, acrescentou em tom de provocação, que não permitiria que os guerrilheiros usassem os Estados vizinhos como bases para os seus «ataques» à África do Sul. Acrescentou, a propósito: «Ripostaremos com todos os meios ao nosso alcance.»

- Os industriais da Costa Rica criaram uma comissão especial para o restabelecimento de relações, a nível industrial, com Cuba. Esta decisão foi conhecida na sequência de uma reunião de um grupo de industriais em que foram discutidas as formas de coordenação das actividades comerciais com Cuba.

- Juan Mari Bras, secretário-geral do Partido Socialista Porto-riquenho, denuncia a Polícia de Porto Rico, por passar a maior parte do seu tempo a perseguir organizações nacionalistas, com o apoio da CIA e do FBI dos EUA.

- Neville Butler, professor de Pediatria da Universidade de Bristol, afirmou que Cuba pode ser considerada uma nação desenvolvida no que respeita à saúde pública. Considera que o estudo pré-natal efectuado em Cuba, se tornará um clássico para a América Latina, pois permite que 97 por cento das mulheres dêem à luz filhos saudáveis, o que já considerado um bom resultado.

- Foram presos nove chilenos em Mendoza, Argentina, por suspeita de lutarem contra o governo fascista chileno.

- Iniciou-se, no Panamá, a 5.ª reunião do conselho-geral do Congresso de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina. Participam Cuba, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guiana Francesa, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Uruguai e Peru. Participam, também, como observadores, alguns países socialistas europeus.

- O camarada Jacob Malik, embaixador soviético na ONU, apresentou novamente, no Conselho de Segurança, a proposta da URSS referente a Chipre, da realização de uma conferência internacional amplamente representativa, no âmbito das Nações Unidas, e do envio à ilha de uma missão do Conselho de Segurança. Malik criticou as medidas unilaterais tomadas pela chefia cipriota turca e as tentativas dos que pretendem resolver a questão de Chipre no quadro da NATO.

- Jaime Pérez, secretário do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai e ex-deputado, encontra-se preso desde 24 de Outubro do ano passado. Ferozmente torturado pela polícia, foi enviado para a Prisão Central onde se encontra actualmente.

  É um dos muitos patriotas que a violência desencadeada pelo golpe de Estado fascista de 27 de Junho de 1973 atingiu. O povo do Uruguai, que luta pelo derrubamento da ditadura, reivindica a libertação do camarada Jaime Pérez e de todos os presos políticos. Para que isso seja conseguido, é importante a nossa solidariedade.

- Pelo presidente da FSM, Enrique Pastorino, foi dirigido ao Papa um apelo, que transcrevemos: «Federação Sindical Mundial solicita que interponha a sua influência a favor da vida e da liberdade de militantes sindicais e democratas presos arbitrariamente no Brasil. Dignitários da Igreja Católica do Brasil denunciaram a grave situação dos presos políticos, muitos dos quais desapareceram, temendo-se que tenham sido assassinados. Confiamos em que a sua intervenção contribue para pôr termo às prisões e à tortura, obter a libertação dos presos e a garantia do respeito dos direitos humanos.» Telegramas de protesto contra as prisões e a tortura no Brasil, foram igualmente enviados a Kurt Waldheim, secretário-geral da ONU e ao presidente do Brasil.

- O Governo mexicano nacionalizou a indústria açucareira.

- O camarada Nikolai Bulganine, ex-primeiro-ministro da União Soviética, faleceu em Moscovo. Nascido em 1895, era um dos últimos sobreviventes da geração que fez a Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917. O camarada Bulganine desempenhou um destacado papel durante a batalha de Moscovo em Dezembro de 1941, quando os exércitos fascistas de Hitler foram derrotados nos arredores da capital soviética.

- Henry Ford II, presidente da Ford, foi preso na Califórnia, quando conduzia em estado de embriaguez. Foi libertado depois de pagar uma fiança equivalente a 1[illegible] contos.

- O vice-primeiro-ministro e ministro do Trabalho da Espanha, Licínio de la Fuente, demitiu-se dos seus cargos no Governo franquista. A sua atitude relaciona-se com divergências surgidas em torno do anunciado projecto de lei que regulamenta o «direito de greve».

informação

Nova onda de repressão contra a juventude chilena

Criada em 1974, a Comissão Internacional de Investigação dos Crimes da Junta Militar Chilena realizou a sua terceira sessão na Cidade do México. Portugal esteve presente.

Gladys Marin, secretário-geral das Juventudes Comunistas, Luís Alberto Corvalan, filho do secretário-geral do Partido Comunista do Chile, António Leal, secretário-geral da Federação dos Estudantes da Universidade de Concepcion e Patricio Corbalán — serão acusadores neste julgamento internacional dos múltiplos crimes da Junta.

A perseguição sistemática à juventude é uma das tónicas no quadro repressivo da mártir nação chilena.

O jovem Luís Corvalan foi preso e torturado no famigerado Estádio Nacional de Santiago do Chile, posteriormente encarcerado durante nove meses no campo de concentração de Chacabuco. António Leal foi torturado

no campo de concentração da ilha Quirinica. O marido de Iris Morado foi assassinado.

Para os estudantes «recalcitrantes» foram instalados, nos últimos três meses, campos especiais de trabalhos forçados. Esta medida atingirá cerca de 80 mil jovens.

Nas Universidades a repressão militar foi particularmente violenta. No ensino primário e secundário o regime terrorista do Chile tenta deformar e espartilhar as mentes infantis nos princípios da ideologia fascista.

Extirpar o «cancro marxista» do espírito da juventude chilena, naqueles muitos em que esse «cancro» se implantou, ganhou raízes, deu a consciência e a coragem para se opor com determinação à monstruosa destruição da liberdade de um povo, e arrostar com as consequências. Matar nas crianças do Chile a noção de vida e de luta, da frontal oposição de interesses entre os monopólios e o imperialismo e as massas populares. Fazer da jovem geração submisso instrumento seu. Esta a razão de ser da ofensiva fascista contra a juventude.

São métodos bem nossos conhecidos. Também o fascismo português *tentou arregimentar a nossa juventude nas suas fileiras. Também* ele recorreu à repressão. Também ele fez do ensino uma caricatura, um método de embotamento sistemático de consciência, uma arma de apologia do fascismo. Em vão. Hoje mesmo, não poderemos desligar a activa resistência da reacção ao funcionamento e democratização das nossas escolas, de uma tentativa de roubar a juventude ao processo revolucionário em curso. Traz-nos problemas. Levanta sérias dificuldades. Mas será também em vão.

O heroísmo da juventude chilena no confronto com a repressão fascista é o melhor fundamento para a nossa certeza de que também aí as veleidades da junta de Pinochet não se concretizarão.

O franquismo reprime, mente e sofre derrotas

O Governo de Franco debate-se, hesitante na táctica a adoptar, face ao ascenso da luta popular.

Mais de 6000 operários em greve, nos estaleiros e fábricas de automóveis de Vigo. Cerca de 10 mil mineiros de carvão em greve nas Astúrias, 10 000 trabalhadores em Bilbau, 8000 em Vigo, corresponderam ao apelo da «jornada de luta». Houve manifestações em Madrid, na Galiza, nas províncias bascas e em Barcelona. As universidades estão paralisadas. Desde o encerramento, pelo ministro da Educação, da Universidade de Valladolid (por «actividades» subversivas), deu-se um ascenso na luta das massas estudantis.

O fascismo espanhol utiliza as armas contra as centenas de estudantes que se manifestaram em Madrid, na «jornada de luta», frente ao Ministério da Educação. Carrega sobre os manifestantes que se concentraram frente às Cortes. Expulsa com metralhadoras e canhões de água os milhares de jovens e os professores da Universidade Complutense. Efectua dezenas de prisões. 90 em Madrid, 13 na Corunha, 12 em Bilbau, 5 em San Sebastian.

O primeiro-ministro, Arias Navarro, declara: «Posso garantir que o Governo não cederá a quaisquer pressões derivadas de greves políticas. Se elas conseguirem alguns resultados, mediante acções ilegais e muitas vezes subversivas, isso apenas colocará mais obstáculos no caminho da democratização da ordem social.»

Entretanto, acena-se com a democracia, com uma autorização de existência legal de associações políticas, para que se convida as tendências «socializantes» e democratas-cristãs. O Governo reúne-se para apreciar o projecto de uma lei que autorizaria as greves no país.

No seio do Exército, circula um manifesto, que apoia a política «liberalizante» de Navarro e pede o afastamento de Franco. Foram presos dois oficiais, por motivos políticos.

A culminar as derrotas sofridas pelo franquismo na Galiza, nas províncias bascas, em Barcelona e Madrid, novos focos de tensão se desenham, no imediato, na Galiza. Serão julgados brevemente, em Madrid, 23 trabalhadores galegos, pela sua activa participação nas grandiosas lutas desencadeadas em 1972 na Empresa Nacional Bazán do Ferrol, lutas que englobaram manifestações de milhares de trabalhadores desta empresa e que contaram com uma magnífica solidariedade popular em toda a Galiza, expressa nomeadamente em manifestações e greves. A repressão foi extremamente violenta — dezenas de prisões, cargas brutais da polícia armada, dois mortos, a «rotina» da tortura. O fascismo espanhol vê-se assim a braços com novas dificuldades. Tal como no processo dos 1001, qualquer que seja a decisão da justiça franquista, o regime perderá uma batalha.

O rosto do fascismo, mesmo quando uma vez por outra se vê na necessidade de colocar uma máscara de liberdade e fala de «caminho da democracia», é sempre o da mais brutal repressão. Face às lutas populares, a sua resposta sistemática é a da violência.

O Governo de Franco não constitui excepção — e os recentes acontecimentos em Espanha são mais uma prova disso. Algumas hesitações na sua táctica, como a promessa de associações políticas legais e a possível institucionalização do direito à greve (naturalmente muito limitado), mais não são do que manobras demagógicas, mas correspondem, por outro lado, à necessidade de um recuo, face à pressão popular. A agitação no Exército, as hesitações entre forças ligadas ao Governo, estão intimamente ligadas às sérias dificuldades e contradições em que o fascismo espanhol se debate, são fruto da luta do povo espanhol, que objectivamente beneficiam, se devidamente aproveitadas

O fascismo espanhol não tem saída para a sua política de opressão. A violência da repressão, as manobras «liberalizantes» (que já atestaram do seu fracasso) são meros expedientes. Os expedientes normais num regime que defende interesses alheios aos das massas populares.

O Governo espanhol recorrerá a todas as manobras para prolongar a sua existência condenada, mas, como todos os governos ditatoriais fascistas, está num beco sem saída.

Cuba será a sede do XI Festival da Juventude

O XI Festival da Juventude vai realizar-se em Cuba, no dia 17 de Fevereiro do próximo ano. Trata-se, como justamente afirmou Luís Orlando Domínguez, primeiro-secretário das Juventudes Comunistas de Cuba (UJC), de uma demonstração do prestígio internacional da revolução cubana.

É a primeira vez que um Festival da Juventude se realiza na América Latina.

Esta decisão do Comité Internacional Preparatório do Festival (CIP) foi tomada por delegações de 68 países e 14 organizações regionais (algumas das quais participam no CIP pela primeira vez).

Numa recepção oferecida em honra dos participantes do CIP, Honecker, secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha, país onde se realizou o X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (1973), disse: «Sentimo-nos profundamente unidos a Cuba e à sua magnífica juventude. Com ela, o XI Festival está em boas mãos.»

O movimento dos festivais da juventude data do fim da última guerra mundial. Face a uma Europa destruída pelo nazismo, a jovem geração de todo o Mundo, unida, jurou lutar pela paz, lutar para que uma nova guerra mundial, necessariamente ainda mais cruel e devastadora que as anteriores, não pudesse voltar a ensanguentar o nosso planeta.

Até à data, isso tem sido conseguido, e tem-se vindo a tornar cada vez mais difícil ao imperialismo os actos de agressão que lhe são inerentes. Os dez festivais da juventude até hoje realizados têm constituído um contributo não negligenciável na luta pela Paz.

Na balanço feito da evolução da situação mundial entre o IX e o X Festival, na reunião constitutiva do CIP do X Festival, diz-se nomeadamente: «Desde o IX Festival, as forças progressistas, democráticas e da Paz desferiram, pelo seu combate unido, novos golpes ao imperialismo: o imperialismo, face às repetidas derrotas, às dificuldades agravadas, reforça a sua agressividade; tenta manter as suas posições por todos os meios, com vista a reconquistar o tempo perdido. As vitórias alcançadas pelos heróicos povos do Vietnam, do Laos e Camboja, os sucessos alcançados pelas forças progressistas no Mundo mostram que é possível, hoje, fazer recuar o imperialismo e a reacção, e finalmente batê-los.

«Temos também a consciência de que o desenvolvimento da acção unida de todas as forças anti-imperialistas, democráticas e progressistas são mais que nunca possíveis e necessárias para assegurar a independência, a liberdade, a democracia, o progresso e a Paz no Mundo.»

No Festival da Juventude que se irá realizar em Cuba, Portugal também participará. Pela primeira vez, os seus delegados não são clandestinos.

É com justo orgulho que podemos afirmar que, na análise que também agora será feita da situação internacional, o processo revolucionário português em curso pesará necessariamente como um factor altamente positivo.

A conspiração fascista na Grécia foi derrotada

Abortou a conspiração fascista na Grécia. Neste momento estão presos 37 dos 100 oficiais do Exército detidos para averiguações do seu comprometimento na intentona reaccionária. Entre os presos contam-se generais, brigadeiros, coronéis. É nítida a ligação entre os oficiais presos, e o ex-presidente George Papadopoulos e outros dirigentes da junta militar fascista, que neste momento aguardam julgamento.

O objectivo final desta intentona era a reinstauração do fascismo na Grécia e a revisão da política externa. A retirada da Grécia do dispositivo militar da NATO seria possivelmente um dos aspectos desta política a ser «revisto»».

Face à ameaça de retorno do fascismo, que se esboçou de uma forma muito nítida, o povo grego reage decididamente. Em Salónica, no Norte do país, 30 000 estudantes, acompanhados por professores, organizaram um comício em que foi exigido um castigo exemplar para os conspiradores.

O golpe que derrubou a ditadura fascista não trouxe a democracia ao povo grego. Os recentes acontecimentos provam, porém, que o imperialismo, as forças mais reaccionárias na cena política grega, não se sentem ainda satisfeitos com a situação actualmente vigente na Grécia, ou mais provavelmente temem que o punhado de liberdades existentes facilite a luta do povo grego por uma verdadeira democracia. Uma democracia em que sejam de facto defendidos os seus interesses, em que as suas reivindicações contem mais que os lucros dos que dominam as terras, a navegação e a indústria grega, em que os interesses do imperialismo americano — presente sempre e onde não foi irremediavelmente expulso pela luta dos povos — não mais possam pressionar a política interna do país.

O limitadíssimo espaço de tempo que mediou entre a realização de eleições e o derrubamento da ditadura fascista na Grécia, as hábeis manobras da reacção no campo eleitoral, permitiram que surgisse com uma capa democrática, um regime que não passa de um arremedo de democracia. O projecto da nova constituição grega, sobre o qual a Câmara de Deputados se terá que pronunciar antes do fim de Março, é de facto um projecto reaccionário e antidemocrático. O Partido Comunista da Grécia declarou a esse respeito, em comunicado: «Esta Constituição abre caminho para um regime autoritário, despótico, personalista». Os poderes aí atribuídos ao presidente da República permitem-lhe, na prática, tornar-se num ditador. Entretanto, a discussão na Câmara de Deputados, deste projecto, não passará de mera formalidade — as forças da reacção contam com uma cómoda maioria na Assembleia.

A fracassada tentativa de golpe fascista, o processo que se desenvolverá à sua volta, facultarão uma maior vigilância, um alertar para o perigo real do retorno do fascismo. As massas gregas estão atentas. A exigência de um castigo exemplar para os adeptos do ex-ditador Papadopoulos são disso exemplo. O povo grego saberá conquistar para o seu país a verdadeira liberdade.

A guerra na Eritreia é uma guerra colonial

A guerra da Etiópia com a Eritreia é neste momento um dos temas constantes na imprensa. Mais de metade das forças regulares etíopes estão mobilizadas e envolvidas em operações contra a guerrilha. Mais de 2000 guerrilheiros mortos, anunciou recentemente Adis Abeba. Diz-se que estes números não serão inteiramente correctos — que englobarão também muitos civis eritreus. Mas isso não é o mais significativo. O que é de facto significativo é a realidade de mais de dois mil mortos em três semanas. São as afirmações proferidas pelo presidente do Conselho Governativo Militar, general Teferi Benti, apontando para uma «defesa» intransigente da «costa etíope» do mar Vermelho «custe o que custar». As críticas aos países árabes, pelo seu apoio à guerrilha na Eritreia.

A luta do povo da Eritreia pela sua independência nada tem a ver com manobras do imperialismo, como se pretende fazer crer. Com os expedientes a que o capital internacional por vezes recorre, para dominar zonas que escapam ao seu domínio, ao arrebatar pedaços de território a países cuja trajectória política não lhe agrada. A luta do povo da Eritreia é luta já antiga. Neste momento a Etiópia está a empreender, de facto, uma guerra com todas as características de uma guerra colonial — que o imperialismo esteja por detrás dela, como está e tem estado por detrás de todas as guerras deste tipo, não haverá grande lugar para dúvidas.

Os argumentos desenvolvidos pelo Governo etíope, a violência da guerra como «argumento», são clássicos na história do colonialismo.

Numa fase histórica em que se avança a passos largos para a total erradicação de todas as formas de dominação colonial. Num momento em que é firmemente defendido, a nível internacional, o direito dos povos a disporem de si próprios. Quando o continente africano dá passos extremamente importantes no processo da sua libertação, com a independência da Guiné-Bissau e o processo de independência que está a ser vivido pelos territórios outrora dominados pelo fascismo português. Num momento destes, o colonialismo está irremediavelmente votado ao fracasso.

A revolução etíope defende uma vida mais justa. Mas não é com palavras, mas com actos, que se faz uma revolução. É uma boa oportunidade para concretizar de facto os ideais que o Governo de Adis Abeba diz defender.

Manobras de Israel, vitórias árabes

Por mão do imperialismo americano e dos seus cúmplices preferenciais no Médio Oriente — o governo reaccionário de Israel —, esta zona do nosso planeta é, de facto, um centro de tensão, um perigo potencial para a paz mundial. Dando provas de um notório irrealismo político, convencido ainda de um poder sobre o mundo que lhe vai escapando dia-a-dia das mãos, Washington esforça-se por continuar a retirar das terras árabes os lucros fabulosos que, como maná, têm vindo até agora a enriquecer os grandes monopólios norte-americanos. Entre a ameaça velada ou não e as promessas em que se desdobra, jogando na divisão dos povos árabes, Kissinger equilibra-se dificilmente na sua ginasticada diplomacia internacional. Ou o acordo «a bem» com os EUA ou a política de canhoeira — esta a opção que se pretende impor ao Médio Oriente.

Entretanto — porque o mundo já não é de facto simples campo de manobra do imperialismo — a realidade evolui de forma diferente aos desejos do Pentágono. O Egipto pediu, recentemente, que a Organização de Libertação da Palestina (O.L.P.) esteja representada na conferência de paz para o Médio Oriente, com os mesmos direitos dos restantes representantes (posição há muito defendida pela União Soviética); o presidente Assad, da Síria, recusou as propostas de Kissinger por elas incluírem, nomeadamente, uma fase limitada de retirada dos territórios árabes ocupados e um pedido para o recomeço da Conferência de Genebra sem a presença da Organização de Libertação da Palestina. Joseph Sisco, que acompanhou o secretário de Estado norte-americano na sua recente viagem ao Médio Oriente, teve mesmo de reconhecer que, sem a União Soviética, uma paz duradoira no Médio Oriente seria impossível.

Estes alguns factos recentes na evolução da situação política nesta zona tão cobiçada pelo capital internacional.

Entretanto, na conferência da Internacional Socialista, realizada à porta fechada, em Berlim Ocidental — onde Golda Meir, um dos grandes responsáveis das guerras havidas, da usurpação de terras e da ameaça à paz que se mantém bem viva no Médio Oriente, é atentamente escutada —, as opiniões dividem-se. A social-democracia europeia hesita quanto à táctica a seguir, para melhor defender os interesses do capital nesta zona.

Face aos obstáculos crescentes que encontra para a satisfação da sua insaciável fome de lucros, o imperialismo redobra de agressividade. As ameaças de uma guerra, caso os povos árabes não se verguem às suas exigências no que respeita aos preços do petróleo, a total ausência de escrúpulos do imperialismo, quando estão em causa os seus privilégios, a crise económica, com reflexos de crise política, que a actual desagregação sem precedentes do sistema capitalista está a originar, as teses já apresentadas por alguns países ocidentais, segundo as quais estas crises abafam a estrutura das relações internacionais e fazem perigar o desanuviamento internacional — tudo isto nos deve levar a redobrar de esforços na defesa intransigente da paz, de uma solução justa para o Médio Oriente. A rapina das riquezas alheias não pode continuar a ser o factor condicionante da paz ou da guerra, do inalienável direito dos povos a disporem dos seus próprios destinos.

A Guiné-Bissau e a União Soviética assinam importantes acordos

A República da Guiné-Bissau e a União Soviética assinaram, na semana passada, quatro acordos sobre cooperação económica, técnica, cultural e cientffica, que abrangem o sector dos serviços aéreos.

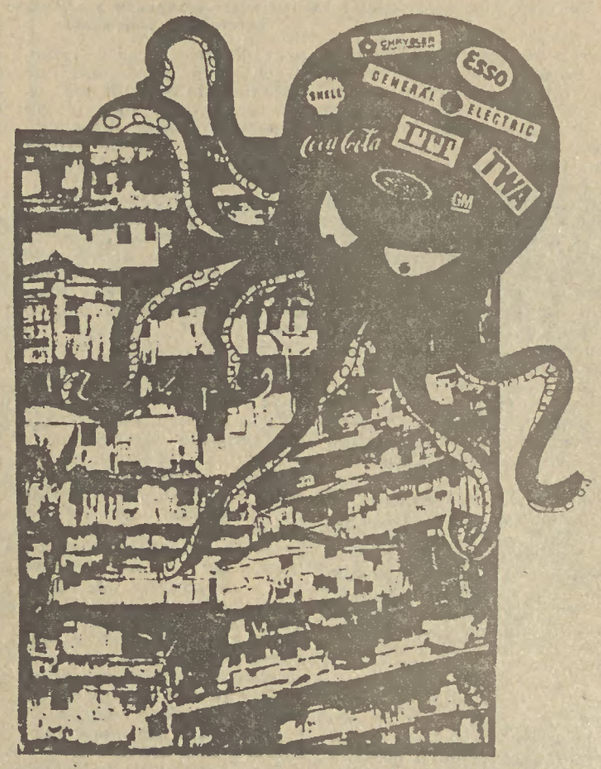
As conversações realizaram-se em Moscovo numa atmosfera de amizade e compreensão mútua. A delegação da Guiné-Bissau foi dirigida pelo camarada Francisco Mendes, presidente do Conselho de Comissários da jovem República africana e foi recebida pelo camarada Alexei Kosyguin, primeiro-ministro da União Soviética. A Agência Tass informa que foram amplamente abordados todos os temas relativos ao aprofundamento da cooperação entre os dois países nos domínios económico e político, tendo sido também abordados problemas internacionais e africanos, com destaque para as questões ligadas à luta pela liquidação do colonialismo em todo o continente. Durante um jantar oferecido aos visitantes, o camarada Kosyguin salientou que foi graças ao combate heróico do PAIGC que a Guiné-Bissau se tornou a primeira das antigas colónias africanas de Portugal a conquistar a independência. O camarada Francisco Mendes recordou a importância da ajuda soviética à luta de libertação do seu povo, acentuando que os fortes laços que uniram os dois países durante os anos da guerra constituem uma garantia para o presente e o futuro.

Terminadas as conversações e assinados os acordos, a missão guineense partiu para uma digressão pela União Soviética.

Lições da intentona peruana

Em mensagem dirigida à nação, o general Juan Velasco Alvarado, presidente do Peru, denunciou como manobra daqueles que «não querem ver o país nas mãos dos peruanos» a tentativa de intentona contra-revolucionária da primeira semana deste mês.

Velasco responsabilizou pelos distúrbios de Lima o partido pró-imperialista Apra, acentuando que ele contou com o apoio de marginais e de extremistas «muito provavelmente — disse — inspirados e pagos por um organismo de espionagem internacional». A solidariedade das forças progressistas, declarou, «encorajou-nos e demonstrou o reconhecimento por parte das nações latino-americanas e de outros continentes da grande significação histórica da Revolução Peruana. Depois de denunciar a campanha de boatos e mentiras desencadeada por certas agências noticiosas, voltou a atribuir a responsabilidade à Apra, sublinhando, porém, que muitos militan-



tes desse partido foram enganados pelos seus dirigentes reaccionários. «Chegará um dia — disse — em que se darão conta da manobra de que foram vítimas e em que abandonarão para sempre os líderes que abusaram da sua confiança.» Mais adiante, aludiu à táctica dos provocadores e aos alvos principais dos actos de vandalismo: os jornais «Correo», e «Ojo» o Centro Cívico de Lima e o Centro Militar do Peru. «A mão criminosa dos incendiários — declarou — não tocou nos interesses da oligarquia, feriu os interesses dos operários, dos servidores públicos, dos profissionais, dos artistas e intelectuais. Tratava-se de destruir aquilo que consideravam o símbolo das realizações do Governo e das Forças Armadas.»

A mensagem do presidente Velasco Alvarado veio desmascarar ainda mais claramente as forças reaccionárias responsáveis pela «greve» da Guarda Civil que serviu de pretexto e instrumento para a intentona esmagada pelas Forças Armadas e pelo povo do Peru. O presidente peruano pôs os pontos nos ii. Responsabilizou o imperialismo, que, no caso, agiu através dos seus agentes internos e da CIA, infiltrada em grupelhos de provocadores esquerdistas. Na sua análise do comportamento da Apra — uma partido que já teve uma linha progressista e hoje é o porta-voz da política dos monopólios e da antiga oligarquia, cujas terras foram entregues aos camponeses — teve o cuidado de estabelecer uma diferença entre a atitude de dirigentes claramente contra-revolucionários e as bases partidárias traídas por eles. Chamou também a atenção para um facto importante: os marginais e os provocadores que tentaram criar uma situação caótica, entregando-se a actos de vandalismo que certos órgãos de informação estrangeiros atribuíram falsamente às massas populares, não investiram contra as empresas imperialistas ou contra as casas e fábricas da grande burguesia peruana. Saquearam estabelecimentos comerciais incendiaram jornais do Povo, instalações das Forças Armadas, edifícios que eram património do Povo.

A reacção peruana, apoiada pelo imperialismo, acaba de sofrer uma importante derrota. Essa derrota, como já assinalámos, abre perspectivas de novas conquistas à Revolução Peruana. Mas, para as forças democráticas e populares portuguesas, os acontecimentos do Peru encerram, também, ensinamentos valiosos. Os métodos aplicados em Lima não foram muito diferentes de outros ensaiados antes no Chile. O resultado, contudo, foi diferente.

As palavras do presidente Velasco merecem, de outro lado, uma análise atenta, porque os fins e o comportamento da reacção portuguesa assemelham-se igualmente, em muitos aspectos, aos da sua irmã peruana.

HUNGRIA: O AVANÇO DO SOCIALISMO PASSA PELO AUMENTO DA PRODUÇÃO

Um grupo de jornalistas portugueses teve ocasião de verificar os progressos da construção do socialismo na República Popular da Hungria. A convite da respectiva Embaixada no nosso País e da Associação dos Jornalistas Húngaros, a nossa redactora Helena Neves fez parte desse grupo. Desta experiência de intercâmbio, publicamos hoje a segunda e última reportagem.

Na estrada para Szeged, cidade do Sul da Hungria, como uma saudação, o sol reflectiu-se, inesperadamente, na grande planície. As velas de um antigo moinho, girando na manhã cálida, trouxeram-nos a nostalgia do nosso país onde encetamos os primeiros passos no caminho da libertação, onde cada vez mais unidos e conscientes os trabalhadores demonstram que nenhum obstáculo pode deter as suas mãos experientes na luta, empenhados na consolidação do processo democrático e na sua transformação para formas superiores.

Nesta tarefa, a experiência histórica de outros povos constitui um capital político que não deve ser ignorado.

DA NOSSA ENVIADA ESPECIAL
HELENA NEVES

Intervenção dos trabalhadores na vida da cidade

As fábricas, as universidades, institutos de investigação e centros de cultura dão a Szeged a fisionomia típica do que é o trabalho socialista.

A indústria mais importante da cidade é o sector têxtil, imediatamente seguido do sector de alimentação (indústria de carne, de «pikles» e conservas variadas). A indústria pesada que se encontra em ascensão e cujo arranque foi fundamental na construção da sociedade socialista, em Szeged incide na produção de borracha, de gasolina, de petróleo, de cabos e gás carbónico.

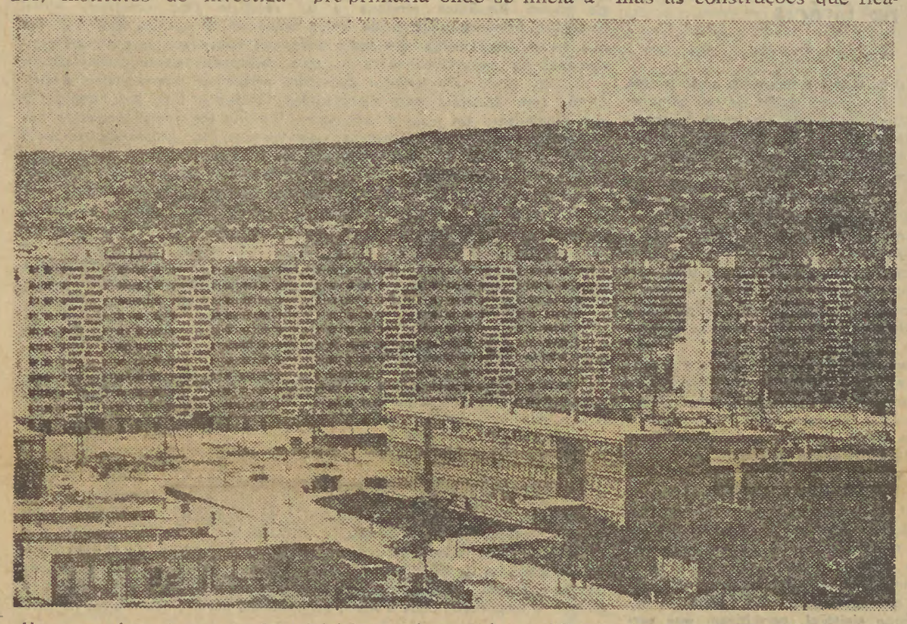
A carência de mão-de-obra que se verifica em todo o país tem conduzido a um esforço na automatização da indústria que é visível nesta cidade.

Ainda que a actividade industrial seja predominante em Szeged existem importantes cooperativas de produção agrícola cuja dimensão varia de 5 mil a 20 mil hectares.

O camarada presidente do município da cidade fala-nos da participação cívica da população:

— *Existe um conselho da cidade composto por 141 membros, dos quais 36 por cento são operários e 29 por cento intelectuais, o que corresponde às duas camadas principais da cidade. Os pequenos industriais, pequenos comerciantes e funcionários públicos participam também no conselho da cidade.*

Achamos muito importante que os operários digam o que pensam sobre a política da cidade e, muitas vezes, criticam-na fortemente. A organização sindical é um dos meios de manifestarem as suas opiniões e os comités sindicais de cada fábrica intervêm frequentemente.



Um novo plano de construção vai iniciar-se abrangendo a edificação de mais de um milhão e quinhentos mil alojamentos

Em Szeged verifica-se a maior percentagem de jardins de infância da Hungria. Cerca de 92 por cento das crianças têm lugar nestes estabelecimentos de educação pré-primária onde se inicia a aprendizagem social da criança. O sistema de estudos, que é totalmente gratuito após os 6 anos, é de 8 anos (curso elementar). Porém quase toda a juventude húngara estuda pelo menos até aos 18 anos (preparação profissional).

— *A nossa cidade é chamada cidade dos estudantes* — continua o camarada presidente do município. — *Um terço da população é estudante. Existem diversas escolas de ensino superior na cidade: Letras, Direito, Ciências Naturais e de Medicina (esta incluindo os cursos de Farmácia, Clínica Geral e Estomatologia).*

Temos ainda uma Escola de Formação de Professores, o Instituto Biológico, o Instituto de Investigação dos Cereais e o Instituto Superior de Alimenação. Aqui se formaram no ano passado cerca de 400 engenheiros especializados em produção alimentar e conservação. A indústria alimentar é importante no país e exportamos para cerca de sessenta países, produtos em conserva. Daí que estejamos particularmente interessados na formação de quadros técnicos capazes de garantir cada vez maior qualidade a esta actividade.

A vida cultural da cidade é intensa. Possuímos várias bibliotecas com cerca de oito milhões de volumes. A rede de bibliotecas abrange os bairros, as escolas e as fábricas. Há três salas de espectáculos especializados em diferentes géneros: ópera, opereta e teatro dramático. Nesta cidade realiza-se o Festival de Teatro de Verão, ao ar livre, junto à catedral. Os teatros em Szeged têm companhias constantes com um total de 350 pessoas. Existe ainda uma orquestra sinfónica com 65 membros permanentes. A actividade de artistas amadores é muito estimulada.

Os trabalhadores têm cada vez mais tempo livre. Este facto coloca novas exigências, novos problemas que temos de enfrentar. A ocupação do tempo livre na nossa sociedade é orientada para o prazer, um prazer são e construtivo que faz parte da nova vida.

1 milhão e 500 mil alojamentos a construir em 15 anos

Na parte nova da cidade ergue-se um moderno conjunto habitacional construído recentemente. Escola, lojas, piscina (ainda em acabamento), jardim de infância, cinema, cantinas, formam uma pequena cidade que floresce e se alarga entre espaços verdes. Esta é uma expressão da política habitacional do Estado da República Popular Húngara.

A renda do aluguer de um alojamento oscila entre 5 a 10 por cento do salário e nela se inclui a electricidade o aquecimento central e a água. Os transportes absorvem 3 por cento e a alimentação 30 por cento. O restante é empregue em vestuário, diversões e bens culturais.

Os novos alojamentos são espaçosos e confortáveis. Foram construídos com o objectivo de alojar, num ambiente de bem-estar, as famílias húngaras.

O Estado da República Popular da Hungria tem desenvolvido um esforço enorme procurando que cada cidadão usufrua, na prática, do direito a um alojamento.

A guerra deixou traços de destruição em algumas zonas mas as construções que ficaram de pé não possuem já as condições de conforto que uma família vivendo num país socialista, tem de experimentar. Por isso, o Estado dedica cerca de 15 por cento do orçamento geral à construção de novos alojamentos. Este ano de 1975 marca o termo do primeiro plano de construção de alojamentos estabelecido para um período de 15 anos. Um milhão de alojamentos foram construídos mas o problema habitacional não está ainda completamente resolvido.

Os jovens constituem família cedo, o que implica uma crescente procura de casas. Por outro lado, já se atingiu uma etapa em que é possível pensar nos cidadãos maiores de 18 anos que, embora solteiros, gostariam de ter casa própria.

Um novo plano de construção vai iniciar-se, abrangendo um período de 15 anos, durante os quais serão construídos mais um milhão e quinhentos mil alojamentos.

O povo húngaro terá, então, completamente solucionado o problema habitacional.

A Szegedi Ruhagyar uma empresa de vanguarda

Em Szeged, um dos motivos de orgulho dos 170 mil habitantes da cidade é a Szegedi Ruhagyar, uma empresa da indústria de confecção.

Aqui trabalham 3600 trabalhadores, dos quais 80 por cento mulheres. É a primeira vez que encontram portugueses, e nos seus olhos, no seu sorriso há uma saudação que nos envolve. Lá fora a temperatura é negativa, mas nas diferentes secções o clima é quente e as operárias trabalham com vestidos leves de Verão. Na secção de passagens, os homens trabalham de tronco nu e a visível boa disposição não lhes quebra o ritmo adquirido.

A produção principal da Szegedi Ruhagyar consiste em fatos de homem. Parte da produção é exportada: 30 por cento para países capitalistas (a Inglaterra, o Canadá, a França, a Holanda e a Áustria são mercados permanentes), 2 por cento para os países socialistas e o restante é absorvido pelo mercado interno. Produz-se ainda fatos de trabalho de diferentes tipos e vestuário escolar. Nas batas para escolas, que vão desde a idade infantil até à adolescência nota-se uma preocupação pela variedade. As batas escolares como aliás o vestuário infantil são extremamente baratas porque o Estado subsidia e controla os preços. Esta medida constitui um meio de aumentar o subsídio geral do Estado com a educação da criança que, neste momento, no que se refere às despesas com a assistência nas creches e jardins de infância atinge 35 por cento, prevendo-se um aumento para 50 por cento.

O avanço tecnológico da empresa é impressionante, tendo sido já distinguida com o título de «qualidade superior». Possui o primeiro centro de cálculo existente numa fábrica. Como resultado deste equipamento notável, mesmo ao nível mundial, a produção atinge um volume pouco comum.

A própria matéria-prima é transformada na empresa. Diariamente, produz-se 60 mil metros de material e 15 mil produtos acabados de diferentes tipos. Por exemplo, um fato de trabalho é efectuado em 45 minutos.

Os trabalhadores sentem profundamente os avanços tecnológicos verificados no equipamento da empresa. Sabem que o progresso técnico contribui para o aligeiramento do trabalho e o aumento de produção, enriquecendo-se a propriedade social.

Organização sindical, instrumento de consciencialização dos trabalhadores

Actualmente as empresas dispõem de considerável autonomia de acção. Ainda que pertencendo ao Estado, se pagam o imposto estatal, podem decidir do destino dos ganhos auferidos. Como empregá-los? Comprando novas máquinas? Melhorando as instalações? Aumentando os salários? Elevando o bem-estar social na empresa?

Os trabalhadores são ouvidos antes de ser tomada qualquer decisão. Deste modo se exerce a sua participação nos destinos da empresa. A intervenção faz-se quer através dos representantes do Partido Socialista Operário Camponês Húngaro, quer através dos representantes sindicais e das organizações de juventude.

A proposta a estas questões dada pelos trabalhadores revela a sua consciencialização política. O processo de consolidação do socialismo passa pelo aumento da produção nacional.

A organização sindical que abrange 95 por cento (3 500 000 trabalhadores) da população activa, tem sido um instrumento poderoso no evoluir da consciencialização da grande massa dos trabalhadores que cada vez compreendem com mais nitidez que o fortalecimento da economia é condição indispensável do avanço do socialismo.

É na medida em que optam por um aumento da capacidade produtiva da empresa, que os operários se afirmam cada vez mais como os construtores de vanguarda da sociedade comunista. Esta é a resposta que acelera o melhoramento do nível de vida individual dos trabalhadores, o que constituiu uma tarefa essencial do socialismo.

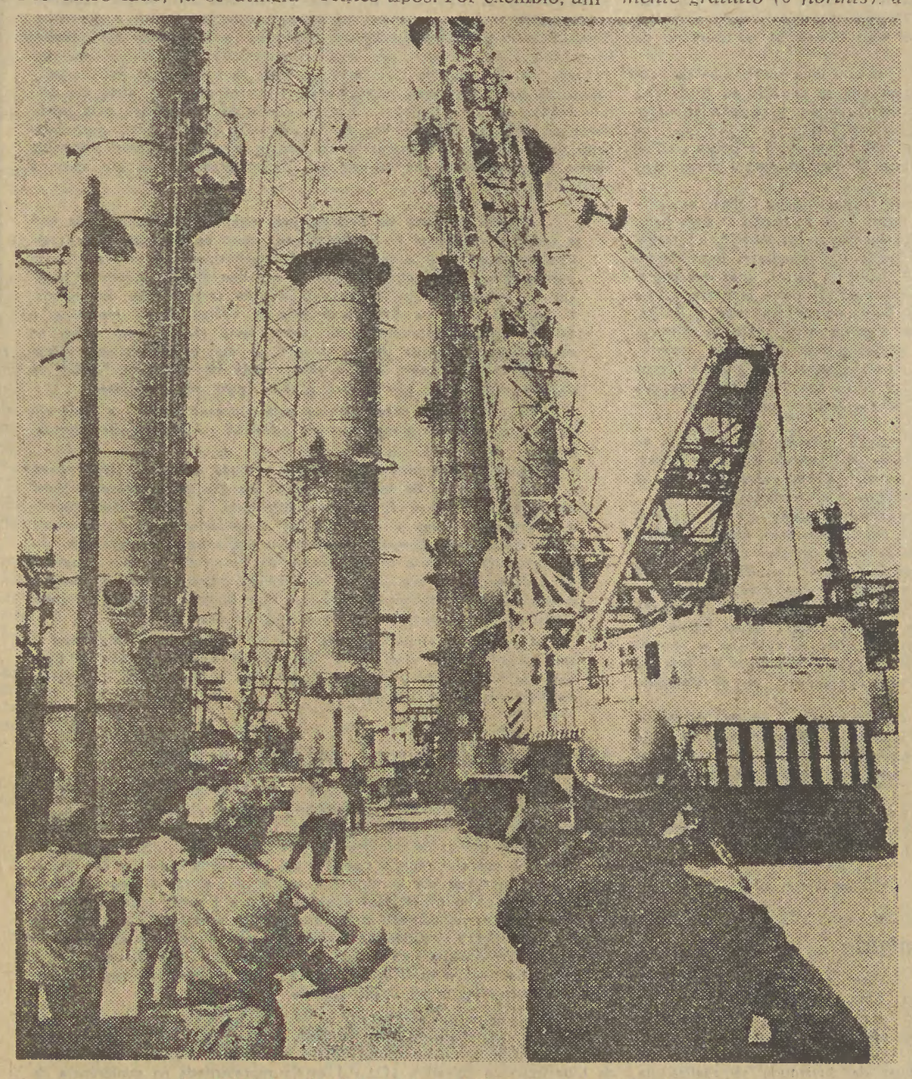
— *Na Szegedi Ruhagyar, de 1971 para 1974, o valor da produção aumentou de 40 milhões de florints para 88 milhões. Este acréscimo resulta em 80 por cento do aumento da produtividade* — diz-nos o camarada director da empresa. — *Isto só foi possível com a compreensão e o acordo dos trabalhadores. Eles têm consciência da interdependência entre a produção e o nível salarial. Em 1971, o salário médio aqui na empresa era de 1600 florints e em 1974, atingia já os 2500 florints. Os trabalhadores sentem-se encorajados com os resultados. Por outro lado, o salário indirecto aumentou também consideravelmente: o almoço aqui na empresa é praticamente gratuito (6 florints), a creche serve as necessidades das trabalhadoras, o jardim de infância assiste 300 crianças às quais fornece alimentação e roupa, temos formas de assistência especiais para famílias numerosas, os operários compram o vestuário na empresa com um desconto de 50 por cento e mantemos cursos de aperfeiçoamento profissional para aprendizes. Aos operários que querem tirar uma especialização, encorajamo-los de diferentes modos. Pagamos todas as despesas de estudo e transporte e, no momento, em que conclui o curso, concedemos-lhe um prémio que vai de 2000 a 7000 florints conforme a média de qualificação*

No caminho de uma Sociedade Socialista desenvolvida

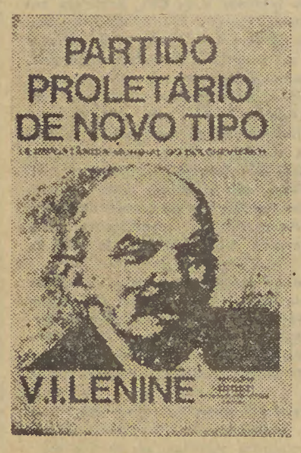
A Szegedi Ruhagyar é exemplo de uma empresa numa sociedade socialista. Os trabalhadores da Szegedi Ruhagyar com todas as oportunidades de realização pessoal a que têm acesso, com o bem-estar que usufruem estão nas condições dos trabalhadores de todo o país.

A felicidade que vão conquistando é resultado do seu trabalho, do seu esforço. Este ano, em Abril, festejar-se-á a libertação do país e realizar-se-á o XI Congresso do Partido Socialista Operário Camponês Húngaro. Um novo programa será aprovado, no qual se definirão as tarefas a realizar nos próximos vinte anos que, em síntese, significam a criação da sociedade socialista desenvolvida.

Dirigido pela classe operária, o povo húngaro efectuará as tarefas que, historicamente, lhe competem. Tal como o dos povos dos países socialistas, o seu exemplo é uma imagem do futuro de todos os outros povos do mundo.



O esforço da automatização na indústria é visível na Hungria



O «ZENITH» EM LISBOA

O DIA-A-DIA A BORDO DE UM NAVIO-ESCOLA SOVIÉTICO

A 5 de Fevereiro de 1918 o Poder Soviético tornou público o Decreto de nacionalização da marinha mercante, segundo o qual todas as companhias marítimas privadas e os navios eram declarados propriedade nacional da República dos Sovietes. Não foi mais que o começo da luta pela criação de uma poderosa marinha mercante moderna capaz de competir em todo o mundo. Um longo caminho foi percorrido até esse objectivo ser atingido.

No início da sua história, a marinha mercante soviética dispunha só de 270 navios pequenos e velhos, com uma capacidade de 120 mil toneladas apenas. Hoje, a URSS possui uma frota tecnicamente perfeita e rápida, portos amplos e altamente mecanizados, estaleiros modernos. No ano em curso, o volume de carga transportado pela marinha mercante soviética apenas em dois dias ultrapassa todo o volume de cargas alcançado durante todo o ano de 1924.

Recentemente, esteve ancorado no porto de Lisboa, o navio-escola soviético **Zenith**. Uma visita do «Avante!» a esse navio deu-nos a chave para a explicação dos êxitos alcançados pela marinha mercante soviética em tão curto espaço de tempo e do importante papel que ela actualmente desempenha, quer na economia nacional da URSS quer na economia mundial.

Com a maior amabilidade responderam a algumas perguntas do «Avante!» o comandante do navio, camarada Yura Kocheliev, e os camaradas mais responsáveis de bordo — Timofei Nevólin, Nikolai Lovinov, Alexei Vecikov.

— No nosso país, na URSS diz Timofei Nevólin, decano da Escola Náutica de Leninegrado e professor a bordo do **Zenith — o ensino náutico tem três graus: as Escolas Náuticas, os estabelecimentos Médios de Ensino e os Institutos Náuticos Superiores. No primeiro grau, as Escolas Náuticas preparam sobretudo mecânicos e motoristas. No Ensino Médio são preparados técnicos de diversas especialidades — mecânicos, rádio-técnicos, etc. Finalmente, os Institutos Náuticos Superiores preparam engenheiros. Ao virem para o navio-escola, os estudantes recebem tarefas de acordo com o grau de ensino que têm. Nos navios-escola modernos como este, dotados de técnica ultramoderna complexa, a maior parte dos estudantes estagiários têm o curso superior, que é de 4 a 5 anos. Todos os jovens com quem falaram estão nessas condições, como puderam constatar. O Instituto Náutico de Leninegrado possui 5 faculdades: pilotagem, mecânica, radiotécnica, electromecânica e navegação no Ártico. Esta última engloba ainda as especialidades de meteorologia, hidrologia e hidrografia.**

Uma vez concluídos os cursos, nos institutos e escolas, os estudantes têm as práticas obrigatórias a bordo de navios-escola, acompanhados pelos respectivos professores. Eu, por exemplo, é nessa situação que aqui me encontro.

«Avante!» — Fala-se muito da marinha mercante soviética, as magníficas condições de trabalho a bordo que têm os marinheiros soviéticos são referidas com admiração. Podiam os camaradas falar um pouco sobre isso?

— O nosso navio é um navio-escola, mas as condições a bordo, o regime da tripulação dos estudantes, é o mesmo que em qualquer outro navio da marinha mercante soviética — diz Nikolai Lovinov. **A tripulação é uma tripulação normal que, quando necessário, está visto, está em condições de desempenhar o papel de professores. Aqui dentro as normas e leis de segurança no trabalho são as mesmas que as existentes em todos os navio da marinha mercante do nosso país. A tripulação tem o seu dia normal de trabalho e, como em toda a União Soviética, trabalha só 41 horas semanais. Quando atracamos a qualquer porto a tripulação fica livre para poder passear e gozar os seus dias de descanso. Não trabalhamos mais de 8 horas por dia. Se estamos em portos soviéticos aproveitamos os dias livres para ver as famílias e os amigos, se estamos no estrangeiro visitamos as cidades, como fizemos agora em Lisboa, constatado que é uma bela cidade.**

Comandante Yura Kocheliev

A administração do navio tem a seu cargo a técnica da segurança no trabalho e responde por todos os aspectos da segurança dentro do navio, que são igualmente controlados pelo comité sindical do navio. Há ainda a bordo um inspector para as questões de segurança no trabalho e que controla a actividade da administração quanto à aplicação das normas de segurança no trabalho, respeito pelos horários de trabalho, dias livres da tripulação, férias, etc., que são os mesmos que os de todos os trabalhadores da União Soviética.

Referindo-se, depois, a aspectos gerais da marinha mercante soviética, Nokolai Lovinovo sublinhou:

— Passaram-se 50 anos sobre a formação da marinha mercante soviética, que ocupa actualmente o 5.º lugar no Mundo. A nossa frota é praticamente quase toda constituída por navios novos. Raros são os navios com mais de 15 anos.

A construção de novas unidades, a renovação dos nossos transportes e a formação de quadros especializados têm sido as direcções fundamentais a que tem obedecido o desenvolvimento da nossa marinha mercante. Os navios modernos, equipados com as últimas conquistas da ciência e da técnica, exigem cada vez mais quadros superiormente qualificados. Os nossos navios-escola têm isso em conta. Podemo-nos orgulhar de possuirmos nesse campo alguns navios únicos no Mundo.

Este, onde nos encontramos — o Zenith —, não é dos mais modernos. Foi construído em 1961. Tem, portanto, 14 anos. Como viram, no entanto, é um navio onde tudo está completamente automatizado. Recentemente foram construídos 8 navios-escola ultramodernos, cada um dos quais pode ser frequentado por cerca de 180 estudantes.

«Avante!» — Existe organização do Partido a bordo do navio? E do Komsomol?

— Penso que a essa pergunta a pessoa mais indicada para responder é aqui o nosso camarada Alexei Vecikov, pois, é ele o nosso secretário do Partido no navio — diz o comandante.

— Sim, temos uma organização do Partido a bordo. Constituem-na todos os comunistas que aqui há: marinheiros, professores, assistentes, estudantes — informa-nos Alexei Vecikov.

Temos também muitos jovens do Komsomol. Praticamente todos os estudantes são membros do Komsomol. Devo dizer que tanto a organização do Partido como a do Komsomol desenvolvem grande actividade no navio. Há um grande trabalho colectivo, desenvolvem-se muitas actividades. Veja só: com uma organização de Partido, uma organização do Komsomol e uma organização do sindicato as iniciativas que se não podem desenvolver aqui e a vida intensa que aqui se vive! Fazem-se reuniões, discussões sobre os mais variados temas, conferências, encontros com pessoas que nos visitam, tanto nos nossos portos como nos portos estrangeiros. Temos a bordo uma tipografia, organizamos concursos, temos um jornal, um programa de rádio, exibimos filmes, organizamos provas desportivas, campeonatos de xadrez. Viram há pouco a sala de jogos, o salão de música, a biblioteca. Estavam cheios de jovens. Temos várias orquestras. O nosso jornal de parede é um êxito. O humor não falta. Enfim, como viram com os vossos próprios olhos a bordo de um navio a vida pode tornar-se extremamente útil e interessante ao mesmo tempo. Podemos dizer, que mesmo longe da Pátria, sentimos a nossa participação plena na vida do nosso povo e do nosso país.

O rumo da nossa conversa desviou-se da vida dos jovens futuros marinheiros soviéticos para se centrar em torno dos problemas do nosso país.

— Com grande alegria recebemos a notícia do derrubamento, a 25 de Abril, da ditadura fascista que oprimia o povo português e das transformações que nestes meses se operaram em Portugal. A nossa presença no porto de Lisboa mostra bem o carácter progressivo dessas transformações. É a primeira vez que um navio-escola soviético entra num porto português e é visitado livremente pelos portugueses. As pessoas que nos têm visitado fazem-no com alegria e perguntam-nos mil coisas sobre a União Soviética.

A concluir a nossa entrevista o camarada Yura Kocheliev, comandante do navio, em nome de toda a tripulação desejou ao povo português as maiores felicidades e êxitos na construção da Democracia. Teve palavras particularmente calorosas para com o nosso «Avante!», a quem desejou a continuação com sucesso da sua honrosa missão.

Alexei Vecikov

Que Portugal respire o mesmo ar fresco da Liberdade que respiram hoje já tantos milhões de homens na Terra que vivem e trabalham em Paz.